

RAÍZES

Ano I Nº 2

São Caetano do Sul

dezembro de 1989



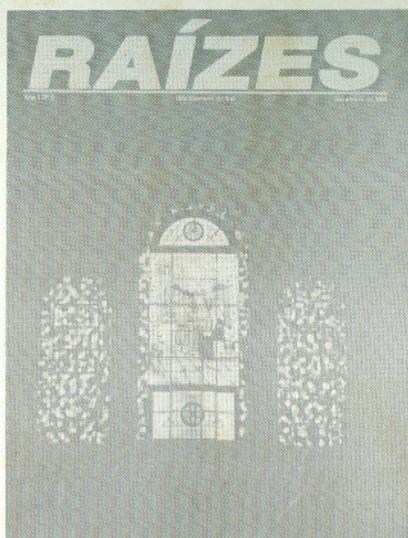
Resgate contínuo, questão essencial

A publicação do segundo número desta revista vem apenas confirmar que Raízes veio para ficar. E mais importante que isso: tem como objetivo tornar-se um instrumento incisivo no resgate contínuo da memória histórico-cultural do Município.

Ao longo de seus 112 anos de existência, São Caetano do Sul acumulou um formidável volume de informações, fatos históricos e um nível de desenvolvimento atingido por poucas cidades do País. Antes de 1877 — data de chegada dos colonos italianos —, a região tem sua História estreitamente vinculada ao Descobrimento, aos tempos do Brasil-Colônia, ao paulatino mas contínuo processo de desbravamento das terras virgens em que os portugueses aportaram.

Com efeito, há um eixo múltiplo em torno do qual gira o resgate histórico-cultural de São Caetano. De um lado, atos e fatos históricos estão associados à evolução do conjunto de Municípios hoje rotulado de Grande ABC. De outro, a presença italiana, a partir da segunda metade do século passado, é rica em informações preciosas. Por fim, o cotidiano da cidade mascara histórias de vida essenciais para a compreensão dos mecanismos econômicos, sociais, históricos, culturais.

Mais do que simples documento, Raízes deve servir como desafio estimulante ao resgate contínuo da memória histórico-cultural da cidade, ao registro do processo de transformação do pequeno povoado agrícola em centro industrial. E por estar aberto à comunidade, por esperar que os pesquisadores somem seus esforços a este trabalho de editoração, Raízes espelha — em suas páginas e muito além delas — uma realidade que pode servir como objeto de reflexão: o Poder Público confere os instrumentos necessários à produção cultural, mas não coloca uma camisa-de-força que venha a moldar ou destigurar o processo. Resgatar é preciso, impor não é preciso.
O Editor



Capa e contracapa: vitrais da Igreja da Sagrada Família, de São Caetano do Sul

RAÍZES

RAÍZES

Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul
Ano I Número 2
Avenida Goiás, 600, 3ª andar (CEP 09520) Telefone: (011) 441-1634 Telex: (11) 44938

Editor/jornalista responsável

Aleksandar Jovanovic
MTb 13.165 Sijesp 7290

Conselho Editorial

Aleksandar Jovanovic, Claudinei Rufini, Henry Veronesi, Mário Botteon, Oscar Garbelotto, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenzio Petrolli

Fotos

José Honório de Castro, Luciano Vicioni, Gilson C.

dos Santos, Museu Municipal de São Caetano do Sul, arquivos particulares de Henry Veronesi, Mário Botteon, Mário Perrella, Valdenzio Petrolli, Oscar Garbelotto.

Diagramação

Antonio Devanir Leite Júnior
(MTb 19.866)

Past-up

Fábio R. Francisco

Composição e impressão

Diário do Grande ABC S/A, rua Catequese, 562, Santo André (SP)

A revista **Raízes** está aberta à colaboração de pesquisadores de História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação da revista não são devolvidos, exceção feita a fotografias. As opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

(Suplemento especial do boletim informativo da Prefeitura de São Caetano do Sul, A Cidade)

ÍNDICE

Página 4

A visita do imperador D. Pedro II ao núcleo colonial de São Caetano, em 1878
José de Souza MARTINS

Página 11

Cavaliere Zapparoli, um contador de histórias
Henry VERONESI

Página 14

A participação da imprensa na emancipação política (1928-1959)
Valdenizio PETROLI

Página 18

Por que aqui?
Antonio de ANDRADE

Página 22

Os grandes números de um pequeno Município
Maria do Carmo ROMEIRO e Silvana Pereira GIMENES

Página 25

Memória fotográfica

Página 29

Três cenas de bastidor político
Aleksandar Jovanovic

Página 32

O acervo histórico da General Motors
Dalva Soares BOLOGNINI

Página 36

O gosto pelo teatro amador
Mário BOTTEON

Página 39

Da Itália a São Caetano: a trajetória da família de Cândido Piccolo
Oscar GARBELOTTO

Página 44

As raízes na aldeia
Claudinei RUFINI

Página 46

Homenagem
São Caetano, nas lembranças de Casério Veronesi
Sônia Maria Franco XAVIER



A revista RAÍZES, agora em seu segundo giro, é o início de uma movimentação da história de São Caetano do Sul copiada dos momentos vividos e estudados ao longo de muitos anos, por imigrantes, seus filhos e cultores de tradições.

Nossa administração prima pela tradição. Quando criamos a revista, boa foi a repercussão e entendidos os objetivos. Vários segmentos da sociedade se mobilizaram e revolvemos fotos, histórias, famílias, e, assim, estamos sendo lidos novamente, com melhor estrutura e grande motivação.

A reconquista do vivido não é somente um trabalho de restauração, mas sobretudo um esforço de renovação. Ao narrar tão fielmente, como puder, o que fez, viu e sentiu na vida, o homem observa os acontecimentos e as pessoas, com a inteligência e a sensibilidade que são dele, no momento em que escreve, e não aquelas que eram suas, nos tempos que procura arrancar do passado. Em tais condições, a apresentação dos fatos históricos incute-lhes, sem dúvida, um sentido renovado, ou, pelo menos, extrai deles um conteúdo vital, que podia não ser identificável, quando ocorriam.

É bom rever e reviver nosso povo. Isso fortalece nosso espírito de formação e construção. Os contrastes do ontem com o agora, além de hilariantes, são motivadores de progresso. Monteiro Lobato (1882-1948), in "Idéias de Jeca Tatu", já salientava que... "só o que se fez ensina o que se deverá fazer para o diante. Memórias são depoimentos pessoais no intermínio processo, e valem por más testemunhas os que silenciam egoisticamente sobre o que fizeram ou viram fazer".

A memória é um diário que todos andamos carregando conosco, com a singular característica de recordar, de um amigo ausente ou de uma viagem feita há muito tempo, só o que é agradável.

Assim vamos cumprindo mais um capítulo da apresentação que nos entregaram — conduzir a cidade no presente, preparando-a para o futuro, com a veneração que devemos aos triunfos e glórias do passado de São Caetano do Sul.

Luiz Olinto Tortorello

Prefeito

São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

A Visita do Imperador D. Pedro II ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1878

José de Souza MARTINS (*)

1. A visita do Imperador no imaginário local

Referências a uma suposta visita do Imperador D. Pedro II a São Caetano podem ser ouvidas, vez ou outra, de descendentes dos colonos italianos que se estabeleceram no Núcleo Colonial entre julho de 1877 e o começo de 1878. Quase sempre é informação insegura e imprecisa. Embora os informandos não saibam determinar a época dessa visita, conseguem agregar a suas histórias alguns detalhes: escassos nomes de colonos que teriam tido contacto direto com o monarca e objetos que teriam sido por ele utilizados naquela ocasião.

Desde a primeira vez em que ouvi uma referência ao fato, em 1955, a história dessa visita tem mudado, tornando-se com o passar do tempo, carregada de detalhes. Comentadores mais recentes e mais jovens "sabem mais" sobre o acontecimento do que os moradores mais antigos. Estes, quase sempre, limitados a fragmentos de uma ocorrência que não presenciaram, partes desgarradas de memória segmentada e, às vezes, sem sentido, porque relativas ao fato excepcional, ao extraordinário, na vida simples de um pequeno grupo de camponeses pobres. Em 1955, Dona Hermínia Alonso Pereira, filha do maquinista ferroviário Casemiro Alonso (condutor do trem que trouxera os primeiros imigrantes da Hospedaria para o Núcleo Colonial, em 1877) apenas mencionava a visita, de modo singelo e sensato. E agregava que uma das famílias antigas ainda guardava a caneca em que o Imperador tomara água (ou vinho). Era, provavelmente, modesta fantasia. Já em 1987, surpreendentemente, um jornal de São Caetano publicava extensa e panfletária estória sobre essa visita, rica em detalhes inverossímeis e fantasiosos, repetição e, agora, soma de interpretações que foram inventadas ao longo dos anos recentes por uma geração que sequer ouviu o testemunho dos antigos. E que, igualmente, nunca teve nas mãos um documento sobre o fato.

Como os comentadores e panfletários jamais conseguiram citar datas e documentos, procurei durante largos anos informações documentais sobre essa visita e sua época. A busca foi infrutífera. Admiti que a informação era falsa, produto do fabulário daquela parcela da população local que tem procurado usar a História como fonte de prestígio social, e de grupo, e também de legitimidade política em face do crescimento do número dos que têm outras origens, particularmente os nordestinos. A ingenuidade dos comentários sobre a suposta visita, e afirmações sobre fatos correlatos, em conflito com a informação documentada, acentuavam ainda mais a minha convicção de que a visita não ocorrera. Os velhos imigrantes, homens e mulheres rudes, que não falavam o português, que com enorme dificuldade assinaram os documentos (quando o fizeram pessoalmente) encontrados hoje nos arquivos, teriam se enganado. Teriam confundido personalidades que eventual-

mente visitaram o Núcleo Colonial, tomando uma delas pelo Imperador.

Foi somente graças a uma indicação do historiador Emilio Franzina que pude, enfim, chegar à única referência escrita que confirma a visita do Imperador a São Caetano. Trata-se de uma anotação do próprio punho de D. Pedro II, em seu diário guardado no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Em linguagem telegráfica e meia dúzia de linhas mal pontuadas, o monarca registra a sua vinda a São Caetano na tarde de 28 de setembro de 1878, um sábado (1). Nem mesmo os jornais da época fizeram qualquer referência a essa visita, fato importante para compreender-se em que circunstâncias se deu.

Justamente, a anotação do Imperador acaba por constituir a prova melhor de que os divulgadores recentes da visita deturpam-na completamente, herdeiros que são de uma memória histórica confusa e fantasiosa, conservadora e autoritária, corporativa e etnocêntrica.

A nota do Imperador serve para situar a real natureza do fabulário sobre sua visita à localidade. Permite até compreender e explicar o imaginário da pequena elite local, de uma certa época, já não mais especificamente sobre esse evento discreto, mas sobre o conjunto da realidade social e política. Trata-se de imaginário que se desenvolveu a partir dos anos vinte deste século, junto com a disseminação da mentalidade fascista entre membros dessa elite, devido à presença de militantes desse credo político vindos para a localidade como diretores de grandes indústrias pertencentes a imigrantes italianos. Por meio dessa mentalidade, a trajetória do imigrante, de camponês expropriado, em sua pátria, a operário e, principalmente, a pequeno patrão ou cliente e aliado do grande patrão, na pátria adotiva, ganha sentido e explicação. Há, até mesmo, racismo nesse imaginário, que exalta o imigrante como civilizador, a ponto de que este tenha recebido supostas deferências do próprio Imperador do Brasil. Imigrante que era concebido como dotado de qualidades opostas às da pobre população local, "bastarda", como era antigamente classificada, descendente de antigos escravos e índios administrados e seus mestiços. Esse evento perdido no passado, e quase clandestino, que foi a visita do Imperador aos pequenos agricultores recém-chegados da Itália, comprovadamente doentes e famintos, é recuperado, pelos panfletários, como chave explicativa de uma história falsamente grandiosa. É uma ingenuidade rica de informações no que falseia e no que oculta, condição daquilo que revela. Na verdade, tal imaginário, como se verá, representa a história pelo avesso — o imaginado representa o contrário do vivido.

Sumarizo aqui as fabulações recentes sobre a visita de D. Pedro II. "Explicam" o motivo da vinda do Imperador e como ela ocorreu. 1 — Alguns colonos, desanimados com as con-

dições locais do Núcleo Colonial (falta de habitações, terras "devolutas" e "abandonadas") decidem ir para o sul do país. A maioria, entretanto, decide permanecer. Emílio Rossi, intérprete da Colônia, ouve as reivindicações dos italianos. Um mensageiro parte com o objetivo de comunicar a D. Pedro II, que havia retornado da Europa, os anseios e preocupações dos imigrantes. 2 — O Imperador vem a São Caetano e se dirige ao casarão dos De Nardi, na atual rua Maximiniano Lorenzini, onde os colonos reunidos aguardavam sua presença. 3 — João Domingos Perrella é o porta-voz das reivindicações da Colônia. 4 — Ciente das dificuldades do Núcleo de São Caetano, que mandara fundar, o Imperador ergue, no final do encontro, um brinde em reconhecimento aos trabalhos e lutas daqueles peninsulares, aos quais confiara a tarefa de fundar o Núcleo. 5 — Terminada a reunião, já tarde, D. Pedro II deixa os imigrantes, a fim de alojar-se, com a comitiva imperial, no espaçoso sobrado de Luigi D'Agostini, onde passa a noite à espera do trem. Na manhã seguinte, levanta para prosseguir a viagem de retorno à Corte, isto é, ao Rio de Janeiro.

Nenhuma das afirmações é verdadeira. Sem contar a ingênua concepção de espaço e tempo que articula o conjunto do argumento. Vejamos, pela ordem, o que é falso em cada uma:

1 — Uma semana após a chegada dos primeiros colonos italianos a São Caetano, ocorrida a 28 de julho de 1877, os jornais já publicavam notícias desencontradas sobre descontentamento entre eles, dando a entender que grande número desejava ir para Santa Catarina (2). Ao final, dezenove dias depois da inauguração do Núcleo, o encarregado do serviço de colonos, o engenheiro Leopoldo José da Silva, comunicava à imprensa que "foram enviados para a Corte 21 imigrantes dos que se achavam em São Caetano, visto não quererem terras nesse lugar e sim em Santa Catarina" (3). Em outro documento, afirmava-se que esses imigrantes desejavam a transferência porque tinham parentes naquela província (4). Por outro lado, não é seguro que o intérprete Emílio Rossi estivesse em São Caetano, em 1878. A primeira notícias que se tem dele é de 16 de dezembro de 1882, quando o encarregado do Núcleo Colonial lhe destinou o lote urbano nº 16 (5), na atual rua Rio Branco (um lote vago no mapa anexo), vizinho aos de Tommaso Tomè, Giovanni Peruch, Francesco Fiorotto e Giuseppe Braidò, seu sogro. Se estivesse em São Caetano antes dessa data, teria recebido seu lote na mesma época em que os outros colonos receberam os seus, isto é, antes do final de julho de 1878. São de 1887 cartas e artigos por ele redigidos, em português fluente, sobre a cultura da uva e a produção de vinho em São Caetano, que indicam um bom uso do português escrito (6). Em 1891, aparecia como proprietário de um depósito de vinho de São Caetano no Largo do Tesouro, ao lado do Largo do Palácio, atual Pátio do Colégio, na Capital (7). São, principalmente, desta última época os documentos em que ele aparece como redator de requerimentos e signatário, a rogo, de documentos dos colonos da localidade. Tais fatos me sugerem que Rossi não atuou propriamente como intérprete dos colonos, função à qual não há qualquer referência nos documentos oficiais. Teria sido, isto sim, uma espécie de despachante, na fase de obtenção dos títulos definitivos, como redator de escrituras particulares nos vários casos em que os primeiros colonos venderam seus lotes a terceiros, e se foram, e como redator de petições nos casos dos colonos que chegaram na época da distribuição dos últimos lotes do Núcleo, o que ocorreu em 1891. Basicamente porque se estabelecera ao lado do Palácio do Governo, onde estavam as repartições públicas a que os colonos deviam recorrer para resolver seus problemas com a administração governamental. A documentação sugere, ainda, que na fase inicial do Núcleo Colonial os colonos recorreram de preferência a Giovanni Peruch, que se tornaria o primeiro comerciante do lugar e dos poucos que cultivaram o hábito de guardar documentos. Foi ele, junto com Filippo Roveri, que recebeu o encargo de mandar fazer na Capital, em 1883, os dois sinos para a Igreja (atual Matriz velha), que seria construída sobre a antiga capela beneditina de São Caetano (8).

2 — O Imperador não veio a São Caetano porque tivesse sido "chamado" por emissário dos colonos (presumivelmente, enviado à Corte, atual Rio de Janeiro). Viera a São Paulo, em 1878, com a Imperatriz, para demorada viagem à Capital e ao

interior da Província. A visita a São Caetano ocorreu no fim dessa viagem. Na época, o presidente provincial já não era Sebastião José Pereira, que inaugurara o Núcleo, o apoiara e fora um dos responsáveis pela decisão de instalá-lo onde o foi. O novo governador era João Batista Pereira, que desde o início manifestara grande oposição aos quatro núcleos instalados nos arredores da cidade de São Paulo, em 1877 (São Caetano, Santana, São Bernardo e Glória). Dirigira-se, por isso, aos fazendeiros mais importantes da província para que indicassem os lugares mais apropriados à transferência daqueles núcleos coloniais. Entendia que os colonos deviam ser assentados em localidades onde as colônias pudessem ser, ao mesmo tempo, viveiros de mão-de-obra das grandes fazendas de café (9). Convém lembrar que a questão da imigração se propunha através de duas correntes de opinião. Uma delas preconizava a imigração como meio de desenvolver a pequena agricultura familiar de tipo europeu, que levasse à formação de uma classe média rural. Nessa linha, situava-se o governador anterior e por ela inspirado fora criado o Núcleo de São Caetano e os outros três. Outra, entendia que a imigração subvencionada pelo governo deveria produzir um fluxo de mão-de-obra para as grandes fazendas paulistas, para substituir o trabalho escravo. Por fim, é praticamente certo que o casarão dos De Nardi, onde está hoje o Museu Municipal, ainda não existia em 1878. Celeste De Nardi e Giovanni De Nardi receberam seus lotes urbanos, respectivamente os de nº 23 e 24, no dia 20 de maio de 1878 (10), quatro meses antes da visita de D. Pedro II. Dois meses depois da visita imperial, o chefe da família, Giovanni, ainda estava na lista oficial dos colonos que recebiam subsídio diário do governo, para sobreviver — 400 réis para os maiores de 10 anos e 240 réis para os menores de 10 e maiores de 2 anos (11). Nessa época, os colonos estavam acabando de se transferir da casa-grande das senzalas da antiga Fazenda de São Caetano, onde foram inicialmente alojados, para os barracões de madeira que constituíam suas primeiras moradias nos lotes que começaram a ser distribuídos no dia 1º de janeiro de 1878.

3 — João Domingos Perrella, aliás Gian Domenico Perrella, estava muito longe de São Caetano no dia da visita do Imperador. Encontrava-se, muito provavelmente, em sua terra natal, Boiano, província de Campobasso, na Itália. Só imigraria para o Brasil em 1880, com 25 anos de idade, e se fixaria em São Caetano apenas em 1883, cinco anos após a visita do Imperador. A partir de 1920 é que se tornaria vereador de São Caetano à Câmara Municipal de São Bernardo, passando a atuar como porta-voz político da população local, que nessa época tinha um único representante (12).

4 — Mesmo que o Imperador tivesse muita simpatia pela imigração italiana, como parecia ter, não há qualquer indicação de que tivesse tido qualquer participação na fundação do Núcleo Colonial. Chefe de Estado e não chefe de governo, essa não era sua atribuição, pois esse tipo de assunto era de responsabilidade do Gabinete, isto é, do Governo, particularmente do ministro da Agricultura, ao qual estava submetido o Núcleo. O Imperador não podia ter atribuído a quem quer que fosse a tarefa de fundar o Núcleo Colonial, até porque os imigrantes já haviam partido de Gênova quando foi, finalmente, comprada a Fazenda de São Caetano à Ordem de São Bento. Não sabiam, portanto, qual seria seu destino final na província de São Paulo. A primeira leva de colonos saiu de Cappel Maggior, na província de Treviso, em direção ao porto de Gênova, no mês de junho de 1877. No dia 30, assinaram um contrato de emigração para o Brasil, contrato esse estabelecendo que se localizariam na província de São Paulo, onde o governo determinasse. O colono Giovanni Peruch guardou uma cópia desse contrato (13). Não havia ainda referência ao Núcleo Colonial de São Caetano, embora no Brasil já tivessem sido feitos os estudos preliminares da área, inclusive com um parecer desfavorável quanto a São Caetano, para eventual desapropriação. O vapor "Europa", da Companhia Florio e Rubattino, que os transportaria, partiu no dia 1º de julho (14). E a escritura de compra da Fazenda só foi assinada no dia 5 de julho (15), quando o navio, com os imigrantes, já se encontrava em alto mar.

5 — D. Pedro II não se alojou no espaçoso sobrado de Luigi D'Agostini e muito menos pernitoou ali. Em primeiro lugar, porque tal sobrado não existia. Um ano depois da visita do Imperador, o ministro da Agricultura dizia que, em São Caetano, "há

35 casas provisórias, feitas por administração, e 10 construídas pelos próprios possuidores, mediante auxílio do Estado" (16). Portanto, todas as 45 casas, então existentes, eram provisórias. Uma das escassas observações de D. Pedro II sobre o Núcleo Colonial foi justamente esta: "Convém que tenham melhores casas". As casas provisórias do Núcleo eram barracões de madeira, construídos por colonos carpinteiros, como consta de documento da época (17). Para ilustrar, posso citar o colono Natale Furlan, chegado com a primeira leva de imigrantes, em 1877, com lote urbano a poucos passos da Capela e do centro do Núcleo Colonial, na esquina das atuais ruas 28 de Julho e Rio Branco: ainda em 1891 tinha por habitação "uma casa de taipa, coberta de junco". Isto é, neste caso, uma casa de taipa-de-sopapo ou pau-a-pique, diferente da sólida taipa-socada da casa-grande e da capela da antiga Fazenda. E no lote rural, que lhe coube, na mesma época, "apenas tem um rancho de palha", dizia um inspetor a 6 de janeiro de 1891 (18). Que o Imperador não pernito no Núcleo Colonial o diz sua própria letra, com absoluta precisão. Ele permaneceu em São Caetano apenas e exatamente sessenta minutos. Viajou em trem especial, tendo saído de São Paulo às 15:30h. A viagem demorou "1/4 d' hora", anotou. Chegou a São Caetano, portanto, às 15:45h, do referido dia 28 de setembro de 1878. Às 17 horas já estava de volta a São Paulo. Saíra de São Caetano, portanto, às 16:45h. O que fez nessa exata hora de permanência na localidade e que espaços provavelmente percorreu é o que procurarei indicar adiante.

2 O cenário barroco da visita imperial

Até pouco antes da visita do Imperador, a totalidade dos colonos italianos do Núcleo esteve alojada, precariamente, na casa-grande e nas senzalas dos escravos da antiga Fazenda de São Caetano (19). É provável que, na época da visita do Imperador, colonos ainda continuassem alojados nessas habitações, como continuariam a sê-lo os que viessem depois, até 1891, quando entrou no Núcleo Colonial o último colono.

O mapa do centro urbano do Núcleo Colonial de São Caetano, na época da visita de D. Pedro II, aqui apresentado pela primeira vez, que elaborei com base na antiga Planta do Núcleo Colonial e com base em dados de cartórios sobre a distribuição dos lotes aos diferentes colonos, permite visualizar o espaço em que, muito provavelmente, moveu-se o Imperador nos sessenta minutos em que esteve na localidade (Vide área sombreada no mapa). Naquela época não havia ainda uma estação ferroviária em São Caetano, que só seria inaugurada em maio de 1883, ao lado da passagem de nível do antiquíssimo Caminho Velho do Mar, cuja mais remota referência está numa ata da Câmara de São Paulo, de 1589 (20). Por isso, é praticamente certo que o seu desembarque ocorreu no ponto da ferrovia mais próximo da Capela de São Caetano, no lugar em que mais provavelmente houvesse um caminho entre um ponto e outro.

As anotações de D. Pedro II sugerem que ele ouviu, seguramente, do encarregado do Núcleo Colonial, uma breve exposição sobre a época da chegada de cada uma das duas levadas de colonos italianos, seu número e seu trabalho. "Parece que prosperaram plantando cereais", é uma frase que indica informação de intermediário. É quase certo, pois, que o Imperador foi recebido na sede do Núcleo, na casa destinada à administração, onde provavelmente lhe mostraram plantas dos terrenos e o mapa da população. É o que se pode deduzir das anotações que fez. Era essa a antiga casa-grande da Fazenda de São Caetano. O Imperador não só *ouviu*, mas, também *viu*: "Convém que tenham melhores casas", disse dos colonos. O que viu era o que descortinava do então chamado Pátio de São Caetano, pelo qual necessariamente passou, ao redor do qual situavam-se, além da casa-grande, a capela e as senzalas da antiga Fazenda. Além disso, percorreu o trajeto entre a ferrovia, onde desembarcou do trem especial que para ali o conduzira, e o referido Pátio. Nessa movimentação, deve ter visto, no mínimo, os barracões mais próximos em que estavam instaladas (vide mapa anexo) as famílias de Filippo Roveri, de Luigi D'Agostini, de Giuseppe Braidó, de Celeste Pantalo, de Giacomo Dalcin e de Giacomo Garbelotto (a propósito, o nome deste último não consta da placa que celebra os fundadores do Núcleo Colonial, na Matriz Velha, ali colocada em 1927; consta, porém, o nome de seu filho, Antonio Garbelotto). E, se conversou com algum

colono, o mais provável é que tenha conversado com esses, que viviam próximos dos lugares que percorreu. Muitas das famílias italianas não receberam ou não quiseram lotes urbanos. Estavam, pois, longe desse local. De qualquer modo, moravam no centro urbano do Núcleo, ou próximo dele, além dos citados colonos, mais os seguintes: Francesco Fiorotto, Antonio Daffré, Giovanni Peruch, Natale Furlan, Domenico Botton, Antonio Martorelli, Gaetano Garbelotto, Gaetano Garbelotto Filho, Giovanni Moret, Antonio Gallo, Francesco Bortolini, Giovanni e Celeste De Nardi, Giovanni e Tommaso Tomé, Paolo Martorelli e Pietro Pessotti. Mais distantes moravam Luigi Baraldi, Luciano Genari, Giuseppe De Savi, Martino e Francesco De Martini, Pascuale Cavana, Giuseppe Ferrari, Francesco Coppini, Giuseppe Perin, Modesto Castelotti, Dionisio Madella, Eliseo Leone e Giuseppe Carnevalli (21).

Nessa época, já haviam sido abertos os piques e demarcadas as divisas entre os diferentes lotes do Núcleo Colonial. Muitas dessas linhas foram, mais tarde, transformadas em ruas da futura cidade de São Caetano. O que indica que desde o começo eram usadas como caminhos entre os diferentes lotes e as casas dos diferentes vizinhos. Além disso, pelo menos um conflito houve entre um colono e um brasileiro da região por ter aquele fechado caminho de acesso deste ao Pátio por dentro de seu lote, embora fosse caminho antigo (22). O colono se opunha a que seu lote fosse cruzado por transeuntes, restando as linhas divisórias como trilhas de circulação, mais tarde alargadas e oficializadas como ruas.

O trajeto percorrido por D. Pedro II deve ter sido o da linha que dividia o lote rural de Luigi D'Agostini e os lotes urbanos de Giuseppe Braidó e de Celeste Pantalo até o que é hoje esquina da Praça Ermelino Matarazzo e rua 28 de Julho (vide mapa). Era o trecho mais curto entre a ferrovia e o Pátio. Excluída a Praça, é a área atualmente ocupada, na maior parte, pelos edifícios das Indústrias Matarazzo. Isso talvez explique porque ainda hoje se fale na presença do Imperador na casa de Luigi D'Agostini, cujo lote era vizinho ao Pátio e atravessado pela estrada de ferro. É a partir dessa delimitação mínima do espaço provavelmente percorrido pelo Imperador que se pode descrever o que havia para ser visto daquele lugar: além de alguns dos próprios colonos e suas casas precárias e provisórias, os belos edifícios barrocos da antiga Fazenda de São Caetano, formada pela reunião de fazendas dos séculos XVI e XVII, através de duas doações importantes aos beneditinos, em 1631 e 1671, acrescida de terras compradas nos séculos XVIII e XIX.

Alguns meses antes da visita imperial, o engenheiro Leopoldo José da Silva, em relatório ao presidente da Província, descrevera a sede da antiga Fazenda, já ocupada pelos primeiros colonos italianos: "Existe nesta Fazenda uma casa térrea regular com bastante compartimentos, situada dentro de um pátio cercado por muros de construção de taipa, tendo de um lado doze pequenos quartos separados da casa principal por uma capela; todas essas acomodações têm sido conservadas e se acham alojados (nelas) imigrantes que destinam-se para este núcleo" (23). Outro relatório, feito em setembro de 1876, por José Cupertino Coelho Cintra, ajudante da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, quase um ano antes da chegada dos colonos e quando ainda pertencia aos beneditinos, previa um destino para essas instalações, no caso de que a Fazenda fosse comprada pelo governo: "constituindo-se a casa e quartos da fazenda S. Caetano alojamento provisório dos primeiros colonos" (24). Já em setembro de 1874, quando foi feito o primeiro levantamento de locais adequados para a instalação de núcleos coloniais, Nicolau d'Athogino (o responsável pela recomendação de que a fazenda fosse comprada pelo governo e transformada em colônia agrícola de imigrantes) dizia: "As casas e capela da situação são construídas de taipa e conservam-se boas, salvo pequenos reparos...". Avaliava as "casas de moradia, capela e senzalas com suas taipas de feicho" em nove contos de réis (25) — 24.3% da indenização que sugeria fosse paga à ordem de São Bento, proprietária da Fazenda (e que acabou recebendo apenas dezesseis contos de réis pelas terras e benfeitorias das três fazendas que possuía na região: S. Caetano, S. Bernardo e Jurubatuba). Mas, além da casa-grande, das senzalas e da capela da antiga Fazenda, o Núcleo Colonial herdara, também, "três fornos para tijolos, telhas e louça", vistos, em junho de 1879, pelo empresário Henrique Raffard (26), re-

manescentes da antiga fábrica que os beneditinos mantiveram em funcionamento por mais de 130 anos.

A casa-grande existia desde o tempo em que a Fazenda chamava-se Fazenda do Tijucuçu (e não sítio do Tijucuçu, que nunca existiu), nome mudado ainda na primeira metade do século XVIII para Fazenda de São Caetano do Tijucuçu (em 1743) e, pouco depois, para Fazenda de São Caetano (27). A casa passou por uma grande reforma entre 1769 e 1784 (28). Depois disso, foi inteiramente reedificada entre 1817 e 1828, tendo sido aproveitadas da casa antiga apenas algumas paredes de taipa. Nessa época, foram ampliadas as suas instalações. Na reforma do século XVIII, a casa ficou com quase 24 metros de largura, na fachada e nos fundos. Deste lado, tinha uma varanda de quase três metros de largura, de ponta a ponta. Num dos cantos da varanda ficava a cozinha, grande, de mais de 30 m² com despensa anexa. No outro canto da varanda, ficava uma "secretaria", com três casinhas, então chamadas de "casas necessárias", os nossos sanitários de hoje. A sala e as "necessárias" eram ladrilhadas e tinham o forro estucado — esteira rebocada. A varanda ficava "mística com as casas de vivenda", os quartos. Além do pátio da frente, inteiramente ajardinado, uma parte do qual é hoje a Praça Ermelino Matarazzo, havia uma grande horta lateral, e pomar, bem como um segundo pátio na parte detrás da cozinha. A casa era branca e as portas e janelas estavam pintadas de vermelho.

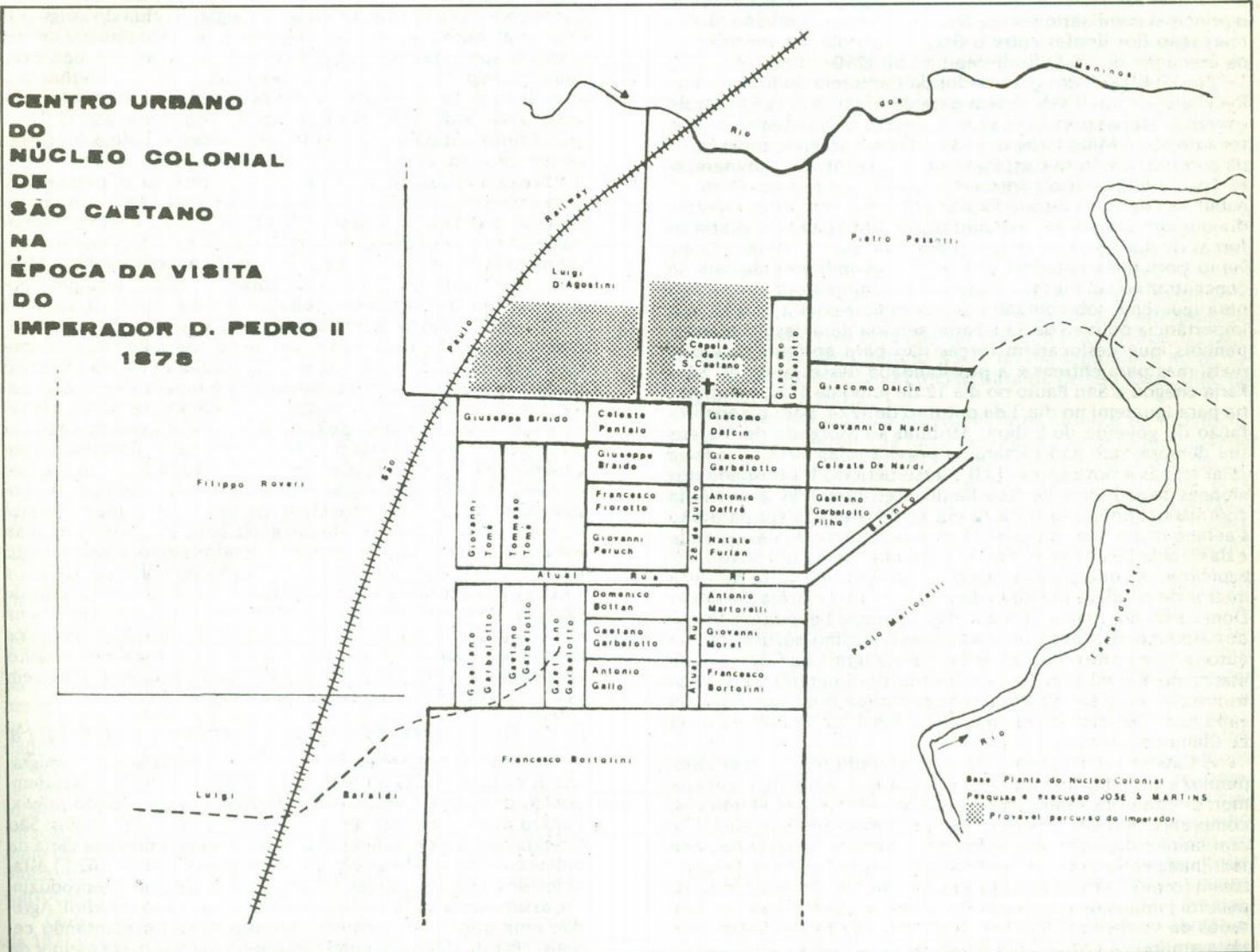
Na grande reforma do século XIX, iniciada antes da Independência, foi acrescentado um quarto na varanda da frente, além dos três quartos que davam para a sala e um quinto quar-

to no corredor. Foi mantida a grande varanda dos fundos. Além da cozinha, também grande, com sua despensa e quarto de despejo, inclui-se um refeitório. Foram refeitas, também, as "casas necessárias", isto é, os sanitários. Anexa à cozinha, a fábrica de farinha. E, atrás, a "casa de aves" e estrebarias.

Tratava-se de uma casa imensa. Além de abrigar, na época da visita do Imperador, o escritório da Inspeção de Terras e Colonização, tendo sido também moradia de seus funcionários (29), abrigaria, poucos anos depois, um quartel de praças e uma escola pública, ao mesmo tempo (30).

Do outro lado do Pátio, ficavam as senzalas dos escravos. Eram 12, em 1877, quando a Fazenda foi adquirida pelo governo. Em 1730, eram somente quatro. Mas, nessa época, a Fazenda tinha apenas 17 escravos. Entre 1781 e 1784, foram construídas outras três senzalas. Não se sabe a época de construção das demais. Alguns escravos não viveram nelas, mas tiveram casas separadas — uma concessão que os monges às vezes faziam para premiar um escravo ou para diferenciar um índio administrado, que era cativo de condição social distinta do negro de origem africana, com direitos distintos.

A mais bela obra do conjunto era, porém, a Capela de São Caetano, que existiu até 1883 no lugar em que está hoje a Matriz Velha. Fora construída entre 1717 e 1720, no tempo do frei Bartolomeu da Conceição, presidente do Mosteiro (31). Nessa época, ainda era uma capela pequena e baixa, de 6,6 metros de comprimento por 2,64 metros de altura — uma igreja rural. Em 1730, tinha uma imagem de Nosso Senhor, com sua coroa de prata. E a imagem de São Caetano, com seu res-



plendor e cruz de prata e seu vestuário de sobrepeliz e estolas. Além da capela, havia a sacristia, onde eram guardados os paramentos utilizados pelos monges nas celebrações — batizados, casamentos, encomendações. Missas eram ali celebradas regularmente todos os domingos, para os residentes, livres e escravos, e para os vizinhos moradores do bairro de Tijucuçu, de pois bairro de São Caetano.

Sofreu ampla e delicada reforma e ampliação entre 1769 e 1784, quando também houve a reforma da casa-grande. Uma segunda reforma ocorreu entre 1817 e 1828, quando foi totalmente reedificada.

A reforma e ampliação realizada no século XVIII fez da Capela de São Caetano uma obra de arte. A altura das paredes foi elevada para quase quatro metros e o forro foi construído em forma de arco, com altura de 4,6 metros do piso ao ponto mais alto. A capela-mor ficou separada do corpo da Igreja por um arco e um degrau. O comprimento da Igreja, do retábulo à porta, foi aumentado para cerca de nove metros e meio e a largura para 4,4 metros. O frontispício tinha 6,6 metros de altura, construído em taipa socada ou taipa-de-pilão, de um metro de espessura, sobre alicerce de pedra, em estilo romano. Do mesmo estilo eram os detalhes interiores da Igreja. No início da reforma recebeu um retábulo dourado, que pertencera à antiga Igreja do Mosteiro, também reformada pouco antes.

Entre maio e julho de 1773, os beneditinos hospedaram na Fazenda do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, militar, engenheiro e fino arquiteto. Fora ele o autor do projeto do catafalco para as pompas fúnebres do tetravô do Imperador D. Pedro II, D. João V, rei de Portugal, em 1750. Fora também o arquiteto do Palácio Real das Necessidades, em Lisboa (32). Fora, ainda, o principal comissário português, em 1753, na Comissão de Demarcação dos limites entre o Brasil e as colônias espanholas, na execução do Tratado de Madrid, de 1750.

Em 1766/1767, era governador da Capitania do Rio Grande. Recebera, depois disso, ordens para deslocar-se para São Paulo e recrutar tropas para ocupação da região de Iguatemi, na fronteira do atual Mato Grosso do Sul com o Paraguai, onde deveria construir um forte e estabelecer uma colônia de povoamento. Foi muito grande a controvérsia sobre essa missão. O governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, entendia que um ataque aos espanhóis por aquele lado dividiria as forças do inimigo, que fazia a pressão no sul da colônia. O governo português entendia que as forças militares deviam se concentrar no sul mesmo e que o deslocamento de uma força para Iguatemi, sob comando de um militar com a patente e a importância política de Sá e Faria, serviria para despistar os espanhóis, que deslocariam forças não para enfrentar ataques reais, mas para enfrentar a possibilidade desses ataques. Sá e Faria chegou a São Paulo no dia 12 de julho de 1772 e só partiu para Iguatemi no dia 3 de outubro de 1774, para grande irritação do governo de Lisboa. Atribuiu ao Morgado de Mateus sua demora, que não tomara as providências para recrutar e aviar tropas e povoadores (33). Nesse período foi hóspede dos monges beneditinos de São Paulo. Retribuiu-lhes a acolhida com vários projetos para a Igreja do Mosteiro. Veio para São Caetano quando o principal da grande reforma da casa-grande e da Capela já estava no fim. Projetou para esta um novo frontispício e, ao que parece, sugeriu correções na torre de onze metros de altura, que ficava do lado direito da igreja. Segundo Dom Clemente Maria da Silva Nigra, monge beneditino falecido há pouco, desenhou para a Capela o mesmo pórtico, de sua autoria, que pode ser visto ainda hoje na Igreja da Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro (34). Voltou do Iguatemi para construir fortes em Santa Catarina. Num ataque dos espanhóis, foi capturado. Morreu em Buenos Aires, em 1792, como registrou D. Clemente.

A Capela ganhou, em 1772, um retábulo novo e moderno, púlpito e coro assoalhado. Assoalhada foi, também, a capela-mor. O corpo da Igreja foi ladrilhado com lajotas vermelhas, compridas, coradas a fogo, e as sepulturas que nele havia foram ladrilhadas com lajotas brancas e largas. A sacristia seria ladrilhada entre 1781 e 1784. O teto da capela-mor e o da Igreja foram forrados com tábuas e, posteriormente, decorados. A Capela foi pintada de branco, as ferragens, as portas e portais pintados de vermelho. Detalhes da decoração foram feitos com tinta amarela e outros com douração.

A Capela de São Caetano recebeu, então, imagens de Santa Ana e de São João Batista, além de um Santo Cristo de latão. Em nichos dos dois lados do frontispício foram colocadas imagens de São Bento e de Santa Escolástica, de barro cozido. Entre 1781 e 1784 foi introduzida uma nova imagem de São Caetano, de barro cozido, com 77 cm de altura, que ainda podia ser vista, na Matriz de São Caetano, em 1927, quase século e meio depois (35). Foi mantida na Igreja a imagem antiga, denominada agora de São Caetano Velho. É dessas imagens que fala o diretor do Núcleo Colonial, em 1879, uma vez que, nesse momento, está fazendo um balanço do patrimônio adquirido pelo governo com a compra da Fazenda: "Na Capela existe (sic) várias imagens..." (36).

Na reforma do século XIX, entre 1817 e 1828, a Capela de São Caetano, com sua torre e sino, foi toda reedificada, incluindo a sacristia. Muito provavelmente, porém, mantida a forma e o estilo introduzidos com as obras do século XVIII, pois não há referência a qualquer modificação em relação ao projeto anterior.

Do muro mencionado pelo engenheiro Leopoldo José da Silva, em 1877, já há notícias entre 1769 e 1772. Foi reconstruído entre 1803 e 1805. Era um muro de taipa socada. Cercava a casa-grande, a capela e as senzalas. Um portão alto dava saída para a estrada que vinha da rua Tabatingüera, em São Paulo, pela Moóca, e ia para São Bernardo, para entroncar no Caminho do Mar e, mais tarde, na Estrada Vergueiro. Essa estrada havia sido, por sua vez, caminho antigo do mar, mencionado pela Câmara de São Paulo em 1589, como referi antes. Dentro do muro, o Pátio de São Caetano, que já foi um grande jardim florido, todo plantado de cravos. Numa parede do muro, houve fonte com carranca que despejava a água, trazida de longe por um canal, numa pia de barro cozido e, no pátio, houve um relógio de sol. Estas últimas peças, provavelmente, já não existiam quando da visita do Imperador, pois não há referência a elas. Porém, também não há referência, nos documentos oficiais, à olaria dos beneditinos e, no entanto, ela estava lá. Uma parte desse antigo pátio, como disse antes, é hoje a Praça Ermelino Matarazzo.

Fora do muro, na direção do rio, como viu Henrique Raffard em junho de 1879, estavam os três fornos que faziam parte da fábrica de louças vidradas, ladrilhos, tijolos e telhas, iniciada pelos monges beneditinos em 1730, quando foi construído o primeiro forno. Em 1757, o abade propôs e o conselho do Mosteiro aprovou um segundo forno, "visto ser procurada na cidade a cerâmica ali feita" (37). Antes de 1769, já havia um terceiro forno pequeno para louça. Seus produtos eram levados em canoas, pelo rio Tamanduateí, até o Porto Geral, onde é hoje a rua 25 de Março, em São Paulo, perto do Mosteiro de São Bento, para uso na construção e reparo das muitas casas que os beneditinos possuíam na cidade e para venda dos excedentes. Assim foi até 1862, quando os escravos da Fazenda recusaram-se a continuar o trabalho na olaria, preferindo a roça. Foi o que levou os beneditinos a libertarem todos os seus escravos a 29 de setembro de 1871 (38), dia seguinte ao da promulgação da Lei do Ventre Livre. Em 1874, já começava o processo de desapropriação da Fazenda para sua transformação em núcleo colonial, onde acabaria sendo feito o assentamento de camponeses pobres vindos do Vêneto, no norte da Itália. Os fornos ficavam no terreno que seria adquirido, em janeiro de 1880, pelo Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, dentista na rua Direita, em S. Paulo, que neles passaria a produzir os tijolos da marca "Paulista", dos quais ainda podem ser encontrados exemplares em velhas construções de São Caetano. É a área em que se localizam as Indústrias Matarazzo.

3. Tempos difíceis, tempos de luta

O Imperador também tinha suas fantasias sobre a imigração italiana. A visita ao Núcleo Colonial foi um dos passatempos do dia, aparentemente decidida sem programação prévia. Em seu diário, registrou as informações oficiais recebidas: São Caetano era uma "colônia d'italianos" e emendou por cima da palavra colônia: "do governo"; os italianos eram "162 (,) estabelecidos os mais antigos há pouco mais de ano", reproduzindo, assim, um dado do recenseamento realizado em abril. Agregou uma impressão: "Parece que prosperaram plantando cereais". Prosperidade duvidosa naquele momento. Na melhor da

hipóteses, teriam colhido uma safra de feijão e outra de milho, produto escasso para permitir a conclusão de que os colonos progrediram. Vários nem sequer haviam recebido os seus lotes rurais. E todos continuavam vivendo de um subsídio diário do governo. A pobreza é sugerida pelo próprio Imperador: "Convém que tenham melhores casas". E a apreciação final, expressão do que os próprios governantes gostariam que fosse a atitude dos imigrantes no país, para atrair novos imigrantes: "Estão contentes".

O fato extraordinário de um Imperador que aparece de surpresa, no meio de uma tarde de sábado, numa pequena colônia de camponeses pobres, chegados da Itália há um ano quando muito, semeando ali uma fantasia que permaneceria ao longo das gerações, na verdade, a contrapartida de um dia rotineiro de enfadonhos compromissos oficiais. Entre 8 e 9 horas da manhã, o monarca acompanhara uma sabatina na Faculdade de Direito, "aula do Falcão", e das 12 às 13 h outra sabatina na "aula do Furtado". Ficou satisfeito com os resultados da primeira e insatisfeito com os da segunda. E chegou a classificar como medíocre um dos alunos, o filho do ministro Cansação de Sinimbu, da Agricultura. Foi à Igreja do Colégio, ao lado do Palácio do Governo, e registrou apreciação negativa sobre quadro supostamente de autor alemão. Recebeu cartas da Europa e um "bilhetinho da Condessa", provavelmente da Condessa du Barral, sua confidente. Já estava há muitos dias fora da Corte. E partiu para São Caetano. Termina suas anotações com esta observação: "5 h (.) de volta". O Imperador cumprira um dia de rotina como chefe de Estado. A rotina do Imperador constituía-se, porém, no fato extraordinário a invadir a vida ordinária e pobre dos camponeses italianos de São Caetano.

Esse episódio mostra como o acontecimento extraordinário, na vida dos pobres da terra, pode fazer com que o desconhecido apareça, aos olhos do estranho e visitante ocasional, como contente. "Estão contentes", escreveu D. Pedro II, incisivamente. Contentes com o quê?

De fato, os colonos de São Caetano há mais de um ano estavam vivendo tempos difíceis. Logo nos primeiros dias que se seguiram à instalação do Núcleo Colonial, a 28 de julho de 1877, como vimos, 21 imigrantes manifestaram descontentamento e solicitaram transferência para a Província de Santa Catarina, onde tinham parentes. No dia 15 de agosto, o encarregado do Núcleo Colonial informava aos jornais que os referidos imigrantes haviam sido enviados para o Rio de Janeiro, e dali seriam transferidos para Santa Catarina. Se a decisão não fosse tomada, "prejudicaria a ordem estabelecida", esclareceu (39). O governo teve que transigir, pois o contrato que fizera com os imigrantes era claro: os colonos seriam estabelecidos onde o governo quisesse, não cabendo a eles determinar o lugar de seu assentamento. Transigência que anuncia as primeiras dificuldades e as primeiras tensões.

As condições de vida locais logo se mostraram adversas. Até 20 de outubro de 1877, faleceram 18 pessoas no Núcleo Colonial (40), quase 15% de sua população, cerca de duas pessoas por semana. A primeira morte foi a de uma menina, seis dias após a chegada dos colonos. Foi preciso uma ordem especial do presidente da Província para que fosse sepultada (41). E nasceram apenas quatro crianças, no período. Naquela data, a população local era de 121 pessoas. Mais difícil se tornou a situação a partir do dia 15 de outubro, quando o Padre Tomás Inocêncio Lustosa, vigário de São Bernardo, comunicou ao encarregado do Núcleo que não mais aceitaria cadáveres procedentes de São Caetano no cemitério de sua freguesia (42). O pequeno cemitério da, assim mesmo distante, freguesia de São Bernardo, a oito quilômetros de São Caetano, não comportava esse alto índice de mortalidade. Sem contar que naquela localidade fora inaugurado, pouco antes, um núcleo colonial maior do que o de São Caetano. Daí em diante, os mortos teriam que ser levados para o Cemitério da Consolação, em São Paulo, longe quase 15 quilômetros pela estrada da Moóca e do Brás. A estação ferroviária de São Caetano seria inaugurada apenas em maio de 1883, como já mencionei. Nem dispunham os colonos, ainda, de outro meio de transporte, como carroça e animais. Carroça, havia uma, de propriedade do governo.

Outros doze falecimentos ocorreram entre 4 de dezembro de 1877 e a data da visita do Imperador (43). Todos esses mor-

tos foram levados para o Cemitério da Consolação, sepultados com atestados de pobreza expedidos pelo vigário do Brás. Já nessa data foi sepultado o colono Domenico Perin, de 56 anos, falecido de "lesão orgânica do coração". Seu nome, aliás, também não consta da relação dos nomes celebrados como de fundadores do Núcleo Colonial, em placa colocada na fachada da Matriz de São Caetano, em 1927, no cinquentenário da chegada dos imigrantes. Três dias depois, no dia 7, deu-se o sepultamento de Ana Maria, de um ano de idade, filha dos colonos Celeste e Maria Pantalo. Morreram de "catarro sufocante". A 27 de janeiro de 1878, Giuseppe Carnevalli e sua mulher, Rosa Fregesi Carnevalli, sepultaram o filho Pietro, de um ano e meio. Menos de seis meses depois, a 16 de julho, voltaram ao mesmo cemitério para sepultar o filho Caetano, de seis dias. A 8 de fevereiro foi o sepultamento de Emilia Ferrari, de sete meses, filha de Giuseppe Ferrari e de Prima Rezaqui Ferrari, que vieram para São Caetano no início de 1878, procedentes de Mantova, Itália. No dia 21 de fevereiro, foi sepultada a menina Virgínia, de 4 anos e meio, filha dos colonos Dionisio e Maria Madella. No dia seguinte, Francesco e Luigia Coppini ali sepultaram a filha Erminia, de 18 meses, cuja morte decorreria de diarreia. No dia 23, o médico fez um balanço das condições de saúde da população local. Encontrou 23 doentes, sendo onze com oftalmia purulenta, quatro casos de diarreia, casos de reumatismo, gastralgia, marasmo e lesão cardíaca. E o mais grave: quatro casos de febre tifóide. Na semana anterior, o médico do Núcleo Colonial, Dr. Jayme Serva, rompera o contrato com o governo para atendimento dos colonos. O próprio presidente da Província foi obrigado a comissionar o médico Mário Augusto Falcão para "visitar os doentes e dirigir o tratamento" (44).

No dia 13 de março de 1878, foi sepultado o colono Angelo Felice, de 57 anos falecido de "lesão orgânica do coração". Seu nome também não consta da placa comemorativa afixada na antiga matriz de São Caetano. No dia 30, deu-se o sepultamento da pequena Maria, de 19 meses, filha de Antonio e Angela Martorelli, que haviam recebido o título provisório de seu lote urbano, na esquina das atuais ruas Rio Branco e 28 de julho, apenas cinco dias antes. A menina falecera de enterocolite. A 13 de abril, seria sepultada outra Maria, de 9 meses, filha de Giovanni e Teresa Peruch, que moravam em frente ao lote da residência do casal Martorelli. No dia seguinte, Luís, de 8 anos, que também falecera de disenteria, filho de Luciano e Marcella Genari, era sepultado no "quadro dos anjos grandes". Quinze dias depois, a 29 de abril, José Luís Fláquer, um professor de S. Bernardo, futuro senador estadual, denunciava às autoridades, a existência de nove casos de varíola, entre brasileiros, no bairro Ressaca, em São Caetano (45). E no dia seguinte, à noite, falecia de angina o menino Ernesto Baraldi, de seis anos, filho de Luigi e Luigia Baraldi.

Diante desse quadro previsível, o presidente da Província, Sebastião José Pereira, já havia pedido à Câmara Municipal de São Paulo, em agosto de 1877, que construísse, às custas do governo, um cemitério em São Caetano, "onde já existe decente capela". No dia 29, a Comissão Permanente deu parecer favorável ao atendimento do pedido, mas nada foi feito. O presidente da Província voltou a insistir no assunto a 9 de novembro, sem qualquer resultado (46).

Na manhã de 10 de janeiro de 1878, quinta-feira, o vereador Antônio da Silva Prado, do Partido Conservador, grande fazendeiro, futuro banqueiro e industrial, futuro ministro da Agricultura e articulador da abolição da escravatura, como membro do governo em 1888, inspetor voluntário e gratuito da imigração, não compareceu à sessão da Câmara Municipal. E justificou-se: "por ter sido chamado a serviço urgente da colonização na colônia de S. Caetano" (47). Também foi chamado o chefe de polícia: nessa manhã ocorreria a revolta dos colonos de São Caetano (48). A revolta era motivada pela falta de fornecimento de víveres e por falta de pagamento das diárias prometidas pelo governo. Os lotes coloniais, necessários ao trabalho agrícola de cada família, só começaram a ser distribuídos no dia 1º de janeiro e, ainda assim, apenas para alguns dos colonos. Todos viram-se privados de "certos alimentos por alguns dias, passando a carne fresca, pão e milho cozido" (49). Naqueles dias, houve revolta, também, em São Bernardo e Santana.

Essas dificuldades decorriam, na verdade, da tentativa de

boicotar os núcleos coloniais por parte da administração provincial. A Tesouraria da Fazenda havia começado a opor obstáculos ao pagamento de contas e subsídios aos núcleos coloniais da Capital. Alegava que o diretor das colônias, Leopoldo José da Silva, não prestara contas de retiradas anteriores, impossibilitando a liberação de novos recursos. A situação agravou-se porque o fornecimento de alimentos aos colonos havia sido posto em concorrência, sendo vencedor o comerciante Enrico Scuvero, cujo contrato entrara em vigor no dia 10 de dezembro de 1877. Mas, em pouco tempo, os preços de alguns gêneros, como o feijão e o arroz, quase dobraram, dando grande prejuízo ao fornecedor que, além do mais, não recebia em dia os pagamentos do governo. Por isso, rescindiu o contrato. Na emergência, e diante da revolta, o presidente da Província acabou apelando a Antônio Proost Rodovalho, grande comerciante e capitalista da Capital, para que fornecesse gêneros aos imigrantes.

No dia 4 de abril, nova manifestação de descontentamento: uma comissão de cerca de vinte colonos de São Caetano procurou o vice-cônsul italiano em São Paulo para reiterar suas reclamações. Este se desincumbiu mandando-a procurar o presidente da Província, adversário dos núcleos coloniais. Os motivos do descontentamento eram os mesmos da revolta de janeiro (50).

Nesse meio tempo, entre o final de 1877 e o início de 1878, chegaram, ainda, outras famílias italianas. Num recenseamento de abril de 1878, foram contadas 161 pessoas no Núcleo Colonial, mais uma até setembro. Eram os 162 sobreviventes de que teve notícia o Imperador na visita a São Caetano. "Estão contentes", confidenciou ele ao seu diário.

Notas:

- (1) Arquivo Histórico do Museu Imperial, *Diário de D. Pedro II*, Maço 37, Doc. 1.057, cat. B (nº 22).
- (2) "Colonos Desgostosos", *A Província de São Paulo*, 5 de agosto de 1877, p. 3; "Colonos Desgostosos", *Diário de S. Paulo*, 7 de agosto de 1877, p. 2.
- (3) "Imigrantes", *Diário de S. Paulo*, ano XIII, nº 3.498, 15 de agosto de 1877, p. 2.
- (4) Ofício de Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Inspetor Geral de Terras e Colonização, a Sebastião José Pereira, presidente da Província de São Paulo, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (5) Com base em dados de cartórios organizei a relação completa dos colonos que receberam os 92 lotes rurais e urbanos de São Caetano, de 1877 a 1891, que inclui os vários casos de revenda, relação essa que permite a localização exata de cada família em diferentes momentos. Cf. José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano*, 10 pp. (inédito).
- (6) Carta do Ilmo. Sr. Dr. Rangel Pestana, *A Província de São Paulo*, nos 3.633 e 3.634, 10 e 11 de maio de 1887, respectivamente, p. 1; Emilio Rossi: Respostas aos 11 quesitos sobre a produção do vinho apresentadas ao presidente da província de São Paulo, apud Anexo "O", in *Relatório Apresentado à Assembléia Geral na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1888, p. 33-34.
- (7) *Almanach do Estado de São Paulo para 1891*, Oitavo Anno, Editora Companhia Industrial de São Paulo, São Paulo, 1891, p. 344.
- (8) Documentos da Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul, procedentes do arquivo da Família Barile.
- (9) *Relatório Com que o Exmo Sr. Dr. João Baptista Pereira, Presidente da Província de São Paulo, Passou a Administração ao 2º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Barão de Três Rios*, Typ. A Vapor do "Diário de Santos", s/l. 1878, p. 58-59.
- (10) José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano*, cit.
- (11) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), caixa 4; Relatório Apresentado à Assembléia Geral Na Segunda Sessão da Décima Sétima legislatura Pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Imprensa Industrial, Rio de Janeiro, 1879, p. 58.
- (12) João Netto Caldeira, *Álbum de São Bernardo*, Edição da Organização Cruzeiro do Sul, S. Paulo, 1937, *passim*.
- (13) "Emigração al Brasile - Vantaggi Offeriti Agli Emigranti", documento assinado em Gênova (Itália), a 30 de junho de 1877, por Giovanni Peruch. Documentos da Coleção do Museu Municipal procedentes do arquivo da Família Barile.
- (14) *Diário de S. Paulo*, 6 de julho de 1877, p. 2; Ofício nº 39, de Leopoldo José da Silva para Sebastião José Pereira, presidente da Província, 4 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (15) Dom Martinho Johnson, O.S.B., *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Coleção da Revista de História, São Paulo, 1977, p. 187-191.
- (16) *Relatório Apresentado à Assembléia Geral Na Segunda Sessão da Décima Sétima Legislatura...*, cit, p. 58.
- (17) *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, 20 de outubro de 1877, fl. 6 (verso), Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (18) José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano*, cit.

- (19) *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, cit., fl. 3.
- (20) José de Souza Martins, "Vestígios de um velho Caminho do Mar, do século XVI, nas ruas de São Caetano", in *Sancaetanense Journal*, (Edição comemorativa), Ano V, nº 227, São Caetano do Sul (SP), 25 de julho de 1987, p. 12.
- (21) José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de São Caetano*, cit. (22) *Ibidem*.
- (23) *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, cit., fl. 3.
- (24) José Cupertino Coelho Cintra, *Relatório*, Inspectoria Geral de Terras e Colonização, Gabinete do Ajudante, São Paulo, 2 de setembro de 1876, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (25) *Relatório do Exame Feito em Varias Fazendas e Localidades, na Margem Esquerda do Rio Tietê, por Ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Doutor João Theodoro Xavier, Muito Digno Presidente da Província de S. Paulo, por Nicolau d'Atogino*, 24 de setembro de 1874, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (26) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", in *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo LV, II Parte, Rio de Janeiro, 1982, p. 159 e ss.
- (27) José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama/Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Caetano do Sul/CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul, 1988, p. 13.
- (28) Salvo indicação em contrário, as informações sobre a Fazenda de São Caetano procedem dos códices do Arquivo do Mosteiro de São Bento.
- (29) Ofício nº 640, de Leopoldo José da Silva a Laurindo Abelardo de Brito, 3 de setembro de 1879, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1879-1890), caixa 5.
- (30) *Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização*, 26 de maio de 1890.
- (31) Affonso d'E. Taunay, *Historia Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*, Typographia Ideal, São Paulo, 1927, p. 162.
- (32) José de Souza Martins, *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957, p. 86.
- (33) Dados relativamente abundantes sobre a vida e a estada do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em São Paulo são encontrados em Heloisa Liberali Bellotto, *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, Secretaria Estadual da Cultura, São Paulo, 1979, *passim*.
- (34) D. Clemente Maria da Silva Nigra "Sobre as Artes Plásticas na Antiga Capitania de S. Vicente", in *Ensaio Paulistas*, Editora Anhambí S/A, São Paulo, 1958, p. 828.
- (35) Um livreto de Renato Bellucci, de 1927, contém a única foto conhecida dessa imagem. Cf. Renato Bellucci, *Pagine di Verità e di Vita Cinquant'anni di Storia della Popolazione di São Caetano*, Tipografia de 1º Argus", São Paulo, 1927.
- (36) Ofício nº 640, cit.
- (37) Affonso d'E. Taunay, *Historia Antiga da Abbadia de S. Paulo*, cit., p. 158 e 170.
- (38) Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda, Códice 198, "Visita dos Mostros do Rio, S. Paulo, Santos, Sorocaba, Parnaíba, Jundiá, pelo visitador Comissario Fr. José de Sta. Maria Amaral e outros", 28 de janeiro de 1863, fls. 10-11.
- (39) "Imigrantes", *Diário de S. Paulo*, ano XIII, nº 3.498, 15 de agosto de 1877, cit.
- (40) *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, 20 de outubro de 1877, cit.
- (41) Ofício nº 38, de Leopoldo José da Silva e Sebastião José Pereira, presidente da Província, 4 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (42) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), caixa 3.
- (43) Os registros de sepultamentos dos colonos de São Caetano, no Cemitério da Consolação, encontram-se no *Livro para o Registro das Guias das Sepulturas, no Cemitério Municipal desta Capital*, Prefeitura Municipal de São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico.
- (44) Carta de 16 de fevereiro de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), caixa 4; Carta de Leopoldo José da Silva a João Baptista Pereira, presidente da Província, 23 de fevereiro de 1878, loc. cit.
- (45) Carta de 29 de abril de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), caixa 4.
- (46) *Diário de S. Paulo*, 21 de agosto de 1877, p. 2; *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo — 1877*, vol. LXIII, Departamento de Cultura, São Paulo, 1949, p. 184 e 219.
- (47) *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo — 1878*, vol. LXIV, Departamento de Cultura, São Paulo, 1949, p. 7.
- (48) "Desordem", *Diário de S. Paulo*, ano XIII, nº 3.618, 11 de janeiro de 1878, p. 2.
- (49) "Colonos", *Diário de S. Paulo*, ano XIII, nº 3.686, 6 de abril de 1878, p. 2; "Colônias suburbanas", *A Província de São Paulo*, ano IV, nº 938, 5 de abril de 1878, p. 1.
- (50) "Colonos descontentes", *A Província de São Paulo*, cit., p. 1.

(*) José de Souza Martins é professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde 1965. Foi "visiting scholar" da Universidade de Cambridge (Inglaterra), em 1976, e professor-visitante da Universidade da Flórida (EUA), em 1981. Nasceu em São Caetano do Sul, em 1938, onde ainda mora a maior parte de sua família, e aqui viveu até 1962. Descende de antigos moradores do lugar. Foi fundador, organizador e primeiro diretor do Museu Municipal (1959-1961). É autor de quinze livros na sua especialidade e co-autor de outros quatorze livros publicados no Brasil, nos Estados Unidos, no México, na Inglaterra, na Alemanha Federal, na Itália e na Espanha. Sobre a história de São Caetano, publicou mais de uma dezena de artigos em jornais da região, desde 1957, e mais os seguintes trabalhos: *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957; *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973; *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul, 1988. Seus livros mais recentes são: *Não Há Terra para Plantar neste Verão*, Editora Vozes, Petrópolis, 1986 (traduzido para o italiano pela editora Vecchio Faggio, em 1988); *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*, Editora Hucitec, São Paulo, 1986; *Caminhada no Chão da Noite*, Editora Hucitec, São Paulo, 1989.

Cavaliere Zapparoli, um contador de histórias

Henry VERONESI (*)

Era uma noite de janeiro. A lua cheia, parecendo estar a poucos quilômetros da terra, iluminava o ambiente, dando a impressão de que, com o seu brilho, transmitia o calor do sol de um dia de verão.

A noite era tão clara que as lâmpadas dos postes da Light pareciam, apenas, pontos incandescentes pendurados, aparecendo mais nas águas límpidas que vinham das nascentes próximas e corriam nas sarjetas naturais que divisionavam as ruas das calçadas.

Era uma noite de ar inebriante, alegre e de felicidade que convidava as pessoas a saírem de suas casas para um passeio, uma brincadeira ou mesmo para um bate-papo na calçada com os vizinhos.

A rua Santa Catarina, naquela noite, mais parecia uma sala de visitas do que um logradouro público, tão movimentada estava com as pessoas que ocupavam as calçadas, sentadas e conversando.

Lá estavam as famílias Bernardino, Veronesi, Costa, Dompieri, Zapparoli, Lodi, Dias, Spinelli, do "seu" Antonio português e de dona Maria.

A molecada, aproveitando a claridade do luar, brincava, uns jogando "pica", outros de "esconde lenço", outros jogando "fubeca", alegrando mais o ambiente.

Eu e mais alguns amigos — o Reinaldo Costa, o Névio Dias e o Walter Roeda — caminhávamos sem destino, quando, em frente da casa do seu Angelo Zapparoli, paramos para ouvir o Brasil Zapparoli, que cantava *Il sole mio*, acompanhando-se ao violão.

A família Zapparoli era muito querida na redondeza e, por isso, geralmente era ali o ponto de encontro dos rapazes e moças para as brincadeiras programadas, ou para ouvirem o Brasil cantar, acompanhado por ele mesmo e seu primo Oswaldo Basani. Quando não era por essas razões, era para ouvir as histórias do seu Zapparoli.

O seu Angelo Zapparoli, como bom **oriundo**, tinha participado da I Guerra Mundial de 1914 a 1918 e como caçador que era, muitas histórias tinha para contar.

Não era nenhum Molière, nem um Rabelais, nem menos ainda um Barão Münchhausen, mas era um grande gozador e exímio



Conjunto musical. Em pé: Oswaldo Basani e Nico (?). Sentados: Leoneto (?) e Brasil Zapparoli.

inventador e contador de histórias. De uma frase, na hora, inventava uma história, temperando-a como bem entendia. De um drama, fazia uma comédia. De uma comédia fazia um dramalhão.

Por essas qualidades que possuía, em todas as rodas de pessoas em que se encontrava, era logo solicitado para contar alguma coisa.

Naquela noite, sentado em frente de sua casa, alguém lhe pediu:

— Seu Zapparoli, conta alguma história pra gente.

Ele, sem se fazer de rogado, com palavreado italianado, acendendo a sua **pipa** e, mantendo-a entre os dentes, começou:

"Sabe, uma vez, io i alguns amicos, o Pereira, o Joca i otros qui nonmi lembro, cumbinamo uma caçada lá no Alto da Serra. Preparamo tudas as nossas coisa e no dia seguinte, logo di manhã, fumo pra lá. Chegando lá, nós montemo nosso acampamento e, como nós sempre fazia, nós fumo passarinhá prá garantir a bóia. Caçamos alguns passarinho, inclusive um urú. Fizemo uma bela polenta e com um belo fiasco de vinho, mandemo a polenta e os passarinhos prá bariga. Na hora de dormi, como vocês sabe, os caçadores dorme sempre vestido, io mi deitei, ma o mio relógio, além de mi incomodá com o barulho do tic-e-tac, mi isprimia a bariga, não me deixando pegá no sono. Ele mi isprimia a bariga, porque era um relógio legitimo Roskof Patente, como vocês sabe, o Roskof é um relógio grande e grosso, que pesa quasi um quilo. Bem, tirei ele do colete e pindurei numa arvorezinha, qui ficava do lado di donde io ia dormi. Di manhã, bem cedinho, nós se levantemo, fizemo o café, tomamo ele, levantemo o acampamento e saimo pro alto da serra. Nossa idéia era pegá uma onça qui há muito tempo nois queria caçá".

Nisso alguém perguntou:

— Seu Zapparoli, vocês conseguiram pegar a onça?

"Lógico! Mai essa é un'altra istória, qui io conto qualquer giorno. Bem, como ia dizendo, nós levantemo o acampamento, e fumo lá no Alto da Serra. Depois de uma caçada periculosa e de muito trabalho, nós cunsiuimo matá aquela disgraziata onça. Voltemo pra casa tutti sadisfatti, porque nós tinha atingido o que nós queria. Além de matá a onça, nós tinha feito uma bela caçada. No dia seguinte que nós tinha voltado pra casa, io mo levantei prá i trabalhá, e, como ia fazia tutti giorni, procurei o mio relógio, e nada de encontrá ele. Procura daqui, procura de lá, e nada do relógio. Io tinha se esquecido que tinha levado o relógio



Diploma do governo italiano, conferindo o título de Cavaliere da Ordem de Vittorio Veneto a Angelo Zapparoli, em 1970.



Angelo Zapparoli, contando algumas de suas histórias.

na caça. Chamei mia moglie, a Carmela, e perguntei: Carmela, você viu o mio relógio? E ela mi respondeu: Você levou na caçada. Ma, acontece qui io não me lembrava. Então pensei: ou io perdi, ou mi roboaro ele. Così, io fiquei molti anni sem o mio belo Roskof Ptent, legítimo. Dopo molti anni, mios amigo cumbinaram de caçá, novamente no mesmo lugá. Lá fumo nós, novamente pro Alto da Serra. Escolhemo o mesmo lugar qui nós tinha ficado da outra vez. Quando nós chegemo lá, o lugar estava diferente, o mato tinha crescido e as árvore estava bem mais grande. Limpemo o lugar e montemo o acampamento. Depois de armado o acampamento, como nós sempre fazia, fumo passarinhá.

Fizemo a janta e conversamo um pouco, e depois fumo dormi.

Io arrumei minha cama no chão. Quando me deitei e pus minha orecchia no chão, comecei a escuitá, tic, tac, tic, tac, tac...

Levantei a cabeça e o tic-tac, parou. Voltei a deitá e o tic-tac voltou a aparecê.

Fiquei cismado, levantei, peguei o faroete e comecei a procurá di donde vinha aquele barulho. Mais, por mais que io procurava, não encontrava nada.

Era só pôr a orecchia no chão e o tic-tac voltava. Aí, então io resolví não me importá. Aí, io dormi.

No giorno seguinte, bem de matina, procurei dentro do acampamento e não encontrei nada. Saí, olhei pra todos os lado, e nada. De repente, o sol comecô a aparecê e una luce comecô me faiscá nos ólho. Olhei prá cima de uma árvore e vi uma coisa redonda, que parecia uma pêra.

Pensei cumigo mesmo: que raio de fruta é essa, que io não conheço. Aí, por curiosidade, trepei na árvore e, quando cheguei perto, vi que era o meu relógio Roskof Patent, legítimo, que io tinha perdido, quer dizer, esquivado n'altra caçada. Vocês nem pode imaginá como fiquei contento".

Terminada a história, alguém falou:

— Seu Zapparoli, essa é grossa, hein !!! Como é que o relógio, depois de tantos anos, estava, ainda, andando? Quem é que dava corda nele?

“Pois é, chinceramente, si tem uma cosa qui mi intriga, até ancora, é questo”.

Seu Zapparoli na I Guerra Mundial

Em 1915, quando a Itália aderiu à Tríplice Entente — Aliança entre a Grã-Bretanha, França e Rússia — o seu Angelo Zapparoli, como bom patriota italiano, alistou-se nas fileiras das forças italianas e para lá rumou, para defender o seu Torrão Natal, que sempre amou.

Do período que esteve combatendo, diversas passagens contava, enfeitando-as à sua moda.

Uma delas era a seguinte. Contava ele:

“Quando cheguei lá na Itália, logo fui ingançado na artilharia, conforme vocês pode vê por este retrato. Logo fui treinado e

mandado prá frente de batalha, na linha austro-húngara, lá bem encima no norte na Itália. Nós fumo pra lá, prá combater os tedesco.

Numa batalha que io participei, as força tedesca avançaram com tudo. Nós éramo bem pouco em comparação com as força deles. Por isso, eles começaram entrá no nosso território, fazendo um estrago disgraziato.

Era bombas que caía de tutti ladi, gente que moria, cavalos que caía, una carnificina mesmo.

Nossas tropa foram recuando, recuando e, io que era metralhador, fiquei por último suzinho senza uno compagno.

Numa investida di tedesqui, io num tendo aonde mi iscondê, quando eles chegaram perto, abri a bariga de um cavalo que estava morto, tirei a barigada dele e mi escondi in dentro dela.

A batalha por ali perto, durou quasi una settimana, e io, sempre in dentro da bariga, espiando la guerra, lá fora. Cheguei a vedere quelí farabuti tedesqui mazzarem molti mios companho.

Lá guerra parecia que se realizava solo lí. Io non poteva nem pôr lá testa prá fora. Dopo sete giorni, os mios amico avançaram e daí io pude sair din dentro da bariga do cavalo, são e salvo.

Ma, quando io pude saí di dentro da bariga do cavalo, io estava tudo sujo e esmelecado de gordura da barigada do cavalo.

Male mal io saí, os tedesco escominciaram un'altra batalha. Era tiro de tutti ladi e io, correndo pros mios companho, no meio de quella fuzilaria. Le bale me acertava em tudo o corpo, ma, como io estava lambuzado com a gordura do cavalo, elas batiem em mim e escorregavam. Nenhuma delas me fez um aranhão, grazia a Dio.”

— Mas, seu Zapparoli, como é que o senhor pôde ficar dentro da barriga do cavalo por sete dias, sem comida? alguém perguntou.

De imediato, seu Zapparoli respondeu: “Rapaiz, nesses sete giorni que io estive dentro da bariga do cavalo, io comi a carne dele. Quando saí de lá din dentro, fique você sabendo, o cavalo era só pele o osso.”

La Gallina Nera

Após a chegada dos colonizadores italianos em São Caetano, poucos anos mais tarde, outras pessoas de nacionalidades diferentes também aqui chegaram, fixando residência. Não vieram como colonos, mas sim por conta própria, aqui se instalaram, aplicaram suas economias que, adicionadas ao trabalho, ajudaram o progresso desta terra.

Vieram todos com a esperança de “fazer a América”.

Chegando aqui, depararam-se com costumes, ambiente, topografia de terra, matas, campos, flora, fauna, etc., diferentes daquelas que tinham deixado para trás.

Com toda essa gente, chegou um casal de italianos, cujo chefe de família tinha como divertimento a caça.

Logo que chegou, vendo esta bela terra, onde as matas, os campos e os animais existiam em abundância, idealizou, logo, uma caçada. Aprontou sua bela espingarda, trazida do estrangei-



Angelo Zapparoli, na Primeira Guerra Mundial, como metralhador do Exército Italiano.



Angelo Zapparoli,
caçando tucanos no
Alto da Serra.

ro, preparou a munição e, como o dia seguinte era domingo, se propôs a divertir-se, indo caçar.

No dia seguinte, saiu de madrugada, e lá pelas dez horas já voltava com uma ave preta que tinha caçado.

Dirigindo-se para sua mulher que, estupefata, via aquela galinha grande disse:

“Henriqueta, questa terra é mêravelhosa”. Varda cue bella gallina no preso. Facciano um bello brodo e la manhemmo com un bom biquiero de vino”.

A mulher, imediatamente, depenou a bicha e a colocou no maior caldeirão que o casal tinha em casa.

Após quatro ou cinco horas de fervura, a mulher, sempre experimentando, com o garfo, o seu cozimento, notou que a galinha cada vez ficava mais dura, e exalava mau cheiro.

Estranhando, chamou a sua vizinha mais próxima, e a presença dela veio esclarecer o que estava acontecendo.

— Dona Henriqueta, o que a senhora está cozinhando é um urubu.

— “Uno urubu? Ma que cosa vol’essere uno urubú”?

— Esse pássaro não serve para comer.

Dona Henriqueta, depois de saber do que o urubu se alimentava, não teve dúvidas: até o caldeirão jogou no rio, junto com a “Gallina nera” que seu marido tinha caçado, e esperava tomar aquele brodo.

(*) Henry Veronesi, advogado, ex-radialista, natural de São Caetano, administrador de empresas, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de Administração da Prefeitura de São Caetano do Sul e preside a Curadoria do Centro Interscholar Municipal Profª Alcina Dantas Feijão.



Certificado do Reino da Itália, atestando a participação de Angelo Zapparoli na Primeira Guerra Mundial e o fato de ter se alistado num país ultramarino. O documento de 16 de fevereiro de 1919, e confere, ainda, a Medalha da Gratidão da Pátria ao voluntário.



O MUNICÍPIO

Eleições Municipais

PLANTAS DANINHAS

GOMES & CAMPANILLA

DR. WASHINGTON RUIZ

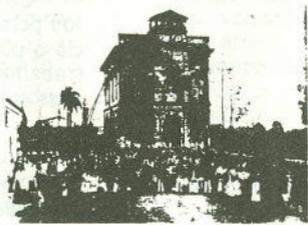
SANTA TERESA MARIANO E LIZ

Primeira página de O Município, de 19 de julho de 1947

JORNAL DE SÃO CAETANO

DATA HISTÓRICA DE NOSSA TERRA

CAETANO COLONOS QUE FORAM DESBRAVADORES



Reprodução da primeira página do Jornal de São Caetano, de 28 de julho de 1946

A SEMANA

Comemora S. Caetano do Sul seu 73.º aniversário

A homenagem de seus filhos aos propulsores e progresso doável município



A Insustentação de Ideol

Primeira página de A Semana, de 30 de julho de 1950

blico, quando não estavam a serviço de um determinado grupo político". (3)

Os jornais que circularam em São Caetano e em toda a região, com raras exceções, não tinham nenhum compromisso social e o seu noticiário refletia a estagnação dominante, promovendo "a aproximação entre o jornalismo e a baixa literatura, não sendo raras as poesias e as crônicas de amigos do jornal" e de muitos colaboradores anônimos. Os noticiários social, religioso, político e esportivo tinham seu espaço reservado nos jornais locais, quase sempre em destaque, para atrair a atenção dos leitores, ao mesmo tempo que era uma oportunidade de bajular os chefes políticos de forma vil e avassaladora. (4)

Se o meio não justifica a existência da imprensa, essa não fazia por merecê-la. Os jornais que circularam nas primeiras décadas tinham influência reduzidíssima junto aos seus leitores. Utilizavam-se de uma linguagem prosaica para descrever o noticiário, sem analisar com mais rigor os problemas e provocar o debate entre os seus leitores. A oposição ao governo municipal não era de cunho ideológico; representava uma facção partidária, na disputa pelo poder local. Assim também se comportavam os jornais que passavam para a condição oposicionista, quando deixavam de receber ajuda financeira oficial ou política. (5)

Dentro desse contexto artesanal, ainda na década de 30, tentaram estabelecer-se em São Caetano os seguintes jornais: **O Município** (1931), dirigido por Enoch Barbosa; **O Calado** (1932), folha humorística editada por A.C. Rodrigues; e **Tribuna do Povo**, semanário dirigido por Oliveira Guimarães e Fernando Piva. Este jornal foi lançado em 1934 e apoiava a administração do prefeito Felício Laurito.

O jornal mais antigo

No dia 28 de julho de 1989, o Jornal de São Caetano comemora 43 anos de circulação ininterrupta. É o mais antigo semanário do Grande ABC. O seu aparecimento como quinzenário se deu em 1946 e nos dois anos que se sucederam teve papel fundamental na campanha autonomista. A sua fundação se deu a um grupo de jovens constituído por Walter Thomé, Mário Porfírio Rodrigues, Italo Dal'Mas, Luiz Rodrigues, Etoe Dal'Mas (o único maior de idade). Para dar legalidade ao jornal, contaram com a colaboração do jornalista Antonio Domingos D'Angelo Neto, redator do extinto jornal "A Noite", da Capital. (6)

Com seis páginas, em seis colunas, o jornal traz como notícia principal no primeiro número a história dos primeiros colonos italianos que aqui chegaram, em 1877. A redação provisória estava localizada na rua Rio Branco, 229, e era impresso na Tipografia São Caetano. A partir de abril, o jornal passa a ser dirigido somente por Walter Thomé, Luiz Rodrigues e Mário Porfírio Rodrigues. Como semanário, passa a defender abertamente a autonomia de São Caetano, com a promoção de diversos eventos junto à comunidade local como a fundação do Hospital São Caetano, Sociedade Amigos de São Caetano, quermesses, bailes etc.

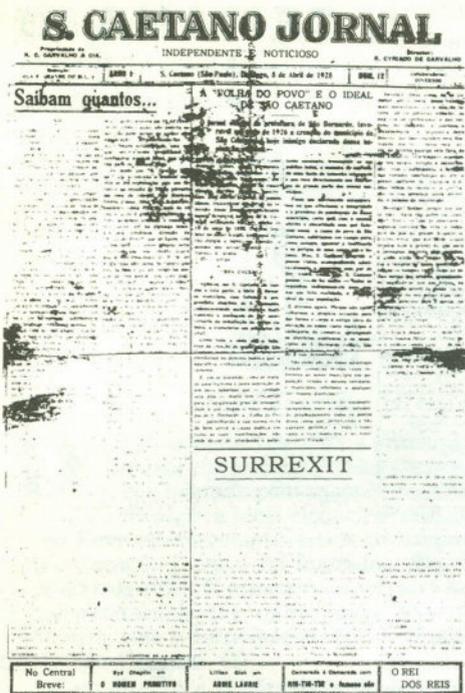
A mobilização da opinião pública através do jornal permitia a realização do plebiscito em 24 de outubro de 1948, em que o povo disse "sim". No Natal daquele ano trazia como manchete: "Oficialmente criado o Município de São Caetano do Sul". Assim, o jornal encerrava a sua primeira fase, cujo objetivo principal era a emancipação.

Luiz Rodrigues Neves elege-se vereador, Walter Thomé assume importante função administrativa recém-criada na Câmara Municipal e ambos se afastam da direção do jornal. Em 1951, no seu quinto aniversário, a direção do jornal informa que a tiragem era de mil exemplares, já tendo atingido a cifra de 2.500 e chegaria a 5.000, em 1953. Em 15 de agosto de 1952, passa a ser bissetmanário com circulação às quartas-feiras e aos sábados, para facilitar a publicação dos editais da municipalidade.

Em maio de 1953, a **Folha do Povo**, dirigida por Paulo Zingg, que desde o início daquele ano circulava diariamente no Triângulo do ABC, consegue anular o contrato de concorrência entre a municipalidade e o Jornal de São Caetano do Sul, que passa por diversas dificuldades, pois a publicidade não cobre os custos de confecção de suas edições. Em 1956, o jornal volta a ser novamente semanário continuando até os nossos dias.

Novas Mudanças

Em janeiro de 1956, Mário Porfírio Rodrigues afasta-se da direção do jornal, e assume a direção Edmundo Uzzo. O jornal passa a ser impresso nas oficinas do jornal da **Última Hora**, em São Paulo. O **Jornal de São Caetano** adota as mesmas técnicas de diagramação da **Última Hora**, ou seja, logotipo, título ou matérias contornadas por tarjas coloridas, tipograficamente. Com a paralisação da circulação da **Folha do Povo**, o jornal local volta a publicar os editais da municipalidade.



Primeira página do S. Caetano Jornal, de 8 de abril de 1928

Em toda a sua história, passaram pela direção diversas pessoas como Silvio Fernandes, Oto Diringer, Hermano Pini Filho, Nicolau Delic, Oswaldo Nadal, Victor Vitaustas Storunas, Antonio Julio Pedroso de Moraes, João Batista de Toledo, Alcício Strabelli e Alberto do Carmo Araújo. A redação funcionou em diversos lugares, e foi impresso em diversas gráficas, pelo sistema tipográfico ou off-set, em diversos formatos e números de páginas. Em 28 de julho de 1962, quando completou 16 anos, o jornal informava que tinha sido constituída a empresa Impresso Paulista S/A, com sede na rua Aurora, 57, em São Paulo, tendo como diretor presidente, Nicolau Delic e diretor superintendente, Francisco Cantero Herrada, para imprimir esse semanário. Contudo, o jornal foi impresso apenas alguns anos em sua oficina própria pois, em 1964, Nicolau Delic deixava a sociedade. Atualmente, o jornal tem sede própria à rua Manoel Coelho, 500, 3º andar, e é impresso nas oficinas do jornal **Diário Comércio e Indústria**, na Capital, pelo sistema tipográfico, em seis páginas, tamanho **standard**. (7)

Um jornal contra a emancipação

Como “órgão dedicado aos interesses do município de Santo André e do povo”, no dia 9 de julho de 1947, começava a circular em São Caetano o semanário “**O Município**”. Era propriedade da Sociedade Editora “O Município” Ltda., com sede provisória à rua Serafim Constantino, nº 19, sala 8, Centro. O jornal, com quatro páginas, a cinco colunas, era impresso na tipografia Ostrensky, em São Paulo.

A sociedade por quota era presidida por João Roberto Insuela, tendo como vice-presidente Rafael Pandolfi; secretário, Anacleto Campanella; tesoureiro, Antonio de Andrade; diretor do jornal, Severino Alves Guimarães; redator chefe, S.L. Guedes de Souza, e como redatores auxiliares Oswaldo Giampietro, Mauro Couvello, Luiz Lobo Neto e Manuel Cláudio Novais. Com o desenvolvimento da campanha emancipatória os sócios se dividiram contra e a favor da separação de São Caetano.

O presidente da sociedade, João Roberto Insuela e o diretor do jornal, Severino Alves Guimarães, com o pseudônimo de “Oniveres”, iniciaram uma campanha contra a emancipação pelas páginas do **O Município**. Quando o jornal completou um ano de circulação, apenas os dois estavam frente à sociedade que começou a acumular prejuízos, o que levou Insuela a desabafar. “Note-se que o jornal foi fundado para defender o Município de Santo André. A separação de São Caetano foi posterior à fundação do jornal. Não poderíamos os amigos querer que eu, residindo e tendo naquele distrito meus interesses e meu meio de vida, op-

tasse pela luta contra Santo André. Não contando com o apoio do comércio e nem da indústria, recebendo do governo apenas aquilo que era devido à empresa em troca de serviços ganhos em lícita concorrência e que, no entanto, é insuficiente para atender às despesas de manutenção, julgamo-nos desobrigados de continuar numa luta inglória, que só aborrecimentos e trabalhos nos tem propiciado”.

Com a edição do nº 65, datada de 2 de outubro de 1948, circulou pela última vez **O Município**. Vinte e dois dias depois aconteceu o plebiscito. Em 1948, Severino Alves Guimarães passaria a trabalhar na **Folha do Povo** e, a partir de 2 de fevereiro de 1952, passou junto com José Pereira Martins a redator-chefe do jornal.

Após a emancipação

O primeiro jornal a circular, depois da emancipação foi a **Folha do Sul**, dirigida por Teóphilo Souza Cavalho, em 5 de maio de 1949. Apoiava Adhemar de Barros, líder do PSD (Partido Social Democrático). Com quatro páginas, **standard**, a redação funcionava no mesmo local em que se situava o antigo jornal **O Município**.

A **Semana**, dirigida por Italo Dal’Mas e tendo como redator-chefe Névio Dias, apareceu em 30 de julho de 1950, com uma edição especial comemorativa ao 73º aniversário da cidade. E a **Folha de São Caetano do Sul** começou a circular no dia 2 de outubro de 1955. Dirigida por Antonio Dardis Netto, redator-chefe Oto Diringer e secretário, Raimundo da Cunha Leite, apoiava o Partido Trabalhista Nacional — PTN. Apoiava a reeleição de Raphael Pellegrino à Prefeitura; Jânio Quadros a governador e Juarez Távora à presidência da República, e não poupava críticas à administração do prefeito Anacleto Campanella. A **Folha** circulou por um ano e os últimos números foram dirigidos por Raimundo da Cunha Leite, que depois seria correspondente local do jornal **O Estado de São Paulo**.

Interessante semanário começou a circular em 4 de abril de 1957, com o nome de **Ibracil**, abreviações da Imobiliária Brasileira Comercial e Industrial Ltda. Dirigido por Fernando Antonio Previato e José Bassetto, pelo Departamento de Publicidade, era distribuído gratuitamente em toda a região, inclusive no bairro de Pinheiros e Centro de São Paulo. Junto ao cabeçalho estampava o logotipo de um índio.

Jornal perfumado

No dia 28 de julho de 1959, quando a cidade comemorava o seu 82º aniversário, surgia um novo semanário: **Jornal do Lar**. O diretor responsável era Antonio Amaral, redator-chefe Eddie Augusto da Silva e redatores João Junes de Almeida e João Batista



Reprodução da primeira página do jornal Ibracil, de 28 de julho de 1957

de Toledo. O proprietário era Mário Ferreira, que também era diretor-gerente da Rádio Cacique de São Caetano.

A exemplo de experiências realizadas na Europa, no dia 20 de setembro de 1959, para comemorar o início da primavera, o jornal foi impresso com tinta perfumada com extrato fornecido pela Dana, de Tabu. E, em abril de 1960, uma equipe de repórteres, a convite do Serviço de Imprensa da Presidência da República, esteve em Brasília para cobertura de sua inauguração. Foi o único semanário da região que fez cobertura desse acontecimento. Depois de uma fase de prosperidade, o jornal entrou em decadência e os últimos números circularam no início dos anos 70.

Uma nova visão da imprensa

No período entre 1928 a 1959 foi registrado o aparecimento de 14 títulos de jornais em São Caetano, sendo 10 semanários — São Caetano Jornal, O Município, Tribuna do Povo, Jornal de São Caetano, Folha do Sul, A Semana, A Folha de São Caetano do Sul, Ibrasil, Jornal do Lar e Tribuna Nacionalista —, 2 tablóides estudantis — O Revelador e Folha Acadêmica —, e um jornal humorístico: O Calado. Nos anos 60 e 70 tenta-se estabelecer uma imprensa mais estável, com as edições de jornais regulares e contínuas, obedecendo aos padrões e técnicas jornalísticas.

Nessa fase as cidades que compõem a região gozam de uma boa estabilidade econômica e social, com uma população cada vez mais interessada nos problemas locais e desejosas de participação. Essa vida urbana é propícia para as microempresas jornalísticas. "A renovação dos métodos da imprensa, na forma e no conteúdo, provocou esta imediata reação: maior empenho na defesa do patrimônio econômico e valorização do trabalho jornalístico." (8)

Numa análise morfológica, pode constatar-se que após 1960, os jornais procuram dar melhor tratamento ao noticiário, obedecendo a um planejamento visual e valendo-se dos recursos da indústria gráfica. (9) Quase todos os semanários, com rara exceção, são influenciados pela diagramação da Última Hora, considerado um dos mais modernos e atuantes na época. Organizam-se as redações em editorias e adotam o uso de laudas padronizadas. Con-

tudo, nem todos os redatores e colaboradores eram remunerados. Os jornais se utilizavam dessa farta mão-de-obra, não faltando os solertes repórteres, os amigos que prestavam as mais diversas colaborações, em troca de promoção pessoal.

Até mesmo o setor de Publicidade e Propaganda estava em mãos de pessoas leigas, desprovidas de qualquer conhecimento técnico da área. Tudo era feito de improviso, sendo que na maioria das vezes o redator-colaborador era o próprio publicitário ou vice-versa: "uma publicidade em troca de uma nota social." Nos dias atuais, as chamadas colunas sociais desapareceram da grande imprensa, mantendo-se apenas em jornais locais. Isto porque, de acordo com a nova conduta democrática dos profissionais de jornalismo, entende-se que não se deva reservar um espaço a uma parcela privilegiada da sociedade. A nova visão da imprensa exige que ela seja mais participativa junto à comunidade, apontando seus problemas e soluções.

Notas:

- 1) — BELLUCCI, Renato. *Pagine di verità e di vita. Cinquant'anni storia della popolazioni di São Caetano. 1877 — 28 luglio — 1927, s.e.:*
- 2) — CALDEIRA, João Netto. *Album de São Bernardo*, São Paulo, Edição da Organização Cruzeiro do Sul — Bentivenga & Netto, 1937;
- 3) — BUENO, Wilson da Costa. *Caracterização de um objeto-modelo conceitual para a análise da dicotomia: imprensa industrial/imprensa artesanal no Brasil*. Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP com exigência parcial de Pós-Graduação para obtenção do título de Mestre no Departamento de Comunicação e Arte, São Paulo, 1977. p. 5 a 13;
- 4) — MELO, José Marques de *Sociologia da Imprensa brasileira: a implantação*, Petrópolis, Vozes, 1973;
- 5) — PETROLI, Valdenizio. *A Imprensa no ABC Paulista: primeiros tempos*. Cadernos de Pós-Graduação — Comunicação Social — IMS — Centro de Pós-Graduação, SBC, 1983;
- 6) — PETROLI, Valdenizio. *Imprensa no Grande ABC: do artesanato à indústria*. In: Revista Comunicação & Sociedade, ano V, nº 10, dezembro de 1983, p. 23 — Metodista — Cortez — Editora;
- 7) — PETROLI, Valdenizio. *História da imprensa no ABC Paulista*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo, IMS, 1983. 2v.;
- 8) — BAHIA, Juarez, *Jornal, História e Técnica*, 3a. ed., São Paulo, Ibrasil, 1972.;
- 9) — KAYSER, Jacques. *El Periodico. Estudios de Morfologia, de Metodologia y de Prensa Comparada*. Quito-Ecuador, Ciespal. 1964.

(*) Valdenizio Petrolli, jornalista e advogado. Obteve o título de Mestre em Comunicação Social com a dissertação "História da Imprensa no ABC Paulista" (IMS - 1983). É membro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), União Cristã Brasileira de Comunicação Social — (UCBC) e da Sociedade Brasileira de Eslavística.



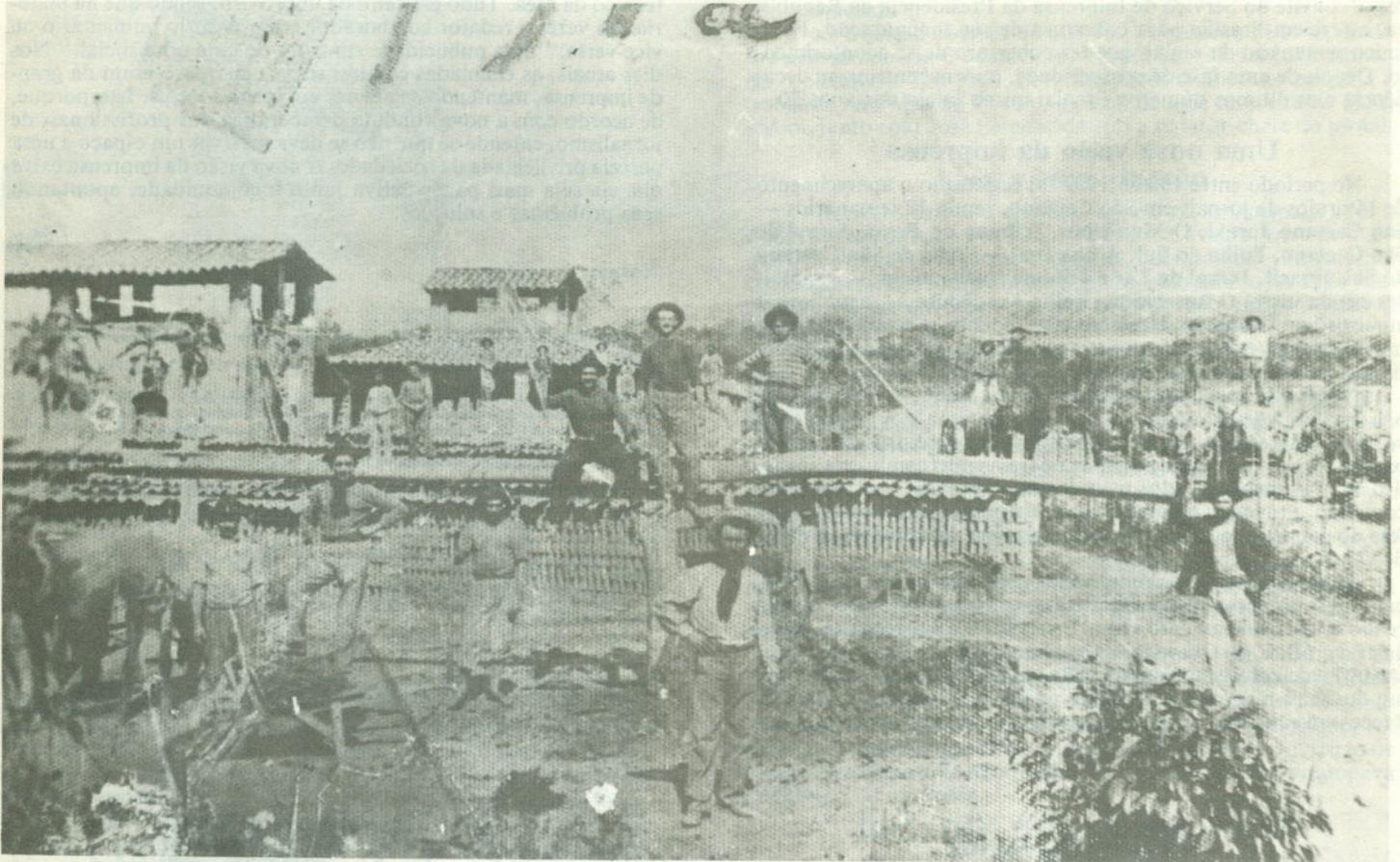
Primeiro número do jornal *Folha do Sul*, datado de 3 de maio de 1949. Este foi o primeiro jornal lançado em São Caetano do Sul, depois da emancipação política.



Semanário *Borda do Campo*, datado de 24 de julho de 1949. A redação do jornal localizava-se em Santo André.

Por que aqui?

Antonio de ANDRADE (*)



Olaria de Silvério Perrella (1912)

Um dos aspectos mais polêmicos da história local e que, enquanto membros do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, somos constantemente solicitados a esclarecer, diz respeito às causas que conduziram a região a tão notável processo de crescimento. Em síntese, somos questionados sobre a razão de ter ocorrido, exatamente aqui, esta singular e inédita transição do rural para o urbano, em tão curto espaço de tempo.

O propósito deste texto é arrolar algumas pistas que consideramos fundamentais para a discussão e compreensão do passado e que nos conduza ao entendimento do que somos hoje.

O processo de industrialização do hoje denominado Grande ABC remonta ao último quartel do século XIX, estando estreitamente vinculado ao rápido processo de crescimento da cidade de São Paulo impulsionado, sobretudo, pelo acúmulo de capital da expansão da lavoura do café em terras paulistas. A expressiva valorização da rubiácea no mercado internacional ocasionou a concentração de elevados recursos nas mãos de grandes empresários do setor agrícola, que passaram a diversificar os investimentos, canalizando consideráveis parcelas do capital acumulado para setores internos da economia paulistana — comércio e indústria — ambos em fase acelerada de expansão.

Os investimentos em setores marcadamente urbanos da economia local representavam, por outro lado, reduzida margem de risco em relação à apresentada pelo café, cuja cotação oscilava em função das instabilidades do comércio internacional. Desta forma, apesar do caráter de monocultura que caracteriza a economia brasileira no período — voltada a atender ao mercado externo — o lucro acumulado acabou por desempenhar importante papel no desenvolvimento de um incipiente — mas seguro — mer-

cado interno de consumo que caracteriza o início de um processo de acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, outras iniciativas e acontecimentos iriam contribuir para que a cidade de São Paulo viesse a constituir um centro comercial e industrial de importância, ainda antes da virada do século.

O primeiro é a inauguração em 1867 da Estrada de Ferro São Paulo Railway, com 140 quilômetros de extensão, posicionando São Paulo no centro dos extremos ligados por esta ferrovia: Santos (porto) e Jundiá (porta de entrada para todo interior do Estado). O surgimento da SPR (a “Inglês”), como ficou popularmente conhecida) ocorreu num momento em que as grandes potências capitalistas — em especial a Inglaterra — contavam com excedente de capital e os juros no mercado internacional estavam em baixa. Desta forma, o investimento em outros países, principalmente naqueles fornecedores de matéria-prima, atendia a dois propósitos: canalizar recursos para aplicação em mercados potencialmente lucrativos e modernizar a produção e o transporte de matéria-prima nos países periféricos, agilizando as trocas comerciais gerando, em consequência, maior lucratividade aos monopólios e oligopólios.

No Brasil, assumem importância as concessões ao capital estrangeiro — principalmente inglês — para a exploração, em forma de monopólio, dos recursos naturais e serviços públicos como transporte, energia elétrica, saneamento, etc.

A presença do capital inglês no Brasil remonta à Independência, já que, a partir de 1822, o Império dá início a um processo de endividamento com bancos ingleses. Em 1824, nossa dívida era de 1,5 milhão de libras esterlinas; em 1870 — 12 milhões; quando da Proclamação da República, em 1889, já totaliza 32 milhões. Im-

portante esclarecer que estes empréstimos foram utilizados em investimentos não-produtivos, quase que sempre orientados para a manutenção da pompa real. Coube ao lendário Visconde de Mauá — Irineu Evangelista de Souza — efetuar os estudos, projetos e captação dos recursos que iriam redundar na concretização de uma ferrovia que, segundo palavras do próprio Visconde, “galgasse a serra do Cubatão, e pela linha mais recta se dirigisse aos districtos mais productivos da provincia de São Paulo, aonde a cultura do café começava a desenvolver-se em condições tão favoráveis, que promettia à provincia um futuro dos mais esperançosos”. (1)

Durante o desenvolvimento das obras, Mauá, por manobras escusas de banqueiros ingleses, é obrigado a afastar-se do consórcio, travando longa batalha judicial em tribunais, no Brasil e na Inglaterra.

A presença do capital inglês, em iniciativas de grande porte, dá início a um processo de subordinação da máquina governamental aos interesses do capital internacional que passa a envolver-se de maneira profunda na política e na administração pública, alijando — aos poucos — o poder até então exercido pelos “coronéis” do setor agrícola.

Nenhuma das diversas concessões de monopólios para a exploração de serviços públicos teria a magnitude e influência exercida por cerca de 80 anos pela Light que, no período inicial do processo de industrialização de São Paulo, irá estabelecer-se contando com a exclusividade na geração e distribuição de energia elétrica.

A chegada da Light remonta a 1895, quando o Comendador Antonio Augusto de Souza resolve criar um serviço de transporte urbano de passageiros, por meio de bondes elétricos, similar ao existente no Rio de Janeiro, desde 1892. Através da influência de seu genro Carlos de Campos — filho do governador de São Paulo — Bernardino de Campo (1902 - 1904), obtém a necessária concessão municipal para a exploração deste serviço.

Em 1897, Souza conhece o empresário italiano Antonio Gualco e, associados, iniciam os procedimentos necessários para a viabilização técnica e financeira do projeto.

Em 1890, um influente engenheiro norte-americano — Frederick Pearson — ligado à nascente indústria de eletricidade americana, viaja pelo Brasil e fica surpreendido com o potencial representado pela cidade de São Paulo, não somente quanto ao transporte público, mas em especial quanto à demanda futura por energia elétrica. Em contato com Gualco e Souza, convence-os a conseguir da municipalidade a ampliação da concessão original, agregando a produção e distribuição de energia elétrica. Viaja ao Canadá e convence um grupo de capitalistas quanto à viabilidade de seu projeto, surgindo desta forma a The São Paulo Railway Light and Power Company Limited, com sede em Toronto — Canadá. No final de 1899, o grupo adquire de Gualco e Souza suas concessões e privilégios.

Imediatamente, os advogados da Light, chefiados por Carlos de Campos — que virá a ser Secretário da Justiça e Governador do Estado de São Paulo — iniciam batalha judicial para afastamento ou absorção dos eventuais concorrentes. Para tal propósito, contavam com o decidido apoio do riquíssimo cafeicultor Antonio da Silva Prado que, durante 12 anos (1899 a 1911), exerceu o cargo de Prefeito. O poder da Light assumiu de pronto tal vulto a ponto do liberalíssimo O Estado de São Paulo classificar a poderosa empresa canadense como “um estado dentro do município” (edição de 25/6/1908).

Em 1907, a Light assina contrato com o então jovem município de São Bernardo (instalado em 1890), para exploração dos serviços de fornecimento de energia elétrica na região. Em 1915 o fornecimento regular atinge São Caetano e, durante a década de 20, a Light move ação, visando a suspensão do funcionamento, por ferir seu direito de exclusividade, de uma linha de bonde — construída pelos irmãos Pujol, na época proprietários de inúmeros loteamentos no ABC — que durante alguns poucos anos ligou a estação São Caetano com a estação Santo André e a “Villa” São Bernardo.

Detendo tão importante monopólio, agiu a Light no sentido de condicionar a seus interesses os recursos hídricos próximos a São Paulo. Ao conseguir concessão federal para atuar na Serra do Mar, a empresa constrói as represas de Guarapiranga (1907) e Billings (1925). Em 1946, recebe autorização para represar o Rio Tietê na altura de Pirapora, a jusante da Capital, invertendo o

curso natural deste rio, aumentando a vazão de água para a Billings e conseqüente maior turbinamento de energia elétrica em Cubatão. Estas alterações no sistema hidrológico iriam redundar no agravamento dos problemas de enchentes no ABC e São Paulo e contaminação das águas da Billings.

A disponibilidade de água constituiu outro fator importante na consolidação do crescimento industrial da Região; a proximidade de rios do porte do Tietê e Tamanduateí, permanentemente abastecidos graças ao generoso regime de pluviosidade da Região, forneceu durante décadas a mais preciosa matéria-prima para a consolidação do processo fabril.

A água somente viria a constituir problema — a partir da década de cinquenta — devido ao inadequado (ou inexistente) planejamento e forma de urbanização e ocupação do espaço em nossas cidades.

Outro fator determinante para a consolidação do processo de industrialização foi a grande oferta de mão-de-obra, em especial a estrangeira, constituída principalmente por italianos, espanhóis e portugueses, que procuravam a cidade em busca de trabalho assalariado ou alguma oportunidade de estabelecerem-se comercialmente, descrentes das possibilidades do trabalho agrícola — ao qual estavam destinados por iniciativa de uma política de imigração que tem suas origens no Império, mais especificamente em 1819, quando foi estabelecida no Rio de Janeiro uma colônia de imigrantes suecos. A partir de 1850, com a proibição da importação de escravos, o número de imigrantes crescerá rapidamente.

Para melhor avaliar a presença e importância dos imigrantes em São Paulo e no ABC, basta assinalar que, no início do século 20, somente os italianos representavam mais da metade da população paulistana, sendo maior ainda este percentual no ABC, já que aqui foram instalados em julho de 1877 dois núcleos coloniais (São Caetano e São Bernardo), em fazendas desapropriadas pelo Governo Imperial, com a finalidade de incrementar a produção agrícola para a atender uma São Paulo, que demandava crescentes quantidades de alimentos.

A evolução demográfica no período de 1870 e 1920 é notável, fazendo antever o elevado crescimento nos anos seguintes. Os dados disponíveis apontam para a seguinte evolução, levando em conta que a menção a São Bernardo equivale ao atual Grande ABC.

Local / Ano	1872	1890	1900	1920
São Paulo	23.253	64.934	239.820	579.033
São Bernardo	2.787	3.667	10.124	25.215

Fonte: IBGE — Censo Demográfico

No mesmo período a variação do número de estabelecimentos industriais foi de 7 em 1872; 55 em 1890; 334 em 1900 e 1867 em 1920.

O surgimento de elementos característicos de uma economia moderna, mesmo antes da virada do século, iria definir o perfil do desenvolvimento da Região, onde procedimentos arcaicos como a escravidão, não tinham mais sustentação econômica e/ou política.

A libertação dos escravos, em 1888, teria para este mercado em fase de formação, uma nítida conotação de maior concentração de assalariados — portanto, consumidores — altamente desejável aos pioneiros empresários. Neste estágio do processo de acumulação de riquezas, representado por um pequeno número de empresários e grande número de indivíduos desejosos de vender sua mão-de-obra, fica caracterizado o momento designado por Marx como “acumulação primitiva de capital”, tendo de um lado o proletariado “livre” e do outro o capitalista proprietário do dinheiro.

O Censo Demográfico de 1872 fornece valores significativos que permitem a avaliação da diferença na importância da mão-de-obra escrava nas áreas de lavoura cafeeira e na cidade de São Paulo. Na época a população do Estado era de 837.354 habitantes, sendo 156.612 escravos, ou seja, 18,7% do total. Nos municípios onde predominava a lavoura cafeeira, estas porcentagens eram muito mais elevadas. Campinas, por exemplo, possuía um percentual ao redor de 40% de escravos em relação ao total da população; Piracicaba 48%; Bananal 53%. Em São Paulo e arre-

dores, viviam 3.828 escravos para uma população de 31.385 habitantes, ou seja, 12% de cativos.

No ABC, a escravidão, seja indígena ou negra, ocorreria desde o século XVI. Todavia, quando da realização do Censo de 1872, a Ordem de São Bento, proprietária da Fazenda São Caetano e da Fazenda São Bernardo, já houvera determinado a libertação de todos seus escravos em 29 de setembro de 1871, dezoito anos antes da abolição oficial. (2)

Outro fato marcante, que irá influenciar profundamente o processo de crescimento econômico e a industrialização de São Paulo, será o advento da República em 1889.

Com o fim do Regime Imperial, poderosos grupos econômicos, vinculados à produção agrícola paulista, conseguem a ambicionada liberdade de ação, à qual o centralismo do governo monárquico representou um sério obstáculo. Entre outras inovações, a Constituição de 1891 estabeleceu a proporcionalidade de representação na Câmara Federal em relação à população (velha aspiração dos políticos paulistas) e o sufrágio universal para a eleição do Presidente da República. Ficava desta forma reforçada a presença e influência dos fazendeiros paulistas, os célebres "coronéis", manipuladores do processo político, detentores da maior riqueza nacional — o café e, conseqüentemente, controladores da vida econômica do país. A importância dos fazendeiros paulistas na Velha República pode ser avaliada pela predominância dos presidentes paulistas que governaram o país até 1930 e nos cargos de primeiro escalão, ocupados por seus representantes.

Desta forma, conseguiram auferir elevados lucros, graças à constante presença do governo, assegurando a necessária cobertura estatal, em ousados lances de valorização do café no mercado internacional. Neste aspecto, a postura liberal da Velha República lembra, em muito, a controvérsia existente na atualidade sobre o intervencionismo estatal, utilizado conforme os interesses dos grandes oligopólios, que regulam o momento e a forma de intervenção do Estado, freqüentemente a dano dos cofres públicos. Afirmou o pesquisador norte-americano Warren Dean que "durante a 1ª Guerra Mundial, e nos cinco anos subseqüentes, puderam os fazendeiros pagar suas dívidas sem maiores dificuldades, mercê de maciça emissão de papel moeda a que se entregava o governo. Sempre sensível às exigências dos fazendeiros, adotou o Partido Republicano Paulista uma implacável política de emissões e crédito fácil no Congresso Federal". (3)

No momento em que a República dava seus primeiros passos, o núcleo de São Bernardo sobressaía em relação aos demais, pela importância da extração de carvão vegetal e de madeira, que passa a constituir atividade economicamente importante no suprimento das necessidades da cidade de São Paulo.

Em São Caetano, as olarias e cerâmicas, atraídas pelas condições propícias do solo argiloso, passaram a predominar no quadro econômico local, desdobramento de uma tendência secular, eis que desde 1758 — ou mesmo antes segundo alguns autores — os padres beneditinos operavam no local uma olaria que abastecia parte das necessidades da cidade de São Paulo, quanto a telhas, tijolos, lajotas, ladrilhos e louças. Esta olaria foi administrada pela Ordem Beneditina por mais de 120 anos, passando posteriormente por diversos proprietários, inclusive um português conhecido por Mesquita, que durante alguns anos produziu os tijolos Paulista. No local iria se instalar em 1896 a Pamplona (Pamplona, Sobrinho e Cia.), fundada pelo Comendador José Coelho Pamplona, Mariano Paim Pamplona e Luís Coelho Pamplona, em 1876, e que, durante 20 anos, funcionou em São Paulo, produzindo sabão, óleos e graxas, transferindo-se para São Caetano em busca de área mais adequada aos propósitos de expansão física. Posteriormente, em 1918, a Pamplona seria adquirida por Francisco Matarazzo que ali construiria sua fábrica de soda, sabão e óleo.

Neste local, durante cerca de 70 anos, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (I.R.F.M.) desenvolveram intensa e diversificada produção, restando na atualidade as instalações do setor de cerâmica, sendo que os galpões e unidades industriais do setor químico estão em fase acelerada de demolição. Importante assinalar a necessidade de se preservar, pelo menos, um galpão destas unidades fabris, tendo em vista a permanência da memória deste marco inicial do processo de industrialização do ABC, além da singularidade arquitetônica que caracteriza as enormes instalações, edificadas em tijolos aparentes, em marcante estilo herda-



Operários da olaria de Carmine Perella (1915)

do dos primórdios da Revolução Industrial. Que estejam atentos nossos historiadores, pesquisadores e autoridades responsáveis pelas alterações que possam vir a ocorrer no local.

Anterior à implantação da Pamplona, tivemos a Fábrica de Formicida Paulista, fundada em 1890 pelo doutor Manuel Joaquim de Albuquerque Lins que, com o advento da República, perdera o cargo de presidente do Rio Grande do Norte. Para administrar o estabelecimento — localizado na atual Avenida Goiás, altura do cruzamento com a Avenida Dr. Augusto de Toledo — designou seu amigo Virgínio de Rezende que, em 1905, passa a ser o proprietário. Desde o início, a firma atravessou grandes dificuldades, freqüentemente operando abaixo de sua capacidade produtiva, pelo fato de competir com o similar importado, que aqui chegava com isenção de impostos, enquanto o produto local era taxado em diversas instâncias pelo cofres públicos.

Em 1893, a Paulista empregava 16 adultos e 3 menores de idade, constituindo o mais importante estabelecimento comercial da Região. Um relatório oficial de 1893 registra a existência, no então Município de São Bernardo (englobando, portanto, São Caetano e Santo André) de 126 estabelecimentos comerciais, 30 olarias, 17 serrarias, 6 moinhos, duas fábricas de cerveja e uma de vinho e licor.

A produção de vinho, que por alguns anos trouxe prestígio a São Caetano, estava praticamente paralisada no final do século, pelo surgimento de uma praga que atingiu as videiras, levando à miséria dezenas de imigrantes italianos, assim obrigados a vender suas terras a investidores paulistas — principalmente banqueiros — atentos à rápida valorização das áreas próximas ao Tamanduateí e à ferrovia. Desta forma, no final do século, o Banco União de São Paulo já havia adquirido, aproximadamente, a quarta parte da área destinada ao núcleo colonial. Este mesmo banco recolheu em 1895, 230.000 réis dos cofres públicos oriundos da arrecadação do Imposto sobre Indústrias e Profissões, referente a uma destilaria a vapor e refinação de açúcar em São Caetano.

Em 1913, o surgimento de outros dois estabelecimentos industriais, até hoje em funcionamento, marca definitivamente os rumos do processo de vocação industrial que a partir de então conduzirá, por longo período, a pujança e presença de São Caetano no quadro econômico brasileiro. O primeiro é a Cerâmica Privilegiada, fundada pelo engenheiro Cajado de Lemos, motivado pela ocorrência generosa de uma argila amarelada, conhecida pelos indígenas por *tauá*, nas proximidades do Rio dos Meninos. Em 1925, Roberto Simonsen iria adquirir este estabelecimento, transformando-o na Cerâmica São Caetano.

O outro estabelecimento industrial, surgido em 1913, instala-se bem ao lado da Estação Ferroviária de São Caetano, com a denominação de Giorgi, Picossi & Cia. dedicando-se à produção de sabão e manteiga de coco. Em 1922, este estabelecimento troca de dono e razão social, vindo a constituir a Refinadora de Óleos Brasil, até hoje instalada no mesmo local, produzindo óleos, gordura vegetal e sabão.

O potencial industrial do Município estava assim consolidado

e, a partir de então, São Caetano, ao lado de Santo André, onde processo similar de urbanização e industrialização estava ocorrendo, assume papel de liderança na absorção de mão-de-obra operária, produção diversificada de produtos e captação de impostos. Dados, extraídos do anteriormente mencionado livro de arrecadação de Impostos sobre Indústrias e Profissões, demonstram a existência em São Caetano, no ano de 1918, além dos já assinalados, dos seguintes estabelecimentos industriais: Silvério Perrella & Cia. (tecelagem); Irmãos Scartozzoni (carpintaria); Mazotti & Cia. (fábrica de vidros); L. de Queiroz (produtos químicos); Atilio Tozetti (fabricação de pólvora); Carlos Galleazzi (fabricação de chapéus); Romeu Mazini (metalúrgica); Domingos Pellegrini (fábrica de biscoitos), além de 16 olarias.

O processo de crescimento e modernização reflete-se nas iterações, seja a nível do poder público ou privado, dando conta da dinâmica de urbanização do então Município de São Bernardo: em 1907, a Municipalidade assina contrato com a Light; em 1911, contrato para a regularização, limpeza e conservação do Rio Tamanduateí; ainda em 1911, é aberta concorrência para os serviços de águas e esgotos; em 1912, é desapropriada área para a construção do Matadouro Municipal. Desde 1904 circulava o primeiro jornal da Região — **O Monitor** — e data de 1911 o primeiro cinema, **O Paulista**, logo seguido do **Tripoli**. Outra característica importante deste processo é o surgimento de iniciativas voltadas à organização da classe trabalhadora que, por influência das diversas ideologias introduzidas no Brasil pelos imigrantes europeus, passa a desempenhar papel de crescente importância nas conflitantes relações entre Trabalho, Estado e Capital.

Importante relembrar que o tardio final da escravidão ocasionou, indiretamente, um agravamento nas precárias condições de vida do proletariado. Com o aumento da oferta de mão-de-obra, os empresários reduzem ainda mais os salários que já eram extremamente baixos, e cuja jornada de trabalho, não raro, atingia 14 horas.

Ao lado de iniciativas filantrópicas e assistencialistas, como a Sociedade Beneficente Príncipe di Napoli (1891) e a União Operária de São Caetano (1907), surge, em 26 de julho de 1907, um organismo classista — vinculado à influente Confederação Operária do Brasil — a Liga Operária; caracterizada por sua combativa orientação anarco-sindicalista, portanto contrária à vinculação da classe trabalhadora em torno de um partido político operário. Esta orientação irá prevalecer no movimento operário até 1918, quando surge a União Operária de São Bernardo integrada por tecelões, metalúrgicos, químicos e moveleiros, de orientação mais sensível às transformações que vinham ocorrendo, a partir da Revolução Socialista de 1917.

Este é resumidamente, o quadro sócio-político-econômico da Região às vésperas da 1ª Guerra Mundial, que irá exercer, por suas conseqüências a nível mundial, profundas alterações na economia brasileira, que mais e mais estaria voltada à substituição das importações e atendimento ao crescente mercado interno de consumo. As conseqüências destes fatos políticos e econômicos irão refletir-se diretamente no posterior crescimento e desenvolvimento de São Caetano e de todo o Grande ABC.

Bibliografia

Notas:

- (1) SOUSA, Irineu Evangelista. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá e C. e ao público**. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C. — 1878, p. 51;
- (2) MARTINS, José de Souza. **A Escravidão em São Caetano (1598 — 1871)**. São Caetano do Sul. Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luis Gama, 1988, p. 17;
- (3) DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**; São Paulo; Difel 1971.

(*) Antonio de Andrade, natural de São Caetano do Sul, é formado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. É pós-graduado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e em Administração Pública, pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Possui Mestrado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Exerce atividades profissionais na Cetesh. É membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Os grandes números de um pequeno Município

Maria do Carmo ROMEIRO (*)

Silvana Pereira GIMENES (**)

Os últimos anos trouxeram muita turbulência para a economia nacional. As cidades mais desenvolvidas sofreram as consequências desse fenômeno tanto quanto as demais localidades do País. Isto porque, em períodos de crise, as áreas industrializadas sentem as primeiras consequências, decorrentes da diminuição ou paralisação das encomendas.

Entretanto, uma análise da situação da região do ABC e, em particular do Município de São Caetano do Sul, revela que se desfruta, ainda, de um nível de vida comparável ao de outras regiões do mundo desenvolvido.

A avaliação da qualidade de vida de uma população baseia-se num conjunto de variáveis que possa retratar o grau de atendimento às diversas necessidades do ser humano, principalmente aquelas classificadas como necessidades primárias.

O retrato de São Caetano do Sul, sob esta ótica, mostra que o Município mantém um conjunto de indicadores que o coloca numa posição privilegiada entre as cidades brasileiras.

Numa área de 12km², o Município gera um montante de produto que lhe garante uma renda **per capita** equivalente a US\$ 5.091 (S. Faz./87), superando, por exemplo, a posição da Espanha (US\$ 4.470) e Grã-Bretanha (US\$ 3.810). (Alman./89).

Todavia, a condição de bem-estar não pode somente considerar a renda **per capita**, pois a forma como a renda está distribuída é que garantirá, ou não, a possibilidade de acesso pelas famílias aos bens e serviços necessários à promoção do bem-estar.

Neste sentido, o Município conta com aproximadamente 42.055 domicílios que, em sua maioria, possuem bens duráveis básicos, como geladeira (98,0%); rádio/ aparelho de som (96,7%); televisão em cores (90,0%). O quadro I apresenta a posse de bens pelas famílias residentes em São Caetano, de acordo com o último levantamento realizado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, no mês de março de 1989.

Da população do Município com idade mínima de dezoito anos, estima-se que 56,6% trabalham. O ganho mensal médio proveniente do trabalho equivale a 8,9 pisos salariais, sendo que 50% dos trabalhadores têm um ganho líquido acima de 5,5 pisos salariais.

Destaca-se, ainda, que 50,5% dos indivíduos que trabalham estão empregados em unidades empresariais localizadas no próprio Município; 23,1% trabalham no município de São Paulo; 12,8% em São Bernardo do Campo; 11,5% em Santo André; e 2,6% em outras localidades.

Por outro lado, da mesma população com idade mínima de dezoito anos apenas 25,3% não têm renda, considerando todas as fontes além do trabalho, como aposentadoria, pensão, aluguel, mesada e outras. Neste caso, a renda média passa para 8,1 pisos salariais, sendo 50,0% com renda acima de 4,0 pisos (mediana). A renda familiar no Município equivale a 12,5 pisos salariais, enquanto a média para a região do ABC é de 7,0 pisos.

A qualidade de vida da população do Município pode, ainda, ser avaliada a partir de outros indicadores. Uma estimativa feita para o ano de 1986 mostra que por leito hospitalar existiam 184 habitantes (Empl.). Este mesmo indicador na Espanha equivale a 199 habitantes/ leito; e na Grã-Bretanha a 135 habitantes/ leito. (Alman./89).

As condições de infra-estrutura social e econômica possibilitaram ao Município reduzir o coeficiente de mortalidade infantil ao longo dos anos, sendo o menor entre as sete cidades do Grande ABC: São Caetano — 25,2/1000 nascidos vivos; Santo André — 32,7; São Bernardo do Campo — 37,9; Mauá — 44,9; Diadema — 59,9; Ribeirão Pires — 38,8; Rio Grande da Serra — 34,0/1000 habitantes nascidos vivos. (Empl.).

A atividade de várias empresas montadoras de veículos instaladas na região e, evidentemente, as condições de ganho familiar facilitaram o acesso pelas famílias ao veículo próprio. Em São Caetano, o percentual de famílias que possui automóvel é de 58,7% (conforme Quadro I). Outro dado revela que para cada mil habitantes existiam 376,8 veículos, em 1987. No Brasil, este indicador equivale a 96,1 unidades/1000 habitantes, enquanto que na Espanha este número equivale a 279,2 e na Grã-Bretanha a 382,0 veículos/1000 habitantes. (Alman./89).

Outro indicador que mostra a potencialidade do Município é refletido pela sua densidade telefônica, uma das maiores do País, com 31,0 telefones/100 habitantes. Este indicador é menor no Município de Santo André (20,0 telefones/100 habitantes) e São Bernardo do Campo (16,9 telefones/100 habitantes). A densidade telefônica no Brasil totaliza 9,5. (Teleb./89).

A maioria das famílias mora em unidades residenciais próprias, representando 64,0% do total (55,0% já quitadas e 9,0% não-quitadas); 33,3% moram em unidades residenciais alugadas e 2,7% em unidades cedidas. O número médio de cômodos equivale a 6,0 unidades por domicílio, com uma média de residentes de 3,7 pessoas por domicílio.

Outras características do Município, entretanto, mos-



POSSE DE BENS E SERVIÇOS	
ITEM	PERCENTUAL DE FAMÍLIAS
Geladeira	98,0
Rádio/ Aparelho de Som	96,7
Televisão em Cores	90,0
Máquina de Lavar Roupa	67,3
Secadora de Roupa	13,3
Lavadora de Louças	6,7
Freezer	12,0
Forno Microondas	9,3
Videocassete	35,3
Filmadora V/C	1,3
Telefone	58,6
Microcomputador	4,7
Automóvel	58,7
Empregada Mensalista	10,0

FONTE: IMES — Pesquisa Sócio-Econômica — Março/89
Número de Domicílios Pesquisados: 150



tram que São Caetano preserva alguns fatores de caráter mais conservador. Embora, na população adulta (idade mínima de dezoito anos), o percentual de analfabetos seja estimado em 3,0% — com grau de instrução superior completo encontra-se cerca de 12% dessa população — constatou-se, a partir de pesquisa, que 21,3% desses indivíduos nunca lêem jornais; 60,0% lêem de vez em quando/ algumas vezes e apenas 19,0% lêem diariamente. Mais acentuado é o percentual de pessoas adultas que não lêem revistas, representando 43,0% dessa população, enquanto 7,0% lêem diariamente. Ainda entre as pessoas adultas observa-se que o hábito de leitura de livros — não didáticos — é mantido por 39,0% dos indivíduos. (P.Soc.Eco./89).

É interessante observar, também, que entre a população feminina adulta apenas 25,3% exercem atividade remunerada “fora de casa”, 9,3% exercem algum tipo de trabalho remunerado “dentro de casa” e, conseqüentemente, 65,4% das mulheres, com idade mínima 18 anos, não exercem qualquer tipo de atividade remunerada.

Por outro lado, 75% das mulheres nesta faixa etária são totalmente responsáveis pela realização dos serviços domésticos. (P.Soc.Eco./89). Em contrapartida, nos Estados Unidos, por exemplo, “oitenta por cento de todos os novos empregos desde 1980 têm sido ocupados por mulheres”. (Rev. Dial./88).

O ponto de atratividade para os primeiros imigrantes não foram, com certeza, as condições de bem-estar que atualmente observamos em São Caetano do Sul. Embora limitado pelo seu espaço territorial, o Município continua atraindo novos moradores, ainda que atendidos nas suas necessidades de moradia pela expansão imobiliária vertical.

Dentre aqueles que não são naturais de São Caetano do Sul, encontramos, como razões principais da imigração, a procura de trabalho e as boas condições de vida.

(P.Soc.Eco./88). Portanto, possíveis dificuldades encontradas frente ao alto custo de moradia parecem tornar-se secundárias diante da qualidade de vida desta cidade.

As características da economia do Município, que tem cerca de 762 unidades industriais, 4.957 unidades entre comércio e serviço (Eletr./89), além das unidades vinculadas ao poder público, garantiram um potencial de geração de riqueza capaz de dotá-lo de uma infra-estrutura social (saúde, saneamento e educação) diferenciada.

Os investimentos dirigidos à educação, em particular à pré-escola e ao ensino de primeiro e segundo graus, são um dos fatores que podem garantir, ao longo do tempo, ao Município a manutenção, ou mesmo a elevação do nível de vida da sua população.

Notas:

- ALMANAQUE ABRIL. São Paulo, Abril Cultural, 1989. p. 635, 639 e 643.
- BELL, Daniel. Os dilemas do liberalismo: um simpósio. Rev. Diálogo, Rio de Janeiro, *Lidador*, 21 (3): 2-8, jul/set 1988.
- INPES. Instituto de Pesquisas do IMES. Relatório de consumidores de Energia Elétrica nos Municípios do Grande ABC. Grande ABC, Eletropaulo, 1989.
- . Relatório de Pesquisa Sócio-Econômica de Setembro de 1988 e março de 1989. São Caetano do Sul. IMES, 1989.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Fazenda. Dados do valor adicionados de 1987.
- . Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Grande São Paulo: indicadores básicos. São Paulo, EMPILASA, 1988. p. 75.
- TELEBRAS. Empresa Brasileira de Telecomunicações. Dados Estatísticos. São Paulo, junho 1989.

(*) Maria do Carmo Romeiro é economista, professora e coordenadora do Instituto de Pesquisas do IMES de São Caetano do Sul.

(**) Silvana Pereira Gimenes é socióloga e analista de pesquisa do Instituto de Pesquisas do IMES de São Caetano do Sul.



Casemiro Alonso (foto sem data), maquinista da Estrada de Ferro São Paulo-Railway, que deixou em São Caetano do Sul o primeiro grupo de italianos — composto por 28 famílias — em 28 de julho de 1877



A família de Celeste De Nardi (1906)



Casa da família Spinelli, na esquina das ruas Santa Catarina e Pará (1928)



Uma cena do Carnaval de 1936, em São Caetano do Sul

Três cenas de bastidor político

Aleksandar JOVANOVIC (*)

A vida política pode ser comparada, muitas vezes, a um teatro: existem atores principais, coadjuvantes, secundários e os que só fazem ponta; cenógrafos, iluminadores, autores de enredo, maquiadores, gente que trabalha nos bastidores e, claro, um grande público. Assim, o espetáculo desempenhado no palco depende da ação coordenada de todos e da adesão emocional-racional dos espectadores.

Uma das diferenças básicas entre teatro e política reside no fato de que, não raro, atores principais são autores do enredo, diretores do próprio espetáculo e atuam, ainda, nos bastidores, ultimando os preparativos que antecedem o levantar das cortinas.

De outro lado, a compreensão exata dos eventos políticos vincula-se, quase sempre, ao entendimento das relações de causa-efeito entre bastidor e cena. É isto que os historiadores profissionais, por sinal, realizam, pois fogem à narrativa linear dos acontecimentos e buscam estabelecer o jogo de claro-escuro que matiza e engendra os fenômenos da História, não fosse assim, seria difícil, impossível até, compreender a pluralidade de dimensões da História, a simultaneidade de acontecimentos distintos e a relação de causa-efeito entre inúmeros fatos — aparentemente desvinculados entre si.

A crônica política — gênero híbrido de Jornalismo interpretativo e registro factual — pode ser, ao mesmo tempo, testemunha cotidiana e fonte documental da História, e reconstrução retrospectiva de eventos em que se procura desmontar a aparência mimética da vida política, buscando um mergulho mais profundo nas relações entre bastidores e cena.

A vida política de uma cidade ou região é um rico micro-nívoro que tem ligações capilares com cenários mais amplos. Eventos que mostram ser periféricos têm um forte poder de engendrar fatos mais amplos e significativos. Ao lançar luz sobre o jogo de bastidores, a crônica política — quando aspira a parâmetros de reconstrução exata — pode desvendar fatias inteiras de costumes, atitudes e práticas de toda uma época histórica.

No caso de São Caetano do Sul, é interessante observar que Walter Braidó foi prefeito da cidade três vezes (1965-1969; 1973-1977 e 1983-1989), vereador, a partir de 1957, deputado estadual, entre 1971 e 1973 e superintendente do Fumest, em 1969. Dos 42 anos de vida político-administrativa autônoma do Município, 14 (um terço do período, portanto) transcorreram sob sua condução — em cena e nos bastidores. Selou, por conseguinte, importante lapso de tempo histórico com sua marca, naturalmente controversa. Foi, e continua sendo, personagem e testemunha de momentos importantes da História política num cenário não menos importante, que é o Grande ABC. Conviveu com figuras de grande e menor relevo nos níveis local, estadual e nacional. As três cenas de bastidor que se seguem são uma reconstrução de três momentos distintos da vida política da cidade.

O retrato

Braidó elege-se prefeito, pela primeira vez, em 1965. Três anos antes — em 1962 —, houve eleições para o governo do Estado. Dentre outros, concorriam Jânio Quadros, que havia renunciado um ano antes à presidência, e Adhemar de Barros. Arquinimigos políticos. Braidó e o grupo então liderado por Oswaldo Massei haviam dado franco apoio à candidatura de Jânio, que perdeu.

Braidó, prefeito, Adhemar de Barros, governador. Braidó começa pedindo uma audiência ao governador, dois dias depois de sua posse. É prontamente atendido. Estranha muito a solicitude ao governador que foi adversário de seu grupo nas eleições de 1962.

O prefeito chega à sede do governo estadual — na época, o Palácio dos Campos Elíseos — e apresenta-se ao governador:

— Não precisa apresentar-se, rapaz. Conheço você, e muito! Agora, eu quero saber é o motivo pelo qual você me pediu audiência...



Posse de Walter Braidó, em sua primeira gestão à frente da Prefeitura de São Caetano do Sul. Na primeira fila, da esquerda para a direita: Miguel Campanella, Hermolau Borges, Adriano Duarte, Anacleto Campanella, Walter e Maria Braidó, João Rella.

— Governador, precisamos do apoio de Vossa Excelência para resolver o problema da falta crônica de água no ABC...

— Sim, claro. Há alguém em São Paulo que pode resolver o seu problema... Você inclusive conhece-o bem...

— ???

— Você conhece a Vila Clementino, em São Paulo?

— Sim. Mas e daí?

— Pois é, a solução de seu problema está na Vila Clementino...

— Como assim?

— É isso. Você vai à Vila Clementino, e ele resolve o problema da falta de água na sua cidade, e no ABC...

— Governador, o senhor está brincando comigo?

— Não. Você sabe quem mora na Vila Clementino?

— Sei, sim. O ex-presidente Jânio Quadros...

— Então... Vá procurá-lo. Ele vai resolver o problema...

Braidó começa a enervar-se. Volta à carga:

— Mas, governador, o problema da água é urgente...

— Tá certo, tá certo. Mas diga-me uma coisa: por que você foi contra mim nas eleições de 1962?

— Bom, o senhor sabe, havia um grupo político, eu fazia parte dele, apoiávamos seu adversário...

— É, mas o seu pai sempre foi um grande ademarista em São Caetano...

— É, mas o grupo achou que o candidato a ser apoiado devia ser o ex-presidente...

— Até aí, está tudo certo. Só que você não deveria ter xingado tanto...

— O senhor tem razão: em 1962, eu não devia ter suficiente preparo político para perceber as coisas... Talvez tenha sido influenciado por outros... Mas o meu problema, mesmo, é a falta de água...

Adhemar dá um chá de cadeira de mais de duas horas no prefeito de São Caetano. E Braidó, pacientemente, esperando. De repente, o governador manda buscar o processo no Departamento de Água e Esgoto, que funcionava à rua Riachuelo:

— Você espera aí, até o processo chegar...

Mais uma hora de espera, longa espera...

O processo chega. Adhemar começa a folhear, olhando para Braidó, que pensa: "Certamente, o despacho vai ser um arquivar-se, até segunda ordem".

— Está certo, rapaz: eu vou autorizar a segunda etapa das obras...

Atônito, o prefeito de São Caetano sai contente. Agradece e vai embora.

Menos de sessenta dias depois, volta à carga: pede audiência e solicita recursos para completar a rede de água e construir a rede de esgotos: Só que pede financiamento à Caixa Econômica Estadual. A tramitação de todo o processo demora vinte dias.



Audiência de Walter Braidó com o governador Adhemar de Barros, no Palácio dos Campos Elíseos. Da esquerda para a direita: Sabino Leandrini, Fernando Diegues, Walter Braidó, Adhemar de Barros, Floriano Leandrini, dr. Angelo Zambom, Afonso Torossian e Álvaro Leandrini.

Dia da assinatura do contrato de financiamento no Palácio dos Campos Elíseos. Adhemar folheia, folheia o processo e dispara, diante de todos:

— Braidó, quem é que você comprou na Caixa Econômica para o processo andar tão depressa?

— Governador! Eu não entendo disso, nunca entendi... não sei do que se trata...

Hilário Torloni, líder do governo na Assembléia Legislativa, amigo do prefeito de São Caetano, havia apressado a tramitação. Adhemar nem sabia. Mas tudo acaba em brincadeira. As seqüelas da campanha de 1962 pareciam esquecidas.

Oito meses mais tarde, Adhemar vem a São Caetano. A convite de Braidó, para inaugurar o Colégio do Bairro Nova Gerty (hoje EEPG Alfredo Burkart) e lançar a pedra fundamental das obras do Bosque do Povo, no Bairro Santa Maria e da Delegacia, na Avenida Goiás.

No Gabinete, o prefeito de São Caetano começa a ameaçar um discurso:

— Convidamos nosso governador, para homenageá-lo pelos serviços prestados ao Município...

Adhemar, só olhando, apanha sua própria foto oficial, nova em folha, pendurada na parede e dispara:

— Espere aí, prefeito... Esse quadro, o meu retrato oficial, por acaso não teria sido pendurado no Gabinete apenas hoje cedo? Sabe, eu pergunto devido ao **estado de conservação** do quadro...

Confusão geral. Assessores, apavorados. Convidados, assustados.

— Não, governador — responde o prefeito. O estado de conservação é excelente, porque tenho mantido um funcionário exclusivamente para limpar o quadro, polir o quadro, todos os dias, várias vezes, porque o senhor é tão amigo de São Caetano... É o governador que mais ajudou a cidade...

Depois desse episódio, até a cassação de seu mandato, Adhemar de Barros, como governador do Estado, foi realmente amigo de Braidó.

O prédio

Braidó termina o mandato de prefeito, em 1969. O governador Abreu Sodré convida-o a assumir a Superintendência do Fundo de Melhoria das Estâncias e Cidades Climáticas, órgão que administrava 33 Municípios no Estado.

Ao assumir, o ex-prefeito de São Caetano começa a rememorar nos papéis da autarquia estadual. Encontra um projeto de 1946, referente à urbanização da praia do Guarujá. Trata-se de plano que visava à construção da avenida Norte-Sul, ligando os dois extremos da praia.

Manda chamar os engenheiros do Fumest.

— O projeto é viável, 24 anos depois? — pergunta Braidó.

— Sim, sem problema algum — respondem os técnicos.

Braidó comunica ao prefeito Jaime Daige, do Guarujá, que vai ordenar a execução do projeto.

— Eu não acredito — afirma Daige. Vinte e quatro anos depois, eu não acredito...

— Você pode contratar as máquinas para dinamitar o morro. E mande a conta pro Fumest... — assegura o superintendente.

Dito e feito. Daige começa a ordenar a demolição do morro. Todo o local acaba recebendo placas referentes às obras. Após o primeiro avanço das máquinas. Braidó é chamado ao Palácio dos Bandeirantes, às pressas. Nem fazia idéia do que o governador deseja conversar. Braidó entra no gabinete de Sodré que, aborrecido, indaga:

— Você viu? Você viu? Você quer acabar comigo! Você quer acabar com o meu governo! É isso, então?! É isso?!

— Governador, do que se trata? — reage Braidó, surpreso.

— O prédio! O prédio! É o prédio! — brada Sodré. O prédio, aquele maldito prédio!

A coisa era simples: o projeto de 1946 mandava rasgar a avenida Norte-Sul dentro da praia particular do Edifício Sobre as Ondas. No edifício, deputados estaduais, figuras da política dos anos 50 e ministros do Tribunal de Contas do Estado possuíam apartamentos. A pressão contra Sodré foi grande. Mas o projeto acabou sendo executado, na íntegra. Cento e cinquenta dias depois de ter assumido a superintendência do Fumest, Braidó pediu demissão.

— Onde quer que mexesse, para executar obras, a gente topava com um novo "prédio"...

Nocaute pelo estômago

Braidó elege-se prefeito em 1973. Paulo Egídio Martins é o governador do Estado. Braidó e Paulo Egídio já eram amigos. O novo prefeito de São Caetano não tem a mínima dúvida: começa a encaminhar ofícios e projetos ao Palácio dos Bandeirantes, solicitando a assinatura de convênios para criar a escola Prof^a Alcina Dantas Feijão, o Colégio Técnico Jorge Street. E um pedido caracterizado como urgentíssimo: a construção de uma nova adutora, que desviasse água da linha Jabaquara-Moóca, no Sistema Cantareira.

A Comasp — órgão estadual que antecede a Sabesp na administração dos recursos hídricos — responde com ofício e parecer lacônicos ao governador do Estado: a obra não era prioritária.

Paulo Egídio chama Braidó ao Palácio, e comunica-lhe o fato:

— Olhe, não é prioridade. Isso não tem jeito. Você entende, não é mesmo?

— Sim, claro — responde o prefeito. Eu entendo: para São Caetano, é prioridade!

— Mas você viu os pareceres! Não tem jeito, entenda!

— Está certo, está certo.

Braidó volta à carga. Novos pedidos. Novos pareceres contrários. Novo pedido. Novo parecer contra. E silêncio entre governador e prefeito com relação ao assunto. Era papel que ia, papel que voltava.

O prefeito de São Caetano muda de estratégia: convida o colega de Diadema, Ricardo Putz (também amigo pessoal de Paulo Egídio) a levar o governador à sua chácara de Riacho Grande, para uma churrascada. Conversa vai, conversa vem, o chur-

rasco circulando (já era Mariano Gutierrez o fiel escudeiro e churrasqueiro de Braido). De repente, Braido volta à carga com Paulo Egidio:

— Olha, eu preciso da adutora para resolver o problema de abastecimento de água em São Caetano.

— Pelo amor de Deus! Você não viu como é o problema? E vê se pára de mandar pedidos e ofícios! Tá? Vamos encerrar o assunto.

— Tá certo.

— Tenho que pensar no conjunto, não posso pensar apenas em São Caetano. São Caetano não pode vir em primeiro lugar, entenda...

— Tá certo. Pense em São Caetano primeiro e depois no resto... O pedido foi rejeitado, novamente.

Nova churrascada, em outro lugar. Novo pedido. Nova recusa. E assim foi uma sucessão de churrascadas, pedidos e recusas. Uma noite, Braido muda a estratégia: pede ao colega Putz,

que convide o amigo e governador para a chácara que a mãe do prefeito de Diadema possuía em Eldorado. Braido aparece de repente (convidado pelo anfitrião, claro) e volta à carga:

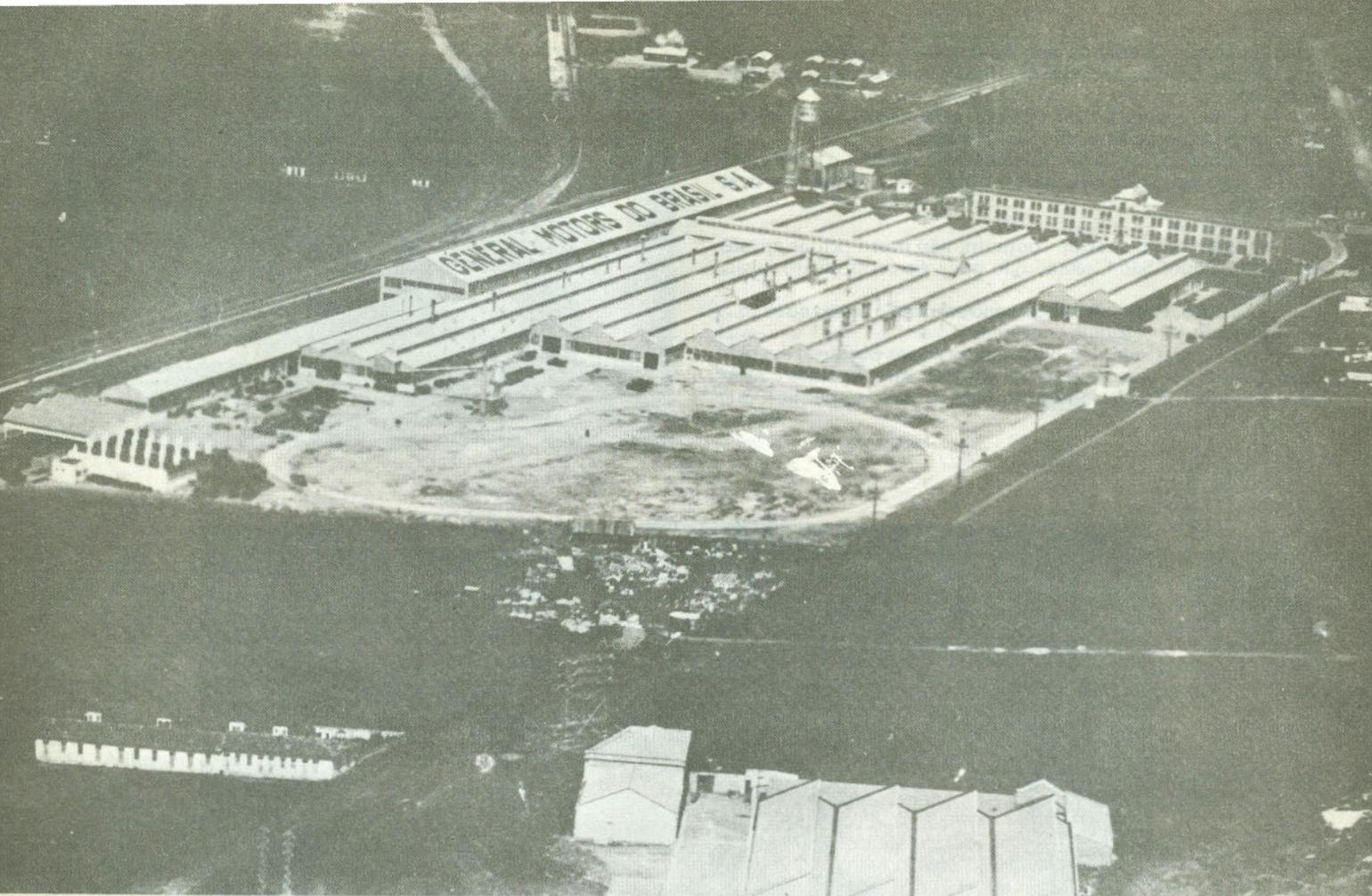
— A adutora de São Caetano...

— Você venceu! Vamos localizar o processo, amanhã mesmo, e eu vou autorizar a construção da adutora. Pelo menos, assim você pára de organizar churrascadas para pedir a obra. Eu assino, assino mesmo. Mas você pára com as churrascadas. Vamos trocar a água pelo fim das churrascadas...

E o governo do Estado, efetivamente, construiu a adutora — reclamada, com veemência gastronômica — pelo prefeito de São Caetano...

(*) Aleksandar Jovanovic é jornalista, doutor em Linguística, professor da USP e tradutor. De 1971 a 1983 foi editor de Política do Diário do Grande ABC. De 1983 para cá, exerce a função de assessor de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul.





O acervo histórico da General Motors do Brasil

Dalva Soares BOLOGNINI (*)

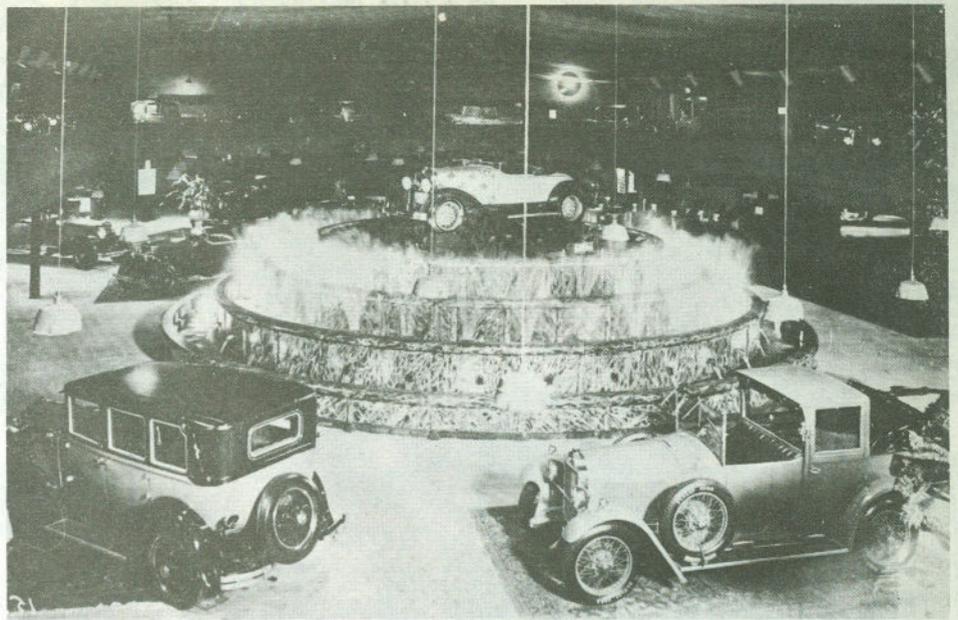
Nos primeiros dias de agosto de 1986, tomávamos contato, pela primeira vez, com a documentação histórica da General Motors do Brasil. Dois ou três armários de aço abrigavam, numa das salas da diretoria, no prédio mais antigo das instalações da Avenida Goiás, pilhas de pastas, envelopes, fitas cassete e de rolo, filmes de várias bitolas, fitas de vídeo, livros, revistas encadernadas, troféus, diplomas, anúncios, catálogos, folhetos e tantos outros itens, que não era possível enxergar de uma só vez.

Inicialmente, o projeto foi chamado de Memória Visual da General Motors do Brasil e trazia em seu bojo a idéia de mostrar, publicamente, a história do automóvel ou algo que chegaria a reportar-se à própria invenção da roda. Apresentamos nossa proposta, subdividida em três módulos, sendo o primeiro — o da pesquisa — estimado em seis meses de atividades. Aprovada a fase inicial, no final de março de 1987, iniciamos a etapa de rastreamento e conhecimento básico do acervo.

Isso representava entrar, literalmente, em contato com o material, classificando-o por tipo de testemunho. Na primeira avaliação global, constatamos que os documentos encontravam-se

em bom estado de conservação. Os documentos complementares não ligados, de modo direto, ao tema da pesquisa, mas úteis para ilustração de ordem histórica e social, foram separados e computaram listagem própria, destinando-se a apoiar a formação de uma biblioteca específica, dentro do próprio museu. O acervo iconográfico mostrava-se prioritariamente através de enorme coleção de fotografias em preto-e-branco, cartazes e anúncios. No decorrer de seis meses, sugeridos como prazo para a realização da primeira etapa do projeto, vários relatórios foram emitidos, alguns encontros entre os responsáveis pelo projeto aconteceram, e mesmo nessa fase um projeto conceitual do futuro museu era solicitado, visando a fortalecer o objetivo original. Daí resultou perfeito entrosamento, informação em nível adequado e material correto para o desenvolvimento do trabalho, como as fichas de tombo desenhadas especialmente para esse fim.

Em razão do pouco espaço existente nas dependências da General Motors, parte do trabalho de seleção e tombamento foi realizado fora. Alguns problemas de ordem técnica exigiram a prorrogação do período de trabalho por mais três meses, de modo que a entrega do material classificado completou-se em 26 de



Exposição da General Motors, no Cine Odeon, em São Paulo (1928)

janeiro de 1988, totalizando 1780 fichas de tombo, distribuídas pelos títulos de entrada seguintes: 1) História/Memória, 690 fichas; 2) Propaganda, 644 fichas; 3) Promoção de Vendas, 324 fichas; 4) Marketing, 46 fichas; 5) Recursos Humanos, 42 fichas; 6) Apoio Cultural, 25 fichas; 7) Informação ao Usuário, 9 fichas.

Como prevíamos ao iniciar o trabalho, a maioria dos documentos analisados inseriu-se nos dois primeiros títulos — História/Memória e Propaganda. Esse resultado reforçava a idéia do Museu Histórico da General Motors do Brasil, ampliando-se, por extensão do conteúdo de seu acervo, para o automóvel, para a indústria e para a propaganda brasileira.

A seleção temática dos documentos foi realizada como segue:

1) **História/Memória** — primeiro, cabe conceituar este título. Memória é um elemento constitutivo da História, na medida em que guarda as impressões e os registros daqueles que foram, direta ou indiretamente, participantes do fato ou influenciados por ele, no momento em que este se efetivou ou depois de constituído. Se considerarmos que o fato histórico enexiste de modo isolado de uma estrutura e de uma conjuntura, devemos impor-nos o trabalho de buscar a inserção do fato no âmbito em que se manifesta. Após algumas tentativas de classificação do acervo e de várias reuniões da equipe de trabalho, chegou-se à conclusão de que o mais importante era identificar o elemento de maior relevo na conjuntura/estrutura organizacional da empresa — fator de definição de rumos. Assim, decidimos designar como espinha dorsal do acervo os documentos relativos ao planejamento e realização dos eventos de ordem comercial, fossem eles convenções — nacionais ou regionais, reuniões de concessionários, exposições e outros, cuja finalidade tivesse sido a apresentação e lançamento de novos modelos e produtos, ao longo da existência da empresa. É devido às necessidades ou possibilidades geradas por eles que todo o restante da documentação existe, tanto neste quanto nos demais títulos. De grande importância, também, são as fotografias aqui classificadas. Utilizamos, neste caso, uma subdivisão, segundo orientação técnica da Diretoria de Relações Públicas, que tentamos aperfeiçoar, conforme aumentava nossa capacidade de reconhecimento, em contato com o material. Assim, as fotografias selecionadas ficaram divididas de acordo com o seguinte critério: a) produtos: automóveis, ônibus, caminhões, utilitários/comerciais, refrigeradores Frigidaire, peças e baterias; b) instalações: fábricas, linhas de montagem, escritórios, depósitos e outras áreas específicas em São Caetano do Sul, São José dos Campos e Campo de Provas de Cruz Alta; índices de produção de veículos, baterias Frigidaire; c) pessoas: fotos individuais identificadas e não identificadas; personalidades; grupos de visitantes; eventos internos e externos; vistas aéreas e externas; logotipia/marcas GMB. São, também, parte integrante da História/Memória os livros, álbuns, revistas, artigos e demais elementos de ordem histórica relativos aos produtos da empresa, no Brasil e no exterior, além da correspondência interna e externa;

2) **Propaganda** — este item abrange, dentro do conceito clássico da Comunicação Publicitária, todos os materiais referentes à comunicação veiculada por espaço pago. A maioria constituiu-se, portanto, de anúncios na mídia impressa (provas de clichê ou fotolito), de características comerciais/institucionais;

3) **Promoção de Vendas** — neste item, encontram-se tombados cartazes, folhetos, catálogos, fitas cassete, discos e demais materiais produzidos para auxiliar a venda dos produtos. Dentro desse espírito, ficaram aqui classificados os catálogos de marcas e logotipos de anúncios padronizados, para uso dos concessionários em suas áreas de atuação;

4) **Marketing** — inclui trabalhos de grande abrangência na comunicação da empresa, de planificação comercial, não específico das áreas de Propaganda ou Promoção de Vendas;

5) **Recursos Humanos** — refere-se a políticas da empresa na área de recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de pessoal, programas de benefícios e de salários;

6) **Apoio Cultural** — constituiu-se, principalmente, de cartazes e outras peças de divulgação dos eventos patrocinados ou apoiados, como espetáculos artísticos, eventos esportivos, etc.;

7) **Informação ao Usuário** — é formado, basicamente, por manuais de utilização dos produtos da General Motors e que chegam às mãos do consumidor final.

A classificação dos veículos e sua identificação contou com a colaboração, a título de consultoria, do sr. Zefiro Bolognini, com 76 anos de idade e vivência plena em mecânica de automóveis, ele próprio participante de um dos primeiros cursos da General Motors do Brasil. Foram deste informante os nomes populares que vários veículos receberam, como "Ramona", inspirado na valsa gravada por Carlos Galhardo na década de 20, e outros nomes constantes das fichas de tombo.

Depois do tombamento, os documentos analisados foram entregues, acondicionados em caixas de papelão, envelopes de cartolina e outros volumes de proteção possíveis de realizar. Todas as fichas contêm determinado valor em cruzados, para o documento tombado. Esse valor, de natureza subjetiva, deve refletir o estado de conservação do objeto, sua antiguidade, sua qualidade de único ou não, seu valor histórico/artístico. Na prática, esse valor tem duas finalidades básicas: determinar o valor global do acervo e servir de base para o caso de eventuais empréstimos, cessões e seguro. O valor unitário ou global poderá, a critério da empresa, sofrer correção ou ser equiparado a qualquer índice que o mantenha atualizado. As informações constantes das fichas poderão, a qualquer momento, ser incorporadas a um programa de computador e seus dados guardados em memória informatizada.



Linha de montagem da General Motors do Brasil, em São Caetano do Sul (foto sem data)

Hoje, o acervo encontra-se parcialmente arquivado, em sala destinada a esse fim, nas instalações da General Motors do Brasil, onde constantemente há reuniões com o objetivo de prosseguir com novas classificações, tombamentos e manutenção/conservação dos documentos já tombados. Segundo a Unesco, a conservação é a base para a preservação, ou seja, conservar em condições e com meios adequados os testemunhos patrimoniais que tenham significado para a comunidade, país, nação e/ou continente, é garantia de uma memória ativa, funcional para a sociedade e seu desenvolvimento nos planos da Cultura, Arte, Ciências e Tecnologia.

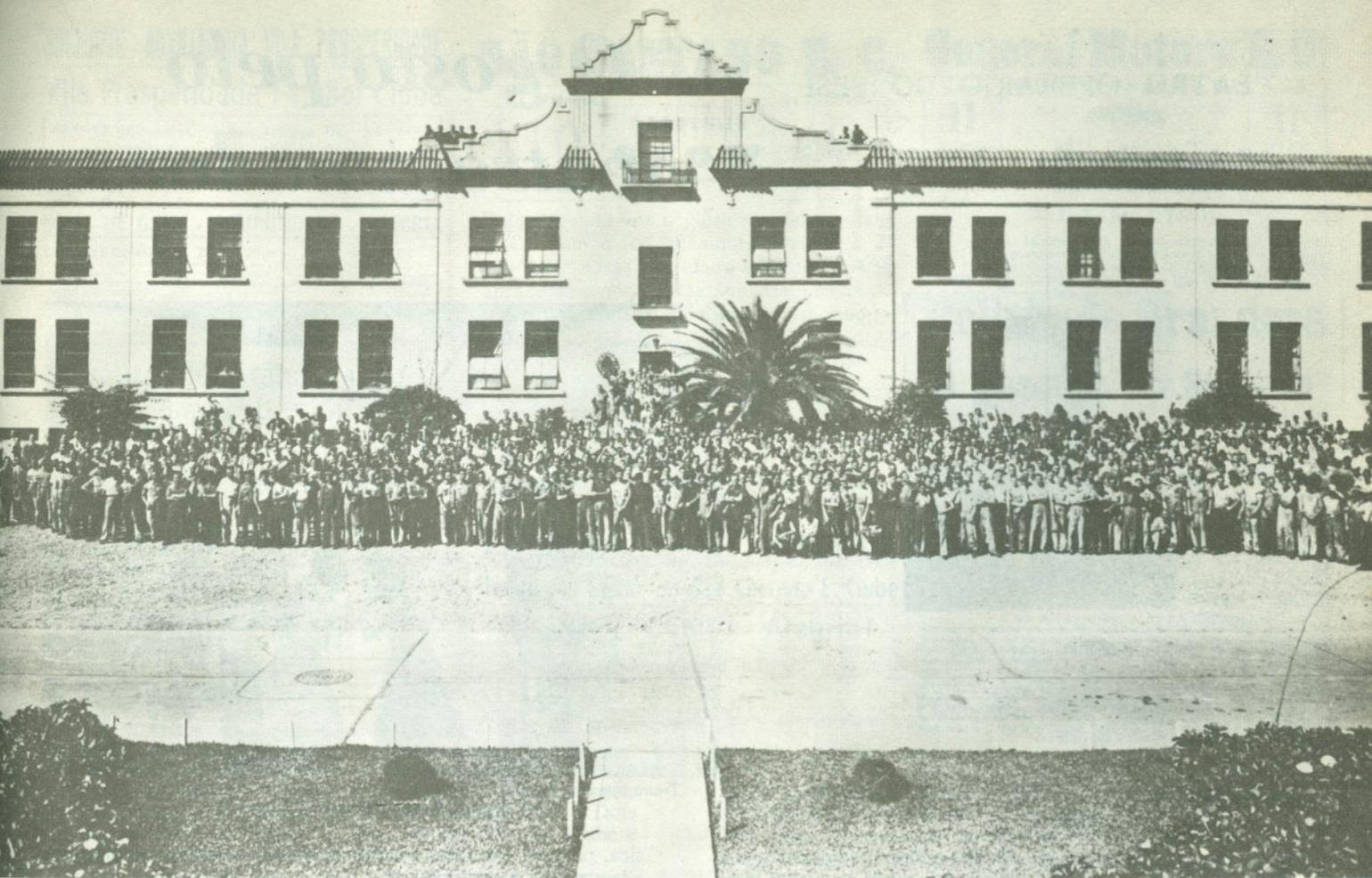
Conservar, porém, implica conhecer e avaliar as condições e funções dos testemunhos, como registros em papel, fita magnética, fita de vídeo, negativos ou positivos que guardam parcela da História do progresso. Ressalte-se, aí, o conceito de progresso, que é cultural, sendo um processo acumulativo de fundo social e econômico, conforme os padrões de cada civilização. No caso do mundo ocidental, a descoberta da roda, a geração de transportes, suas transformações, os motores a diesel e os automóveis marcaram passagens desta civilização ocidental-cristã, enquanto os avanços das tecnologias vão ocupando, cada vez mais, o cotidiano de milhões de pessoas. Entre os mais importantes signos deste progresso está o automóvel, representação de uma história evolutiva do mundo contemporâneo.

Conservar assume duas dimensões: a primeira, que trata das questões físicas dos documentos; a segunda, dando valor científico e cultural aos documentos, desde que se saiba pesquisar. Essas dimensões são indissociáveis, ocorrem de modo integrado, e de uma empresa e de sua importância para o país, especialmente na economia nacional e nas questões produtivas, gerando trabalho e ampliando as ações da tecnologia.

Conhecer os fundamentos da História, da Civilização, é conhecer basicamente as mudanças apoiadas por novas e avançadas tecnologias. Além da ação visível e co-participante das atividades profissionais, que necessitam do automóvel — incluindo-se, entre muitos outros, os motivos lúdicos e sociais —, tem-se integrado a este processo um elenco de documentos que atestam momentos e condições sociais e culturais, que marcam dada mudança tecnológica e os resultados com os automóveis.

Propõe, ainda, a Unesco um processo de educação patrimonial, que levará a valorização por parte da comunidade, referente a seus patrimônios culturais, tendo-os como bens necessários, úteis e integrados à vida dos grupos. Essa educação patrimonial assume proporções empresariais, quando a General Motors do Brasil dispõe-se a conservar seu acervo documental — patrimônio histórico da vida e ação tecnológica na sociedade brasileira.

Segue, agora, a General Motors do Brasil para a instalação de seu Museu Histórico. Cabe, tradicionalmente, ao museu um papel centralizador de ações que visam a conservar, além de preservar e comunicar, os testemunhos materiais. No caso dos museus históricos, estes têm comprometimento com as questões sociais da cultura, incluindo-se componentes da economia, da política e também da ciência. A tarefa da comunicação, aquela que é traduzida nas exposições, leva o público a conhecer e a inteirar-se por isso são básicas em cada nova ação no campo patrimonial. A partir do trabalho de **Raízes**, o acervo adquiriu base para a conservação, no sentido mais amplo da expressão. O Museu Histórico da General Motors do Brasil, em uso de seu acervo documental, poderá comunicar ao grande público importantes momentos da vida social, cultural e científica do país, sendo um espaço didático, informativo, e principalmente formador, servindo como instituição de caráter prestador de serviços a estudantes, pesquisado-



Fábrica da General Motors do Brasil, com os operários (1929), em São Caetano do Sul

res, e a todos que tenham interesse na indústria brasileira, no automóvel e nos momentos sociais do país. Com a entrada de novos documentos, o acervo conta, em agosto de 1989, com um total de 2.400 fichas de tombo. Até o momento, 16 veículos fazem parte desse acervo, que começa como o "avô" — um Oldsmobile 1906 — e termina com o Kadett, recém-apresentado ao mercado.

No primeiro contato com o acervo da General Motors do Brasil, a apresentação foi feita para Raul Lody, também sócio da Raízes Assessoria de Cultura Brasileira S/C Ltda., por Rubens Cartum, em nome do diretor de Relações Públicas da General

Motors, Gilberto de Barros, acompanhado por Valda Carrara de Cápua, editora da revista **Panorama**. A classificação documental contou com o trabalho das seguintes pessoas: Raul Lody, profissional com formação nas áreas de Antropologia e Museologia; Ana Lúcia Nemi, profissional com formação na área de História; Valéria B. Ferreira Machado, secretária, e Dalva S. Bolognini.

(*) Dalva Soares Bolognini é pesquisadora, especializada em Marketing Cultural, bacharel em Comunicação Social e sócia-gerente da Raízes Assessoria de Cultura Brasileira S/C Ltda.

TEATRO OPERÁRIO DO SESI

“Amigos da Comédia”



MÁRIO BOTTEON
(Década de 50)

Mário Botteon(*)

J á tivemos oportunidade de falar sobre o teatro amador de São Caetano do Sul, numa série de 41 artigos publicados no **Jornal São Caetano**. Nosso propósito, agora, é tecer algumas considerações sobre nossa própria experiência no teatro amador de que chegamos a participar. Sempre tivemos alguma atração pelo chamado “mundo dos espetáculos”, abrangendo os shows. Na infância, chegamos a participar de alguns espetáculos, promovidos pelo grupo de atletas do Clube Recreativo e Esportivo Lázio. Como curiosidade, cabe lembrar que o nome anterior do clube era Tropical Futebol Clube, cujo “grito de guerra” era o seguinte: “Tropica, mas não cai”.

Nossa participação no Lázio, durante a infância, era na formação de pirâmides humanas, que representavam o desfecho do espetáculo atlético, que antecedia o sarau dançante. Notabilizaram-se, entre outros, os atletas Ângelo Piccolo, Vítório Piccolo, Humberto Piccolo, Ângelo Mantovani, Luiz Bin e Luiz Buso. Outros garotos que participavam dos festivais eram Albino Piccolo (Bepim) e Pedro Ceschin (Pierin).

Na década de 40, era comum os clubes promoverem concorridos ensaios de dança que, geralmente, antecediam, em meses, os bailes de carnaval. Era uma autêntica participação comunitária, onde os pares eram quase sempre formados por homens. Os clubes tinham interesse na promoção desses ensaios, porque, desse modo, conseguiam novos bailarinos para os seus costumeiros bailes semanais. E o carnaval era algo próprio para a iniciação dos acanhados, já que nas festas de Rei Momo ninguém reparava nos outros que não sabiam dançar.

Era também costume nos clubes o patrocínio de programas de calouros, que plagiavam programas mantidos pela Rádio São Paulo. Essas competições recebiam o nome de **A Hora da Peneira**. Aí apareciam futuros astros da música popular brasileira, embora, como hoje, houvesse cantores desprovidos de quaisquer noções de Música. Assim, alguns começavam interpretando uma valsa e acabavam no ritmo do tango...

Aqui vai uma particularidade: o Lázio era o clube de nossa predileção, possuía uma torcida entusiasta, inclusive feminina. Certa feita, quando o clube foi disputar uma partida de futebol, em Jundiá, não faltaram os que tratar de compor uma mú-

O gosto pelo teatro amador



Teatro Operário do SESI: comédia musical *Uma Criada Impagável*. Em cena: Mário Botteon, Wanda Babsewicz e Luis Braz.

sica, para ser cantada no trem, durante a viagem, restando-nos a lembrança do estribilho:

“Vamos, Marica, vamos, Marica,
Vamos para Jundiá.
Com todos você vai,
Só comigo é que não
quer ir...”

Ao assistir aos programas de calouros, começávamos a sentir atração pelos espetáculos de canto e teatro. Assim, certa feita, idealizamos um espetáculo em que houvesse canto e teatro. Convidamos alguns amigos para participar e foi assim que nasceu o então arrojado Original Show que, pela primeira vez, foi apresentado no São Caetano Esporte Clube (1948), à rua Perrela, constituído exclusivamente por amadores. O programa dividia-se em duas partes: na primeira, pequenos quadros teatrais de dois personagens, inspirados em nossa música popular; na segunda, a apresentação de cantores e cantoras.

O maior problema técnico foi a idealização de um foco de luz, para projetá-lo sobre o palco, produzindo luminosidade de aproximadamente um metro de circunferência. Fizemos diversas experiências. A que deu certo, afinal, foi um funil com a parte estreita voltada para o palco, fixado no teto do salão de festas. Essa improvisação foi necessária, porque não dispúnhamos de projetos especiais, à base de carvão, muito usados na época em teatro de revista. O uso do funil, com uma lâmpada comum de 500 watts, ocorria depois do término do esquete (diálogo entre dois personagens), quando tudo ficava às escuras, exceto o foco de luz projetado sobre o cantor. Terminado o número musical, as luzes eram novamente acesas, com novas seqüências de números musicais e de teatro.

Como apresentador do espetáculo, falávamos sobre a oportunidade que o São Caetano Esporte Clube estava oferecendo aos jovens valores da cidade. E pedíamos a colaboração do público, na campanha pela elevação do nível artístico e cultural da mocidade. O primeiro show contou com as seguintes pessoas, na parte técnica: Luiz Crepaldi, ensaiador; Antonio Fornazier, ponto; João Raymundo Piovesan, Narciso Capelli, Constantino e Lourival Sespedes, auxiliares; Pedro Oller, maquiagem;

SOCIEDADE AUXILIADORA VILA PROSPERIDADE

Vila Prosperidade Futebol Clube

SABADO 30 ABRIL	Grandioso Festival Artístico Dan- sante, para comemoração condigna da confraternização entre estas duas Agremiações.	SABADO 30 ABRIL
as 20 horas		

NOITE DE GALA - POMPOSIDADE - ALEGRIA

Luciano Estofardi <i>Grande Teatro que fará auber- dora de São Caetano, São e que será uma paródia para notas LUIZ ROBERTO.</i>	ZÉ COVINHA <i>Humorista N. 1 dos PALCOS Paulista, animado e de show com os melhores mais antigos de seu repertório.</i>	GUARACY <i>A mais bela voz do P. R. G. S. de SÃO PAULO, com sua repar- tório completo de SÁBADO, LUCIANO e JOELIAS.</i>
Antonio Corrêa da Silva (Macarrão) <i>O mais interessante imitador de compositores Norte-Americanos com suas imitações de J. PASTOR.</i>	DUPLA TUPAN <i>Formadas por: CANTORAS do P. R. G. S. de SÃO PAULO.</i>	

Delírio de Grandeza ou A Fazenda do Suplício

Elenco: PAULO, ROQUE MARIA, EDSON, MARIO BOTTEON, BONIFACIO, RENATO MOURA, MARIA, CECILIA BOLDORI, PEDRO, BRUNO SELESTRIN, PLINIO, PEDRO OLLER, ROSA, ARLINDA SOARES, NANCY, LINDINHA, Luiz Carletti - Renato Moura - João Azzi - N. Borelli - F. Russo - N. Capelli

Elenco: PAULO, ROQUE MARIA, EDSON, MARIO BOTTEON, BONIFACIO, RENATO MOURA, MARIA, CECILIA BOLDORI, PEDRO, BRUNO SELESTRIN, PLINIO, PEDRO OLLER, ROSA, ARLINDA SOARES, NANCY, LINDINHA, Luiz Carletti - Renato Moura - João Azzi - N. Borelli - F. Russo - N. Capelli

Grandioso BAILE, Abrihantado por HERCULANO e seu Jazz
 OUBAS DE LO em 15 minutos POTE FINE DA VILA PROSPERIDADE
 Melhor espetáculo em 15 minutos de baile para São Caetano do Sul e Santa Inês
UM ESPETACULO INEDITO
 Todos pois no Salão do VILA PROSPERIDADE F. C.
BILHETES A VENDA

SÃO CAETANO E. C.

As 20 Horas	10	ORIGINAL SHOW	10	As 20 Horas
Sábado				Sábado

Pela segunda vez o glorioso São Caetano E. C., com o fim altamente altruístico de estimular nossa mocidade amante da Arte, apresentará aos sãocaetanenses, jovens valores desta cidade num espetáculo inédito

Um programa diferente que o povo de São Caetano não deve perder, apresentado num soberbo e original

SHOW

Todos, pois, ao São Caetano Esporte Clube para inventivar com seus aplausos a nossos autores!

Finalizando esta magnífica soirée de Arte, um grandioso Baile abrihantado por

Batista e sua Orquestra

Todos ao Salão do São Caetano E. Clube
Musica! Canto! Alegria!

General Motors E. C.

SABADO 11 SETEMBRO	AVENIDA SOUZA RAMOS, 813 GM E C SÃO CAETANO	SABADO 11 SETEMBRO
---------------------------------	--	---------------------------------

Grandioso Festival Dramático Dansante FINALMENTE!!!

Não medindo esforços, afim de proporcionar aos seus associados, frequentadores e admiradores, espetáculos originais e de verdadeiras apoteoses, o GENERAL MOTORS ESPORTE CLUBE, orgulha-se em lhes APRESENTAR

Delírio de Grandeza

OU A Fazenda do Suplício

Estreia desta soberba e magistral produção de autoria do jovem sãocaetanense MARIO BOTTEON

DIREÇÃO

Ponto	Antonio Fornazieri	Cenografia	L. Sperate
Maquiagem	Antônio Valtro	Controle de som	João Navarro
Controle Regra	Pedro Meschine	Controle de luz	Pedro Polzone

DIREÇÃO GERAL DE PEDRO OLLER
 LOCUTOR: LEONARDO SPERATE

ELENCO

Paulo	Roque Maria	Edson	Mario Botteon
Bonifácio	Jonas Moura	Maria	Cecilia Boldori
Pedro	Bruno Selestrin	Plínio	Pedro Oller
Rosa	Arlinda Soares	Nancy	N. N.

Felicidade e Condições

Lgrimas... Amor... Luxuria... Tragedia e Odio!!!
 É um espetáculo de RARA BELEZA

Terminará este festival com um formidável baile que se prolongará até altas horas da madrugada. E para satisfação dos socios e admiradores o clube das grandes iniciativas apresenta

«RITZ BAND»

NOTA: Todos os domingos formidáveis vespertais dansantes
Onibus Especial Para facilidade do transporte dos associados e frequentadores, um onibus especial circulará entre o Clube e a Capital, com partidas da Praça João Mendes às 21.30 horas e 21.50 horas.

Mário Botteon, autor e apresentador. Os jovens participantes de então, ainda vivos, beiram a casa dos sessenta, hoje... Dois espetáculos foram realizados no São Caetano Esporte Clube e o terceiro na Vila Prosperidade Futebol Clube.

Com a realização dos shows, tomamos gosto pelo teatro, em 1948, e começamos a escrever as seguintes peças teatrais (as datas correspondem à expedição dos Certificados de Censura, documentos fornecidos, mediante requerimento, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo-Divisão de Diversões Públicas): 1) Delírio de Grandeza (ou Fazenda do Suplício), drama em quatro atos; 15 de junho de 1948; 2) Fidelidade, drama em três atos; 2 de dezembro de 1948; 3) Pai Ambicioso, drama em três atos, 3 de dezembro de 1948; 4) O Ladrão Romântico, drama em três atos, 12 de dezembro de 1957; 5) Um Viúvo Alegre, comédia em três atos, 28 de abril de 1958. E mais dois monólogos: Aconteceu no Natal e Um Homem Só.

Deixando o teatro amador de São Caetano do Sul, ingressamos no Teatro Operário do Sesi, em junho de 1950, dirigido, na época, por Nicanor Miranda, colaborador de O Estado de São Paulo. No Teatro Operário do Sesi, chegamos a interpretar os papéis principais das seguintes peças: 1) A Espera do Trem, comédia em um ato, de S. Bessier e Gervásio Lobato; 2) O Mestre de Danças, comédia em um ato, de Augusto Martins; 3) Uma Criada Impagável, comédia em um ato, de Luiz Araújo.

Chegamos a ensaiar, também, As Máscaras, poema teatralizado do poeta paulista Menotti Del Picchia, onde iríamos interpretar o papel de Arlequim. O projeto, contudo, não foi levado adiante.

O Teatro Operário do Sesi havia sido criado com a finalidade

de proporcionar oportunidades aos trabalhadores das indústrias, para tornarem-se atores e, ao mesmo tempo, dar recreação aos industriários e seus convidados. Hoje, o Teatro do Sesi emprega somente atores profissionais, embora mantenha a entrada franqueada aos industriários, mediante convites gratuitos.

Lembramos das comédias de que participamos, como ator do Teatro Operário do Sesi: encenações realizadas em Val Novo, Cajamar, Piraporã do Bom Jesus, Orfanato da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, Cubatão, Rádio América de São Paulo, e Clube Atlético Rhodia, de Santo André (1951).

A peça O Mestre de Danças foi encenada, numa tarde de domingo, no palco do auditório da Rádio América (então na rua da Consolação, esquina com a rua São Luiz). É bom notar que todo ator é obrigado a improvisar, na hora do espetáculo, face a eventuais imprevistos. E foi o que ocorreu na Rádio América. Nessa comédia, como mestre de danças, tínhamos ido ensaiar uma jovem senhora casada, que pretendia fazer uma surpresa ao marido, obcecado pelo teatro de revista. Assim, na peça, o marido, que se ausentava constantemente do lar para as bailarinas do teatro de revista, surpreende em casa o mestre de danças. E estranha o fato de o jovem professor estar em mangas de camisa. Com muito nervosismo, fica atarefado em procurar o paletó do professor de dança. Nesse ínterim, as falas ficam interrompidas. A comédia era transmitida pela Rádio América e imaginávamos que durante a pausa os ouvintes poderiam até desligar os receptores. Diante das circunstâncias, começamos a falar termos que demonstrassem aflição. A repercussão foi boa. Os ouvintes chegaram a comentar isso, sequer supondo que tudo havia sido inventado na hora...

E assim foi o teatro amador das décadas de 40 e 50...



O Bloco dos Atletas do Lazio

Flagrante do Bloco dos Atletas do Clube Esportivo Lazio, no Carnaval de 1941, ano em que foi lançada a música **Amélia**, de Ataulfo Alves e Mário Lago. Muitos dos que estão na foto já morreram.

Com a Segunda Guerra Mundial, o nome do clube foi trocado para Clube Esportivo e Recreativo Rio Branco, porque Lázio era nome italiano e a Itália havia se aliado ao Eixo, que o Brasil combatia. Contudo, o primeiro nome do clube havia sido Tropicália Futebol Clube.

Estão na foto, entre outros, Antonio Logiudice, Francisco Falzarano, Luiz Buso, Tadeu (Déo) D'Agostini, Olívia Buso D'Agostini, Alexandre Codello, Luiz Vitiello, Matias Doro

e seu irmão, apelidado de **Bichinho**. Vitorio Garbelotto, Rosalino Braido, Edwiges Pitel Braido, Antonio Porfírio Rodrigues, Mário Botteon, Basílio Natal, Alberto Botteon, João Marcelino Braido, Humberto Lodi, Waldemar Ferrari, Francisco Pires, Jurema Pires, Abílio Joaquim de Araújo, Amália D'Agostini Araújo, Ettore Giorgetti, José Infanti, Armando Braido, César Joaquim Araújo e esposa, Décio Giorgetti, Olga Buck, Diogo Lopes.

(*) Mário Botteon, ator do antigo Teatro Operário do Sesi, autor teatral, é colunista do Jornal São Caetano, e neto de Giacomo Dalcin, um dos fundadores de São Caetano do Sul.

Da Itália a São Caetano: a trajetória da família de Cândido Piccolo

Oscar GARBELOTTO (*)

Desde sua fundação, em 28 de julho de 1877, São Caetano do sul tornou-se uma localidade atraente para imigrantes europeus e, particularmente, para os italianos, dada a natural afinidade com a língua e cultura das famílias italianas que aqui se estabeleceram.

A trajetória dos imigrantes até esta cidade, no entanto, nem sempre foi das mais fáceis. Traídos pelas falsas promessas dos agenciadores de mão-de-obra, quase sempre representantes das grandes fazendas de café de São Paulo, enveredavam por caminhos tortuosos, amargos, sofridos. Até alcançarem, em algum lugar, melhores condições de vida e de conforto, onde pudessem reiniciar o caminho que as condições econômicas ou as guerras interromperam em suas terras de origem.

Trabalhavam, muitas vezes, com as mentes cheias de revolta. Afinal, nem mesmo a miséria da qual fugiam impunha condições tão desumanas quanto as impostas por alguns grupos agrários mais radicais, que os tratavam como verdadeiros escravos.

Na literatura de emigração italiana, é muito comum encontrarmos descrição dolorosas das condições de vários imigrantes. Esta carta, ora transcrita, de um camponês radicado em fazenda de Ribeirão Preto e enviada a um parente na Itália, é significativo exemplo:

“... là in caso de ammalandosi, non si puó trovare né pane né medici, né medicine... Vi dirò che alla Facienda non si trovano né chiese, né preti, né osteria, né negozio alguno. È da preferirsi stare in prigione in Itália che in una Facienda qui...” — (1).

É certo que as condições do tratamento se modificavam com o passar dos anos, sendo correto afirmar que os primeiros anos, após 1870, até o início deste século, foram os mais sofridos — para os que buscavam, nos campos paulistas, novas oportunidades, então negadas pela economia italiana. Não eram poucos os donos de terras que dispensavam um bom tratamento ao lavrador italiano e sua família. Mas este “melhor tratamento” estava na razão direta das facilidades que os fazendeiros encontravam em substituir a mão-de-obra em seus campos. Daí a alternância que dispensavam às famílias imigrantes.

A regra dos fazendeiros era contratar a unidade familiar para o trabalho na lavoura cafeeira e, sobre a família, como um todo, exerciam rígida vigilância, procurando fazer valer os fustigados “contratos” a ponto, se necessário, de impedir a saída de mulher e filhos, quando o chefe de família fugia do trabalho para não ser maltratado pelos feitores.

“Aumentaram as fugas e também a repressão sobre elas a ponto de, se os homens fugiam à noite, os patrões seqüestravam suas esposas e filhos sob o pretexto de cobrança dos alimentos antecipados. Era uma forma de obrigá-los a voltar ao trabalho.” (2).

Esse tipo de ato foi comum durante todo o período imigratório. Contavam sempre com o apoio da família, mesmo que, com o abandono do trabalho pelo chefe familiar, a violência recaísse sobre todos os outros componentes. A fuga, porém, teve pouco resultado prático, no que diz respeito à melhoria das condições de vida e de trabalho dos imigrantes italianos, enquanto o número dos que desembarcavam superava as necessidades do mercado.

“Na década de 1890, por exemplo, os fazendeiros preocupavam-se tão pouco com a substituição dos trabalhadores, que até proporcionavam transportes para as famílias que pretendessem se mudar. Mas essa benevolência logo terminou. Vários



Cândido Piccolo, em foto de 1915, antes de partir para a guerra

fatores internos obrigaram a uma mudança de atitude para com o abandono do trabalho.” (3)

Maus tratos, fugas, brigas, agressões e toda sorte de dificuldades entre proprietários de terras e colonos fizeram parte do cotidiano das tensas relações nos campos paulistas. José de Souza Martins enfatiza que “embora a suposta mentalidade escravocrata do fazendeiro possa ter oferecido dificuldades no relacionamento com o imigrante, a verdade é que as condições objetivas da substituição do negro pelo branco sofreram de imediato poucas modificações em relação às condições escravistas” (4)

Além disso, houve época em que o confronto entre escravos e o imigrante europeu era fonte constante de atritos. Há notícia na obra de Caio Prado Junior.

Além disso, a coexistência nas fazendas, lado a lado, de escravos que formavam a grande massa dos trabalhadores, e de europeus livres, fazendo o mesmo serviço que eles, não podia ser muito atraente para estes últimos e representava uma fonte de constantes atritos e indisposições.” (5)

Tais conflitos e dificuldades, por certo, foram fatores que motivaram o retorno de grande número de imigrantes para suas terras de origem, conforme demonstram as estatísticas.

“Efetivamente, os imigrantes vinham de um mundo agrícola

Il presente Passaporto è valido per un anno

IN NOME DI SUA MAESTÀ
VITTORIO EMANUELE III
PER GRACIA DI DIO E VOLUNTÀ PRINCE RE ROMANO
 RE D'ITALIA

PASSAPORTO

rilasciato a *Feliciano Amalio*
 figlio di *Angelo*
 e di *Giordani Valentina*
 nato a *Nervesa* Prov. di *Treviso*
 il *2 giugno 1883*
 residente a *Nervesa* Prov. di *Treviso*
 Stato civile *coniugato*
 Professione *contadino*
 Sa leggere *A* Sa scrivere *A*
 Posizione di leva _____
 Paese di _____ Località *Fazenda Prado*
 destinazione Stato *Brasil*
Questore
 (L'Autorità che rilascia il Passaporto.)

Passaporte de Amalia Zuliani Piccolo, nascida em Nervesa em 2 de junho de 1883.
 No passaporte, já estava designado o local para onde deveria dirigir-se, quando
 chegasse a São Paulo: a Fazenda Prado

la, mas não selvagem. Um mínimo de vida societária fazia parte de seus hábitos e a presença de médicos, padres, igrejas e lugares de reuniões já fazia parte de sua vida na terra natal, e nem isso encontraram em São Paulo.” (6)

Apesar de todos os percalços impostos aos imigrantes, às desilusões de tantos, nada afetou a determinação dos que ficaram, em “fazer a América”, expressão usada com significado de “vencer”, de melhorar as condições de vida de suas famílias. Na verdade... “tais conflitos não afetam o papel que o imigrante representa na História, em que pese sua condição de campesino ou aldeão”. (7)

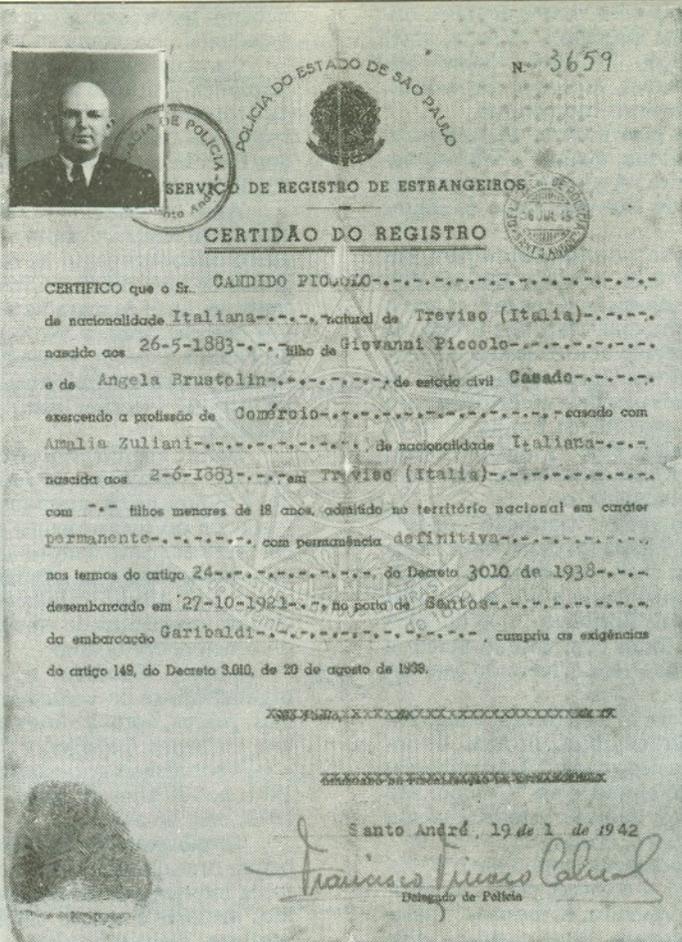
Neste contexto, quando, ao início do século, o Decreto Prineti, de 1902, sustou parcialmente a emigração para o Brasil, conseguindo beneficiar particularmente o exaurido Vêneto que já havia contribuído com o maior contingente migratório — São Paulo já possuía algumas cidades “vênetas”, tal o número de imigrantes vindos daquela região italiana. Era o resultado do fato de três quartos da emigração transoceânica do Vêneto ter-se dirigido para o Brasil, durante os últimos 25 anos do século-passado (8). Tal corrente migratória era apenas o resultado das “con-

dições expulsoras da Itália”, demonstrando a existência de um período particularmente doloroso para a região vêneto.

São Caetano era uma dessas cidades “vênetas”, atraindo parentes, amigos e tantos que chegavam para não mais retornar à Itália ou ao campo, de onde vieram. São Caetano atraía e fixava quer pela sua cultura, quer pelas peculiaridades de uma cidade crescente, em desenvolvimento, que oferecia trabalho e, quando não, sua proximidade com São Paulo — e a ela ligada por estrada de ferro — iria proporcionar a facilidade de emprego também numa cidade quase tão italiana quanto as de origem. Enfim, nesta região o italiano sentia-se “em casa”, onde famílias e mais famílias se fixaram, contribuindo para o desenvolvimento local.

Por diversas “condições expulsoras”, os italianos deixavam suas terras e vinham ao Brasil em busca de melhores dias; muitos escolheram São Caetano por relações de amizade ou de parentesco; outros aqui chegaram trazidos pelo acaso. Todos puderam oferecer muito trabalho e amor à terra adotada, contribuindo para o crescimento dessa comunidade.

O que segue é o relato da trajetória de uma dessas famílias-



Certidão que deu ao casal Piccolo, em 1942, o direito de permanecer definitivamente em território brasileiro

que entre tantas — fixaram suas raízes, engrandecendo a terra adotiva: a família do imigrante vênето Candido Piccolo.

Nervesa, região do Vêneto, Província de Treviso. Era o feliz e tranquilo lar de Candido Piccolo. Com seus pais, irmãos, sua esposa Amália e numerosa prole, cultivavam “à meia”, um belo sítio, onde não faltavam recursos para subsistência de toda a família. Milho, trigo, uva, grande pomar, eram suficientes para alimentar e garantir o sustento. O sempre presente vinho caseiro e o leite fornecido por umas poucas vacas complementavam o prazer de viver daquela gente. Como mandava a tradição, as constantes reuniões familiares regadas com muito vinho e polenta eram acompanhadas sempre de muita alegria e canções campesinas.

Nem mesmo o rigoroso inverno era motivo para desconforto ou queixas. Supridos adequadamente, a grande casa assobradada, toda construída em pedra, abrigava a família em torno dos enormes fogões a lenha, que proporcionavam refeições fartas e calor constante. Aos domingos, mesmo quando espessa neve cobria os campos, toda a família, liderada pela mãe de Candido, dona Angela, percorria os caminhos frios do campo rumo à pequena igreja de Nervesa, aproximadamente uma hora a pé do sítio. Na mente de alguns filhos de Candido, estão claras ainda imagens da pequena igreja nos dias de Natal, quando a encontravam envolta em neve muito branca e das missas “do galo”, quando percorriam o longo percurso a pé, sob um intenso frio, amenizado, no retorno, por boas canecas de vinho quente ao lado dos fogões a lenha. Foi época muito feliz e, na mente daqueles compositores que levavam uma vida estável, há décadas, não havia lugar para a palavra emigração. Afinal, tudo indicava os tempos difíceis do Vêneto já eram distantes...

Foi quando teve início a Primeira Grande Guerra, em 1914!

Candido foi tirado do convívio familiar para vestir uma farda italiana e lutar na frente da batalha. Tinha trinta e um anos. Convocado em 1915, lutou até o início de 1918, quando foi aprisionado na Áustria, por ocasião da grande retirada das forças italianas até o rio Piave.

Quando se iniciaram as grandes batalhas na região, que marcariam a ofensiva vitoriosa de julho de 1918, Nervesa e seus campos foram palco de acirrada luta, levando à destruição casas e campos. Nessa ocasião, a família Piccolo e toda a população da região foram transferidas, de trem, para a Sicília, onde ficaram abrigados em acampamentos provisórios na cidade de Aragona-Caldara, até oito meses após o armistício que colocou fim à guerra.

Libertado após o término da guerra, Candido foi para a Sicília juntar-se aos seus. Como prisioneiro, passara um período de sérias privações, alimentando-se, muitas vezes, apenas do pão que seus familiares enviavam de Aragona-Caldara. Vê-se aí, pelo menos, a lealdade da entrega do alimento...

A esta época eram sete os filhos de Candido e Amália, o mais velho com quatorze anos.

Ao final do ano de 1918, voltaram ao campo de Nervesa, onde encontraram a casa completamente destruída, “um monte de pedras” e o campo devastado. Lá, foram colocados em campos de refugiados, em barracas de lona fornecidas pelo exército.

O reencontro com a terra trouxe desalento. Seus campos,

palco de lutas, transformaram-se em imenso viveiro de ratos, restos de material bélico e até esqueletos insepultos. A terra, antes fértil, era o próprio retrato da desolação. Petardos e "ciper" (espécies de granadas) ainda não detonadas, ao toque dos arados, acabaram por causar a morte de inúmeros camponeses.

Os meses que sucederam o após guerra foram de reconstrução dramática para todo o norte da Itália, quando a falta de trabalho e de alimentos tornou-se crônica. A guerra injusta e cruel destruiu o paraíso dos camponeses de Nervesa, como de tantos outros...

Foi quando surgiram as notícias sobre a emigração para São Paulo, "paraíso da América do Sul: casa, comida, salários dignos e excelentes oportunidades para aquisição de terras". Com o contrato assinado para trabalhar na Fazenda Martinho Prado, na região de Ribeirão Preto e tendo recebido autorização para emigrar do "Sindaco da Comune di Nervesa", em 05 de agosto de 1921, Candido Piccolo deixou seus pais e irmãos e embarcou para o Brasil, com sua mulher Amália e oito filhos: Emílio, com 17 anos; Giuseppe, com 14 anos; Umberto, com 13 anos; Thereza, com 11 anos; Vittorio, com 9 anos; Rosa, com 7 anos; Antonio, com 5 anos e Amabile, com 2 anos incompletos.

No dia 7 de outubro de 1921, o vapor "Garibaldi" iniciou sua última viagem (quando retornou à Itália foi desativado face a seu estado precário), levando famílias cheias de esperança e de fé. Entre elas, a família Piccolo e alguns conhecidos como a família de Olímpio Zamai e o jovem Amadeu Bortoletto, que também vieram radicar-se em São Caetano, todos com destino único: a Fazenda Martinho Prado, em Ribeirão Preto, a meca do café naquela época.

Desembarcaram em Santos, no dia 28 de outubro, e logo foram conduzidos para as instalações da Imigração, no Brás, de onde rumaram dias após para a Fazenda designada. Lá desembarcaram dia 2 de novembro e foram logo alojados na "Colônia São Paulo", uma entre tantas colônias daquele estabelecimento agrícola.

Começaram, então, as grandes decepções com o novo trabalho. Nada do "Eldorado" prometido, a começar pelas paupérrimas instalações, que eram, ao que tudo indica, as mesmas "malocas" destinadas aos infelizes escravos. Nem camas, nem colchões, nem móveis ou qualquer outro apetrecho guarnecia os minúsculos aposentos que abrigavam os esperançosos italianos. Dormiam no chão, apenas coberto de palha.

O trabalho, árduo e mal remunerado, levava o colono sempre a tornar-se, cada vez mais, devedor do proprietário das terras. Mais uma vez, contratos mal explicados levavam imigrantes à quase condição de escravos.

Diante da angustiante situação, o temperamento italiano fazia surgir trovas que bem refletiam o descaso dos fazendeiros para com os migrantes, tal como nesta que consta como de autoria do jovem Amadeu Bortoletto:

"Martinho Prado qui siamo arrivati, Non abbiamo trovato. Nã páglia né fieno; Abbiamo dormito sul piano terreno, Como le bestie che andavano a riposare".

Cantada pelos vênnetos, a singela trova era uma forma de repúdio do tratamento recebido.

Na fazenda, nasceu o último dos filhos do casal, Albino e lá, ainda, reencontraram-se com velhos conhecidos de Vêneto: os primos Ceschim e a família Bim, que estavam em outra colônia, ambos também, posteriormente, radicadas em São Caetano.

A vida continuava difícil, quando uma carta de um dos membros da família Ceschim, Girolamo, que aqui, em São Caetano, tornou-se muito conhecido com o cognome de "Momi", fugido algum tempo antes da fazenda, deu notícias sobre a cidade de São Caetano, habitada por muitos vênnetos, e onde se falava quase exclusivamente o italiano, ou o próprio dialeto. Foi a primeira vez que os Piccolo ouviram falar da cidade que os abrigaria pelo resto da vida.

Exatamente seis meses após terem chegado na fazenda, numa madrugada, Candido e Amalia juntaram seus filhos e fugiram. Andaram alguns quilômetros até a estação mais próxima do localidade, Mendonça, e de lá vieram de trem até São Paulo, depois para São Caetano. Aqui, de imediato, alugaram uma casa provisória, na Rua Conselheiro Antonio Prado, que ficava perto das Louças Adelina. Dias após rumaram definitivamente para a "colônia" de propriedade de Paolo Perrella, próspero imigrante

italiano, dono também de uma tecelagem às margens do rio Tamanduateí. A colônia situava-se na atual rua das Giestas.

Candido empregou-se desde logo como açougueiro, em estabelecimento situado ao lado esquerdo de onde seria o Cine Max, de propriedade do Giorgetti. Seus filhos maiores iniciaram profissões em indústrias locais e de São Paulo; com isso, a situação dos Piccolo começou a melhorar e constroem casa própria na rua das Petúnias.

Após ter trabalhado também nas Indústrias Matarazzo, durante bom tempo, Candido tornou-se comerciante, sendo seu primeiro estabelecimento na rua Mariano Pamplona, portão de ingresso de uma unidade industrial do Matarazzo. Próximo à rua Barbosa, local de maradia de grande número de imigrantes italianos que chegaram a São Caetano, quase nas mesmas condições da Família Piccolo, o negócio prosperou. Foi quando os Matarazzo compraram todo o quarteirão para expandir seus negócios industriais, e assim, casas foram demolidas para dar lugar à indústria.

Dali, Candido estabeleceu-se, já ao final da década de 1930, com bar e restaurante na rua Rio Branco. Com vários filhos casados e muitos netos, nesta fase da vida, Candido e sua mulher desfrutavam do renascimento da vida simples e feliz que deixaram em Nervesa. Sucediavam-se as reuniões familiares com muita alegria, mesa farta e as inseparáveis canções. Até o mais jovem de seus filhos, Albino, estudava música e, com sua bela voz, proporcionava momentos de emoção, cantando as melhores passagens do cancionero italiano.

Afinal, Candido e sua mulher adoravam música e orgulhavam-se do verdadeiro coral formado por seus filhos, filhas, genros, noras e vários netos, inclusive o sempre presente primo, Girolamo Ceschim, o "Momi", barítono dos melhores.

Anos alegres se passaram, até o falecimento de Candido, em 1961, aos 78 anos de idade. Sua esposa Amalia veio a falecer em 1979, com 96 anos.

Terminava aí a vida terrena de Candido e Amalia, que souberam tirar da humildade compesina, nascida no Vêneto, toda a força interior que os fizeram transpor o Atlântico, com oito filhos menores e semear em São Caetano uma vida simples, mas profícua, digna e produtiva.

O casal deixou fortes raízes. Seus nove filhos, todos casados, deram-lhes vinte netos, que hoje compõem numerosa família em São Caetano.

Justo seria declarar os nomes de seus descendentes mais próximos, particularmente porque foram coadjuvantes da aventura de Candido e Amália: Emílio casado com Rosa Piccoli; Giuseppe casado com Aurora; Umberto casado com Elvira Biscar; Thereza casada com Arthur Garbelotto; Vitória casado com Emília Marques; Antônio casado com Adelina Magnusson; Rosa casada com Gilberto Grigoletto; Amabile casada com Maro Mario Basso e Albino casado com Francisca Maria Sanchez.

O registro das lutas, das injustiças sofridas, da perseverança, do trabalho, das derrotas e das vitórias de um povo constitui valioso subsídio para as gerações vindouras. Importante é deixar afirmado a essas gerações que temos uma história para contar e para servir de exemplo. Não é, na verdade, uma história de grandes feitos heróicos, aqueles que normalmente ilustram as enciclopédias, mas um relato real, autêntico, sobretudo humano, de outro tipo de heroísmo: a luta árdua, mas silenciosa, de pessoas simples, mas com grande coragem, como podemos observar na história da família Candido Piccolo e de tantos outros que, como ela, de uma forma ou de outra, ajudaram a construir a grandeza de nossa cidade.

Ao legado que deixaram, por certo, São Caetano do Sul saberá dar o devido respeito e valor.

Notas:

O relato do exemplo de vida que faz parte deste artigo só foi possível graças às palavras que, durante toda uma geração, pude ouvir e assimilar de minha mãe Thereza Piccolo Garbelotto, a quem dedico esta pesquisa, com carinho e saudade. Pude contar também com a sempre dedicada atenção de meus tios Umberto Piccolo e Amabile Piccolo Basso, que me forneceram valiosas informações, complementando a história de seus pais. A eles meus agradecimentos.

Finalmente, não poderia deixar de agradecer à minha filha Morisa Parê Garbelotto Rodegher, pelo interesse demonstrado quando da elaboração deste trabalho e pela minuciosa revisão do mesmo. Muito em breve, talvez, seu sempre crescente interesse pelas coisas de nossos antepassados e sua entusiasmada visita ao Vêneto, recentemente, resulte em pesquisas valiosas para pleno conhecimento e compreensão da História de São Caetano do Sul.

(1) FRANZINE, E. — *Merica! Merica! Emigrazione e Colonizzazione nelle Lettere dei Contadini Veneti in America Latina*, Milano, Feltrinelli, 1979, p. 137;

(2) ALVIM, Zuleika M. F. — *Brava Gente*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 135;

(3) ALVIM, Zuleika M. F. — *id.*, ib., p. 134;

(4) MARTINS, José de Souza — *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec, 1986, p. 61;

(5) PRADO Jr., Caio — *História Económica do Brasil*, São Paulo Brasiliense, 1972. Apud DAL'MAS, Italo — *Da Colonização à Imigração no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1972. Apud DAL'MAS, Italo — *Da Colonização à Imigração no Brasil*, São Paulo, Hamburg, p. 110;
(6) ALVIM, Suleika M. F. — op. cit. p. 160
(7) DAL'MAS, Italo — op. cit. p. 110.
(8) LAZZARINI, A. — *Campagne Venete ed Emigrazioni di Masse*, Vincenza, Instituto per le Ricerche di Storia Sociale e di Storia Religiosa, 1981, p. 48. Apud: ALVIM, Suleika M. F., op. cit., p. 63.

(*) Oscar Garbelotto é advogado e professor. Ocupou na Administração Pública os cargos de diretor do Departamento de Educação e Cultura e diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior. Dedicou-se também ao estudo e à pesquisa da História de São Caetano do Sul. É descendente de um dos fundadores: Antônio Garbelotto.

Certificato di Buona Condotta

IL SINDACO

del Comune di NERVESA

CERTIFICA

che *D. Piccolo Conduolo*
figlio di *Giorgio* di anni *ventotto*
di condizione *contadino*
nato a *Nervesa* e domiciliato in questo

Comune, è persona di buona condotta morale e civile, *non è anarchico né sovversivo*

Si rilascia il presente certificato in carta libera per

uso emigratorio

Dall' Ufficio Municipale

add. *27/11/1927*



IL SINDACO

Garbelotto

O "Certificato di Buona Condotta", também expedido pelo "sindaco", era documento necessário para a emigração

As raízes na aldeia

Claudinei RUFINI (*)



Operários da Usina
Colombina (anos 30)

“Tondo i ritondo
Bachile senza fondo.
Na come bachile non é,
Adovinate cosa é”

O que pode guardar atrás de si a rima fácil, o verso ingênuo? Por si só... nada. Mas quando ela se soma a outras adivinhações, versos e canções pode significar muita coisa, além da saudade da terra distante. Principalmente no que diz respeito à preservação das tradições e costumes das pequenas aldeias do interior do Vêneto de onde partiram.

Em que medida isso pode interessar? Através dessas lembranças fragmentadas, podemos reconstituir o universo em que se concebeu o núcleo colonial de São Caetano e as implicações na gestação da cidade que viria a formar-se: cresci ouvindo muitas histórias e passagens contadas por minha avó, Da. Esperança Martorelli Cairo, com a riqueza dos detalhes que ela guarda do convívio com a sua própria avó, Angela Dalcin Martorelli, e outra velhas pioneiras.

Era uma grande preocupação delas ensinar a seus filhos e netos mais do que a própria língua natal. Estava embutida aí a reprodução para as novas gerações do modo de vida e das relações sociais da pequena aldeia distante.

É inegável que eles, os primeiros colonos, encontraram sérias dificuldades para adaptar-se ao lugar (1), terra diferente, língua e cultura diferentes e, além disso, uma população nativa descontente pela sua exclusão na distribuição das terras do núcleo (2). Assim, diante de um meio ambiente (“entorno”) hostil, fecharam-se em si. O entendimento, a compreensão desse mundo em que estavam vivendo, só era possível dentro de um universo simbólico que eles dominavam, ou seja, a própria língua.

Um contemporâneo deles, o sociólogo alemão Ferdinand Tonnies, dizia que “o verdadeiro órgão da compreensão, onde ela se desenvolve e forma sua existência é a própria língua, em sua expressão comunicativa e receptiva de gestos e sons que traduzem a dor e o prazer, o medo e o desejo e todos os outros sentimentos ou emoções” (3).

“Velo, velo dico,
Velo torno a replicare,
Mas se voi non entendete
Un grande asino serete”

A aldeia era um lugar pequeno, de certa forma autônomo, com fortes laços de parentesco. A consequência disso é o fortale-

cimento dos laços associativos, através da tradição e dos costumes passados de geração a geração pela cultura oral, característica das sociedades não-alfabetizadas, como era o caso dos primeiros imigrantes — sabidamente analfabetos ou semialfabetizados em sua quase totalidade. De outro lado “o tipo de organização social, as concepções do mundo, até mesmo o temperamento dos indivíduos aparecem vinculados à consideração de ordem espacial, relativas principalmente ao isolamento da população” (4).

Dessa forma, mais que reproduzir aqui o seu modo de vida, os imigrantes procuraram manter sua identidade fechados dentro dos limites do núcleo, onde estabeleceram uma comunidade. A propósito, a união de todos foi a recomendação de um certo padre da aldeia, muito respeitado por todos, no momento da partida. Para eles, a religião sempre cumpriu um importante elo de ligação dentro do espírito comunitário. A comunidade religiosa, como lembra Tonnies, é “a última e mais alta manifestação da qual a idéia de comunidade é capaz” (5).

A religião, além de agente socializador, foi também um fator importante para a permanência cultural dos imigrantes, conservando rituais próprios e específicos para determinadas épocas como, por exemplo, o Natal. Este era um momento forte. Os preparativos para sua comemoração tinham início com uma semana de antecedência, reunindo homens, mulheres e crianças na igreja para a reza do terço. Nas casas também havia preparativos paralelos. Na casa dos Martorelli, Da. Angela reunia os filhos, noras e netos às seis horas da tarde para mais orações. Na véspera, os italianos abstinham-se de carne. No dia, acompanhados pelos sanfoneiros, entoavam o **Cantico di Natale**:

“Gesú bambino nasce
con tanta povertá
Ni panezei i fascia I,
i ni fuoco allo calda

Maria lo mira
i tanto suspira

sopra il creato mondo
nessuno si puoi salvare
Nessuno si puoi salvare
nessuno si puoi salvare
si amate a Dio
nessuno si puoi falire

Amate a Dio la madonna
la madonna ed i santi
amate a Dio

i tutti quanti
Tutti quanti l'amore che viene
beati che fanno il bene
perche in la notte di Natale
mio galletto vá cantare

Lascia che canti
Rosa Fiori
ha nasciuto nostro Signore
fra un bue i un'asenelo"

A soma desses elementos contribui para a instauração de uma "comunidade" que, como definiu Muniz Sodré, "é antes o lugar histórico possível em que a tradição se instala como uma dimensão maior do que a do indivíduo singular, levando-o a reconhecer-se nela como algo diferente de si mesmo" (6). A própria condição de colônia agrícola também colaborou para tanto. Segundo Tonnies, "sempre se vlorizou a vida no campo, porque nele a comunidade é mais forte e mais viva entre os homens: a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável" (7).

Essa atuação comunitaria durou enquanto São Caetano era um lugar esquecido na periferia de São Paulo emergente. Com o aumento do fluxo migratório e o deslocamento industrial e especulativo (os grandes proprietários de terra) para o lugar, aqueles valores propostos pelos pioneiros foram colocados em xeque, apesar de a maioria dos novos imigrantes, ainda, ser italiana. A não-aceitação dos novos imigrantes e o conseqüente isolamento do grupo fundados e de seus descendentes, em organizações próprias, fica evidente na criação da Sociedade Príncipe di Napoli acessível somente a eles. Somente quinze anos mais tarde seria criada a União Operária Internacional, aberta a sócios de todas as origens.

Para Max Weber, "a orientação pelas normas de linguagem comum constitui, primeiramente, apenas um meio para um entendimento mútuo, mas não o conteúdo de sentido das relações sociais. Somente o surgimento de contrastes conscientes em relação a terceiros pode criar, para os participantes em um mesmo idioma, uma situação homogênea, um sentimento de comunidade e formas de socialização — sociedade — dos quais a comunidade lingüística é o fundamento consciente de sua existência" (8).

Tentaula, tentaula
mi voglio maritare la Laura
La Laura era di Roma
I ha perso la corona
la corona era d'argento

mi ha costato cinquecento
centocinquanta
la mia gallina canta

lascia che canti
perche io voglio una cipolla
la cipolla é troppo forte
io voglio all'a morte
ma la morte é troppo brutta
io voglio alla luna

la luna é troppo bella
ma ho la mia sorella
che fa i biscottini
uno a me uno a te
uno alla figlia dal ré (*)

Estabelecida a nova ordem econômica em São Caetano, as diferenças entre os descendentes dos colonos e os imigrantes posteriores se diluem na sua condição de operários. Contudo, continuou presente o arquétipo dos fundadores, nas tradições, através da transmissão da matriz simbólica do grupo (9), de uma forma romântica até. Isso deu campo e foi bem aproveitado politicamente, em determinada época, pelos agentes consulares fascistas em sua tarefa de pregação das virtudes itálicas. Mas essa é uma outra história, que precisa ser revista e analisada.

Para nós, hoje pouco restou do patrimônio cultural desses pioneiros, perdido, talvez, numa tentativa de se esquecer um passado de sofrimento e pobreza. A noção de patrimônio histórico nos remete à idéia de herança de bens culturais comuns ao grupo. Essa idéia de bem cultural está diretamente ligada a um juízo de valor, sujeita, portanto, a uma ordem material. Por outro lado, a cidade guarda muito de sua memória social, aquelas idéias, impressões e conhecimentos adquiridos e acumulados durante o passar dos anos e que norteiam a ação coletiva, que moldam o caráter e os sistemas morais, éticos e estéticos.

A respeito dela, vale lembrar as palavras de Luiz Bunuel: "É preciso começar a perdê-la, ainda que se trate de fragmentos, para perceber que é ela que faz toda nossa vida. Sem ela não somos nada. Indispensável e toda poderosa, a memória é também frágil e ameaçada. Ameaçada não apenas pelo esquecimento, seu velho inimigo, mas também pelas lembranças enganosas que dia a dia nos invadem".

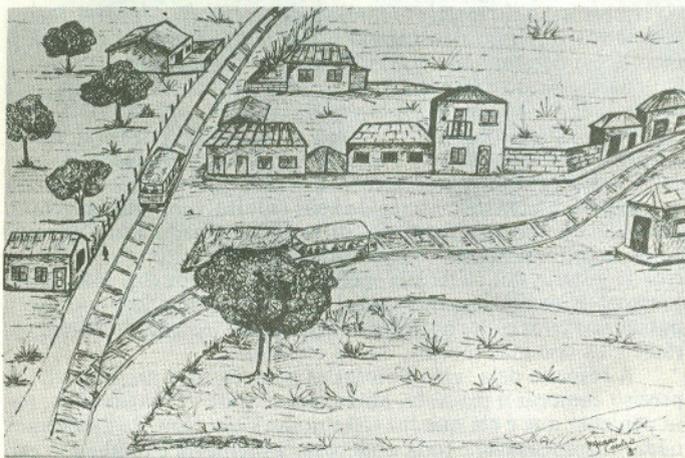
Notas:

1. Martins, José de Souza — *A imigração e a crise do Brasil Agrário*, São Paulo: Pioneira, 1973;
2. idem, p. 95;
3. Tonnies, Ferdinand — "Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais". In: Fernandes, Florestan *Comunidade e Sociedade*, São Paulo: Nacional 1/EDUSP, 1973;
4. Sodré, Muniz — *O terreno e a cidade*; Petrópolis: Vozes, 1988;
5. Tonnies, F. — op. cit., p. 106;
6. Sodré, Muniz — op. cit., p. 155;
7. Tonnies, F. — op. cit. p.98;
8. Weber, Max — "Comunidade e sociedade como estruturas de socialização". In: Fernandes, Florestan, op. cit.; 9. Sodré, M — op. cit. p. 154.

(*) Claudinei Rufini é jornalista, com especialização em Ação Cultural, na Universidade de São Paulo, e Animador Cultural do SESC — São Caetano.

(*) Esta é uma paródia de outra canção desconhecida. A paródia era um costume popular na Itália, conforme relatam vários autores.

São Caetano, nas lembranças de Casério Veronesi



Desenho de memória demonstrando as bondes a motor de gasolina que funcionavam em São Caetano em 1925, aproximadamente. O da esquerda faz o trajeto São Caetano-Santo André, seguindo pelas Avenidas Presidente Wilson e Industrial. O da direita seguia para São Bernardo, passando pelo curandeiro Vicente Rodrigues Vieira. Reconstituição de Casério Veronesi.

Por volta de 1925, havia em São Caetano bondes a motor de gasolina. O que aparece à esquerda, fazia o trajeto São Caetano-Santo André, seguindo pelas Avenidas Presidente Wilson e Industrial. O da direita seguia para São Bernardo, passando pelo curandeiro Vicente Rodrigues Vieira. Reconstituição de Casério Veronesi.

Casério Veronesi nasceu em São Caetano, em 1905, e desapareceu este ano. Figura humana de prodigiosa memória, acompanhou todos os passos da cidade com lucidez e com uma vantagem para poder subsidiar tão bem os registros de memória da cidade: trabalhou longos anos, como fiscal de obras da Prefeitura de Santo André, mas em São Caetano.

Prestou serviços de 1930 até 1956, quando se aposentou no cargo de chefe da Divisão Administrativa do Departamento de Obras e Serviços Públicos. Em sua trajetória, ocupou, dentre outras, as funções de fiscal de obras, desenhista calculista e topógrafo. O nome de Casério pode ser visto no **Álbum de São Bernardo**, escrito em 1936 pelo jornalista João Caldeira, e que hoje é peça rara de consulta dos pesquisadores.

Naquele tempo, o poder municipal estava centralizado em Santo André. São Caetano era a segunda localidade da região em população e desenvolvimento industrial e comercial. Logo chegaria a equiparar-se com Santo André. Dados de 1942, por exemplo, mostram que o poder industrial dividia-se entre Santo André e São Caetano: 40% cada uma, vindo São Bernardo bem abaixo com 12%.

Em 1936, apesar desse desenvolvimento todo, São Caetano era preterida: a Agência Municipal local, à rua João Pessoa, 10, funcionava das 11h45 às 17h15, apenas para receber impostos, fiscalização geral, conservação de ruas e estradas. Eram seus servidores: José Américo Garcia, fiscal do distrito; Lubigino Nery, escriturário e recebedor; Casério Veronesi, fiscal de obras; Norberto Antonio de Oliveira, fiscal sanitário; Sebastião Antonio da Silva, zelador de cemitérios; Natal Martinetti, contínuo; Luis Bálamo, feitor de turma e Octacílio Faustino, motorista.

A presença de Casério Veronesi na cidade, sem perder de vis-



Quatro músicos foram contratados, em 1922, para tocar no Cinema Central. O cinema era de propriedade de Atilio Santarelli. Os músicos tocaram por pouco tempo. Formaram, a seguir, uma jazz-band, que recebeu o nome de O Bando da Lua e, depois, J. Negão e seu Jazz, desativado em 1946. Casério Veronesi era um dos músicos.

Sônia Maria FRANCO XAVIER (*)

ta os acontecimentos de toda a região, foi importante. Fez com que seus depoimentos, transcritos aqui, tenham um caráter bastante real e preciso.

Possuidor de habilidades musicais, estava ligado a grupos, formando **jazz-bands** que abrilhantavam as festas e bailes da região. Casério fazia verdadeiras acrobacias com seu violão e até os últimos momentos não deixava de dedilhar esse instrumento, com prazer, fato que o transformava em sonhador seresteiro. Com seus extraordinários conhecimentos de Música, tanto clássica quanto popular, deixou um verdadeiro acervo de discos. Seu grande orgulho eram as inúmeras composições musicais de sua autoria: valsas, canções, choros, tangos, boleros, mazurcas e outros ritmos. Vale citar alguns títulos: Mosquito impertinente; Quando o dia amanhecer; Amando em Fórmula Um; O trem; Quero tevê colorida; Coro dos espantalhos; O marciano; Marcha dos gansos; Pinicando; As gargalhadas; O pinguço; Seresta em Santa Paula, etc.

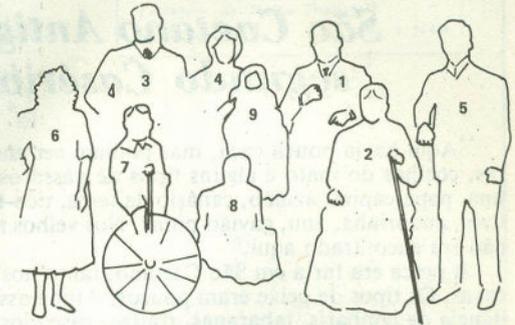
Outra faceta da personalidade de Casério Veronesi era o grande amor à Pátria, acompanhando e analisando o desenvolvimento da política do Brasil, sem jamais ter tido interesses pessoais. Em 1932, apresentou-se como voluntário, tendo participado da Revolução Constitucionalista com o firme ideal de ver triunfante a mobilização de São Paulo.

Casério era filho de italianos: Athemio e Flavia Corradin Veronesi. Viveu muitos anos no Bairro Fundação, conhecendo-lhe minuciosamente todos os pontos. Casou-se com Carmem Atanes Veronesi. Teve dois filhos: Ildefonso e Flávia. Para homenageá-lo, a melhor forma foi publicar parte de seus depoimentos e trabalhos relativos às suas lembranças de como era a cidade.

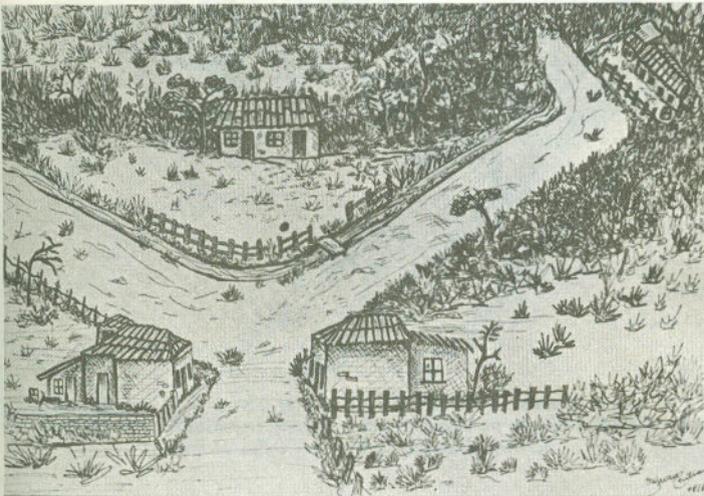
Ainda vi Casério Veronesi alguns dias antes de sua morte,



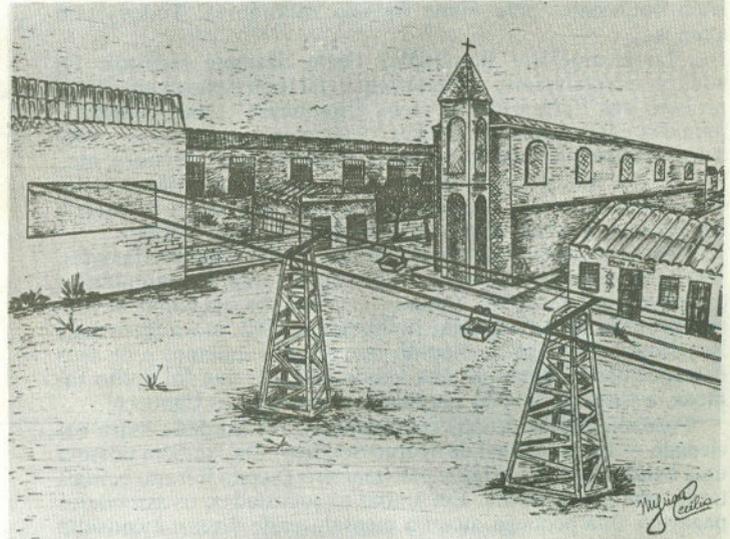
FAMILIA VERONESI (Foto de 1911)



- | | | |
|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| 1 - Valentim Veronesi | 4 - Flávia Coradini Veronesi | 7 - Casério Veronesi |
| 2 - Ernesta Venturi Veronesi | 5 - Angelo Veronesi | 8 - Olga Veronesi |
| 3 - Arthemio Veronesi | 6 - Leonilda Veronesi | 9 - Tascia Veronesi |



Desenho de memória de como era o entroncamento da Rua Conde Francisco Matarazzo (antiga rua do Centro), com a rua João Pessoa (antiga rua da Formicida e Estrada do Curandeiro), no começo do século. Este desenho foi idealizado pelo Sr. Casério Veronesi, sendo vistas em 18 Plano, duas casas de esquina. A do lado esquerdo, de propriedade de Valentim Veronesi (atualmente esquina onde encontra-se instalada a Casa Bahia), e a do lado direito era de Carlo Galeazzi (onde está atualmente o Cine Max). As duas casas pequenas de frente pertenciam a Francisco Baraldi. O grupo de casas à direita (início da rua Manoel Coelho) pertenciam a Luigi Baraldi. O grupo de casas verificados à direita (no início da R. Manoel Coelho), pertenciam a Luigi Baraldi. local onde foi instalado o 1º Poste de Iluminação de S. Estevão do Sul.



Desenho idealizado pelo Sr. Casério Veronesi, demonstrando a Funicular e a Cerâmica - que existiu em meados de 1917 - de propriedade dos Irmãos Morelli. Esta Cerâmica funcionou durante pouco tempo, devido a falta de matéria-prima. A Funicular passava em toda extensão da R. Mariano Pamplona. A casa ao lado era do Gerente - Sr. Luis Boggiani, sendo mais tarde a Casa do mecânico da Cia. - e transformando-se posteriormente, na Oficina de Bicicleta de José Coelho.

Assim era o entroncamento da Avenida Conde Francisco Matarazzo (antiga rua do Centro) com a rua João Pessoa (antiga rua da Formicida e Estrada do Curandeiro), no começo do século. Em primeiro plano, duas casas de esquina. A casa do lado esquerdo era de propriedade de Valentim Veronesi (atualmente, a esquina em que está situada a sede das Casas Bahia). A casa à direita era de Carlos Galeazzi (local do Cine Max). As duas casas pequenas de frente pertenciam a Francisco Baraldi. O grupo de casas à direita (início da rua Manoel Coelho) eram de propriedade de Luigi Baraldi. A marca no centro do desenho (bola preta) indica o local exato em que foi instalado o primeiro poste de iluminação da cidade. Reconstituição de Casério Veronesi. Desenho de Myriam Cecília de Freitas.

Por volta de 1917, existia a Cerâmica dos Irmãos Morelli, no largo da Igreja, no Bairro Fundação. A cerâmica utilizava o barro que ficava além do rio Tamanduateí, sendo transportado por uma funicular. As torres do sistema funicular estavam instaladas à rua Mariano Pamplona. A fábrica foi substituída, depois, pelas Louças Cláudia. Reconstituição de Casério Veronesi. Desenho de Myriam Cecília de Freitas.

ocorrida em 2 de agosto último. Chamaram-me para contar que havia feito um relato sobre as nascentes de água potável em São Caetano. Como sempre, havia entusiasmo e brilho em seu olhar, ao descrever suas lembranças. Aliás, nunca me pareceu cansado ou triste. Transmítia-nos a impressão de que a vida valera a pena. Dias depois, sentado em sua cadeira, lendo jornal, deixou-nos.

São Caetano Antiga, segundo Casério

“Aqui havia pouca caça, mas podiam ser encontrados tatus, rãs, coelhos do mato e alguns tipos de pássaros, como o sabiá-una, papa-capim, azulão, canário da terra, tico-tico, pintassilgo, tiziu, andorinha, anu, gavião-pinhê. Nos velhos tempos, o pardal não era encontrado aqui.

A pesca era farta em São Caetano, tanto nos rios quanto nas cavas. Os tipos de peixe eram poucos. Ainda assim, havia abundância de lambaris, tabaranas, traíras, cascudos e mandis.

No verão, um dos espetáculos mais lindos, e que deixava as pessoas encantadas, era o canto dos pássaros, das cigarras, dos grilos, dos João-bobos, ouvidos em qualquer parte, onde houvesse vegetação. O silêncio imenso e todos esses mágicos sons chegavam até nós como uma melodia infundável.

O canto dos galos, de madrugada; o barulho das calotas gastas das carroças; os gemidos dos carros de boi; as brigas de cães e gatos, tudo anunciava um novo dia.

Em São Caetano, as pessoas todas se conheciam. As ruas eram conhecidas pelo nome de seus moradores. Todos eram amigos...

Passatempo aos domingos? Eram bastante restritos. Os adultos, normalmente, trabalhavam o dia todo e passavam o tempo livre nos “armazéns de secos e molhados”, nas “vendas”, reunidos com os amigos. Nestes locais eram organizados verdadeiros torneios de bocha, **tre-sette**, **scopone**, jogo de mora, etc.

Havia, também, um cinema, que apresentava filmes seriados, com frequência. Localizava-se à rua Rio Branco, defronte à rua Rodrigues Alves. Era de propriedade de José Golfetti.

Também eram realizados bailes nas Sociedades Benéficas. Eles contribuía para alegrar e aproximar todas as comunidades que povoavam o vilarejo. Cada sociedade tinha sua banda de música própria. A mais antiga, fundada em 1892, era a Sociedade Benéfica Príncipe de Nápoli, que era dos italianos e de seus descendentes. Formaram uma banda musical, que foi muito famosa, a Casa de Savóia, seu maestro era Alberto Capocchi.

Para auxiliar as demais comunidades, foi fundada outra sociedade — Internacional de Mútuo Socorro. Ela também possuía uma banda musical, dirigida pelo maestro Dagata Parlato e, mais tarde, por Luis Modena. Em ambas as sociedades, os associados pagavam uma pequena quantia mensal, tendo direito à consulta

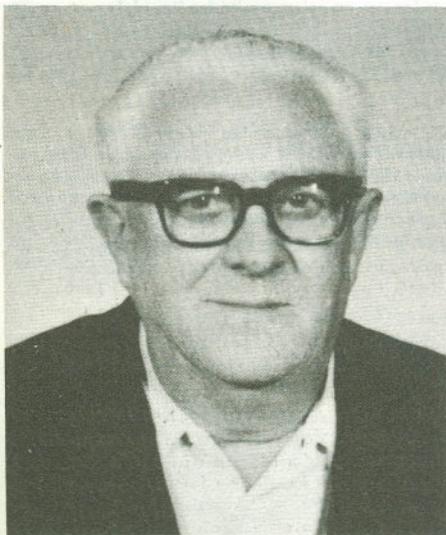
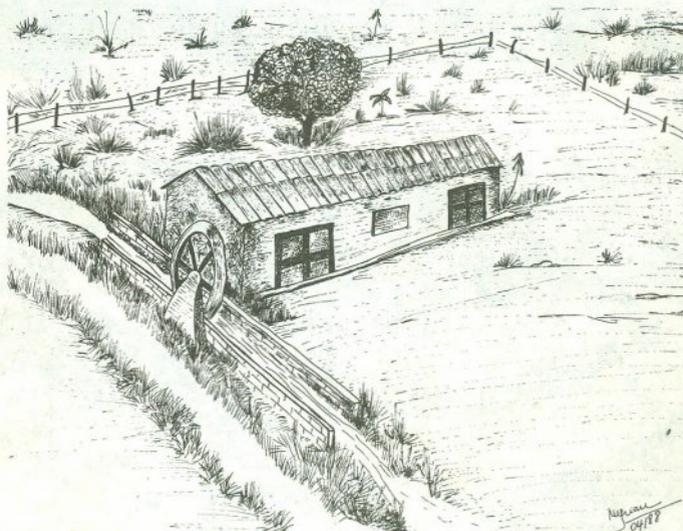


Foto da Primeira Escola Masculina de São Caetano, em 1917. Ao centro, o professor Waldemar Freire.



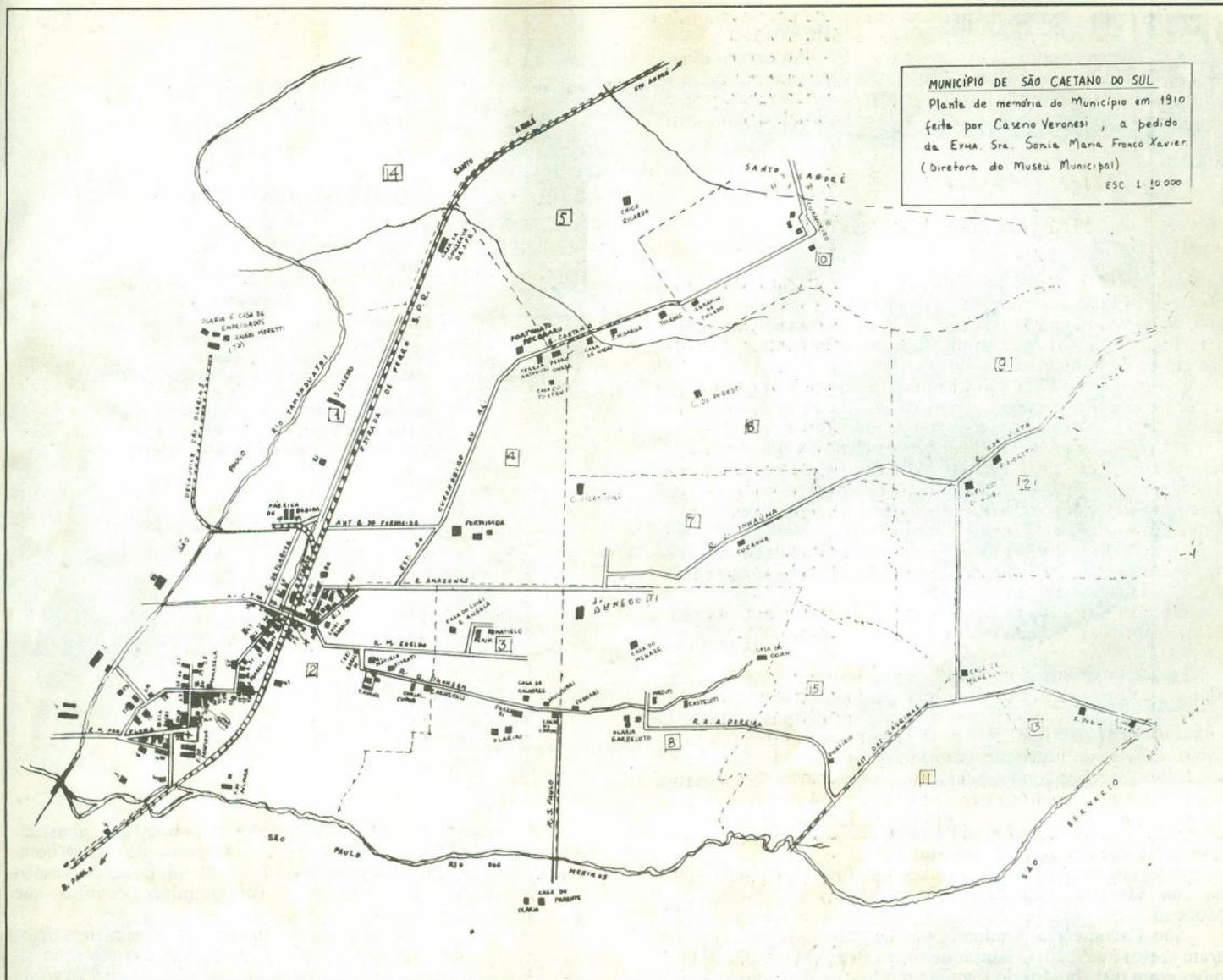
A roda do moinho no Rio dos Meninos era da fábrica de pólvora de Atilio Tosetti. A fábrica foi vendida para a Aliberti. Reconstituição de Casério Veronesi. Desenho de Myriam Cecília de Freitas.

médica e a remédios. Como não havia médico nem farmácia em São Caetano, as sociedades telefonavam (utilizando o único telefone da cidade, instalado na Estação), solicitando as visitas.

Mas os médicos, muitas vezes, deixavam de ser solicitados pelo povo, pois era do conhecimento de todos a existência do curandeiro Vicente Rodrigues Vieira, o “São Vicente”, que realizava verdadeiros “milagres” com as pessoas enfermas. Devido à sua comprovada bondade, comparecia à igreja, todos os domingos, para apadrinhar dezenas de crianças...

No início, havia apenas um professor, que lecionava em italiano. Era Waldemar Freire. Essa primeira escola era masculina. Funcionava numa casa pertencente a Casemiro Alonso, funcionário da São Paulo Railways, à rua Perrella, próximo à Estação. Surge, algum tempo depois, a Segunda Escola Masculina, que ficava na sede da Sociedade Internacional, à rua do Centro. Seu professor era Joaquim Belúcio.

No ano de 1912, frequentei essa escola, tendo como colegas Artur Garbelotti, Angelo Capuan, Angelo Scarparo, Angelo Dalcin, Américo Migliani, Angelo Ferrari, Artur Tizzo, Antonio Thomé, Bruno Tosetti, Caetano Capuan, Domingos Parente, Ettore Boggiani, Felice D’Agostini, Felice Perrella, Jácomo Lorenzini, José Cavassani, João Biaggio, José Foratini, João Ferrari, João Fiorotti, João Cavana, João de Martini, Luiz Baraldi, Manoel de Matos, Manoel Martinho, Nicola Perrella, Pedro Uliani,



Mapa e legendas de Caserio Veronesi; desenhos de Myriam Cecilia de Freitas, neta de Caserio

1. — Olaria do Silvério Perrella 2. — Fábrica de Colchas do Silvério Perrella 3. — Olaria dos Denardi 4. — Casa do Reco 5. — Casa do João Leal 6. — Casa do Antonio Barille 7. — Casa do Carmine Perrella 8. — Casa do Miguel Perrella 9. — Casa do Giacomo Garbelotto 10. — Casa do Denardi 11. — 2. Casas de Carmine Perrella 12. — Casa do Chiararia 13. — Casa do Braido 14. — Casas da Imigração (pau a pique) — 1a. Cadeia 15. — Casa do Celeste Denardi (1º Grupo Escolar de São Caetano) 16. — Casa do Garbelotto (sacristão) 17. — 2. Casas — Furlan e Lorenzini 18. — Casa de Antonio Garbelotto 18 A — Casa de João Botteon 19. — Casa e Venda de Marieta Dal' Cin e Gildo Netti 20. — Casa de João Dal' Cin 21. — Casa de Dal' Cin (irmão) 21 A — Casa do Antonio Botteon 22. — Casa do João Domingos Perrella 23. — Olarias do João Domingos Perrella 24. — Casa de Ana Martorelli 25. — Casa dos Irmãos Martorelli 26. — Casa do Benedito Moretti 27. — Casa de Primo Cavassani 28. — Casa do Noé 29. — Casa de Angelo Cavassani 30. — Casa do Bottan 31. — Venda da Giravolta 32. — Casa do Carmine Barille 33. — Casa de Luis Fiorotti 34. — Casa e Cachoeira de Angelo Fiorotti 35. — Casa do César Cocheiro 36. — Casa de Ferdinando Capoa 37. — Casa de João das Neves 38. — "Sociedade Príncipe de Nápole" 39. — Cortiço de Antonio Barille 30. — Cinema de José Golfetti 41. — Casa do Capoa (irmão de Ferdinando) 42. — Casa de Tom Tomé (Antonio Tomé) 43. — Casa de Pedro Tomé 44. — 45. — Casa de Mena Uliani 46. — Casa do Titola 47. — Casa do Dal'Mas 48. — Casas do Silvério Perrella 49. — Casas do Silvério Perrella 50. — Casa de Secondo Cavassani 50 A — Casa da Família Linhares 51. — Casa do Dalcie 52. — Casa de Domingos Biagi (vulgo "Padeiro") 53. — Casa de Terso Cavassani 54. — Casa de Lúcia Gallo ("gala") 54 A — Casa do Martinho (1a. Escola Feminina) 55. — Casa de Afonso Gallo 56. — Casa e Cortiço de Antonio Poltronieri ("Páscoa") 56 A — Casa de Encarnacion Fernandes 57. — Casa de Eliseu Leoni 58. — Venda do Tambolin 59. — Casa de Pedro Lorenzini 60. — Casa dos Irmãos Carnevalli 61. — Casa do Velho Gallo 62. — "Sede do Príncipe de Nápoli" 63. — Casa dos Irmãos Bortolini 64. — Casa dos D'Agostini 65. — Olaria e moradias 66. — Casa dos Barros (chamada casa dos mudos — eram os antigos donos da Vila Bela). 67. — Casa de Casemiro Alonso (1a. Escola Masculina) 68. — Casa de Casemiro Alonso 68 A — Moradias de empregados da S.P.R. (Ernesto Poli e Martinho e outros) 69. — Armazém da Estação S.P.R. 70. — Casa e Venda do Gino Foratini 71. — Casa dos Rolveri 72. — Casa dos Mundin 73. — Casa dos Previatto 74. — Casa de Joana Baraldi 75. — Casa do Brochin e Antonio Pereira 76. — Casa de Carlos Galeazzi 77. — Casas de Valentin Veronesi (casa alugada José Mantovani) 78. — Casa do Cesare Pierotti, Albano e do barbeiro 79. — "Sede da Sociedade Internacional Mútuo Socorro" (2a. Escola Masculina) 80. — Casa dos Romaldini 81. — Casa dos Irmãos Scartozzoni 82. — Casa do Pitta 83. — Casa de Nazarena Magliani e Pedro Mazetti 84. — Casa e Cortiço do Manoel Cardoso 85. — Casa de Jorge Cardoso 86. — Casa de Marino Dal'Antonia 87. — Casa de José de Matos e da Beta (Jona e João Bisca) 88. Casas de Ernesto Baraldi 89. — Fábrica de Bebidas do Banco União (2 pavilhões) 90. — Fábrica de Bebidas do Banco União 91. — Casa do Barille 92. — Olaria e Prédios do Benedito Moretti 93. — As três casetas (mal-assombradas) 94. — As três casetas (mal-assombradas) 95. — As três casetas (mal-assombradas) — Organizador: Caserio Veronesi.



tismo.
Abandonou seus serviços, da Prefeitura Municipal e foi um dos primeiros a seguir para a frente.

Os samcaetanenses que tem de verdade, amor à terra paulista, devem seguir esse exemplo de que São Caetano tanto se orgulha.

BINOCULO DE ALCANCE

O sr. J. Marigo Martins, proprietário da Pharmacia Martins, ofereceu ao M. M. D. C. um binóculo de alcance, de sua propriedade, dos que fazem muita falta na campanha.

Esse gosto do concedendo farmacêutico é digno de louvor.

RAUL MARIANO

Acha-se na Prefeitura Municipal uma carta dirigida a Raul Mariano. O interessado pode encontrá-la no G. G. do Batalhão P. T. M.

Combatente em 1932

Casério Veronesi foi combatente na Revolução de 1932. A reprodução mostra artigo e foto publicados na edição de 11 de setembro de 1932 pelo jornal O S. Bernardo, à quarta página.

Entre outras coisas, o articulista afirma que "Casério Veronesi (...) é um dos bravos samcaetanenses que, de armas na mão, luta por um Brasil Constituído, dando aos conterrâneos um vivo exemplo de coragem e patriotismo. Abandonou seus serviços na Prefeitura Municipal e foi um dos primeiros a seguir para a frente".

Silvio Masetti, Salvador Felice Perrella, Tufik Curi, Vitório Mantovani. Só falta o nome de um aluno...

A seguir, veio uma Escola Mista, que funcionava na esquina da rua Mariano Pamplona. A professora era Maria José Moratto.

São Caetano era iluminada por lampiões a querosene, que eram acesos às 19h30. O lampioneiro era Pedro Mazzetti. Os lampiões eram distribuídos do seguinte modo: rua do Centro, 3 lampiões; rua Perrella, 3 lampiões; rua da Matriz, 3 lampiões e rua Rio Branco, um lampião.

Até o ano de 1933, as ruas da cidade não eram calçadas. Foi nesse ano que a Avenida Conde Francisco Matarazzo, a Presidente Wilson, as ruas Amazonas e Baraldi receberam calçamento de paralelepípedos. Só havia um pequeno jardim defronte à Igreja Sagrada Família, construído juntamente com a igreja. Os demais jardins aparecem depois da emancipação do Município.

Os troles eram carros de transporte de passageiros, a tração animal. Tinha como ponto inicial a rua coronel Fernando Prestes, junto à estrada de ferro. Eram quatro troles iguais, que transportavam até seis passageiros e o cocheiro. Um dos troles era de propriedade de Agostinho Marinotti. Era um tipo de limusine, puxada por duas mulas. Havia também carroças para transporte de mercadorias e umas especiais, maiores, para enterros. Os troles desapareceram com o surgimento dos táxis. O primeiro ponto de táxi surgiu no ano de 1914, na rua do Centro (atual Avenida Conde Francisco Matarazzo).

O primeiro carro que circulou em São Caetano era de fabricação italiana, marca SPA, e pertencia a Gino Foratini. O veículo era dirigido por seu filho, Antonio. Havia outro carro, dirigido por Francisco Massei. Tanto Massei quanto Foratini foram para a Itália, na Primeira Guerra Mundial. Somente o primeiro retornou, continuando com seus serviços de táxi. Um dos trajetos mais solicitados pelos fregueses, naquela época, era da Estação até o curandeiro. Cobravam-se mil réis pela corrida.

A Campanha Standard Oil instalou uma bomba de abastecimento de gasolina na calçada, próximo ao ponto de táxi. A bomba ficou ali até 1928. Depois, foi construído um posto da Texaco (esquina da Avenida Goiás com a rua Quintino Bocaiúva, que permanece até hoje).

Mais ou menos no período em que surgem os primeiros táxis, aparecem também as bicicletas. Tudo teve início quando João Cicala estabeleceu-se com sua bicicletaria de aluguel, no largo da igreja. Todos os domingos, após a missa, as bicicletas eram alugadas e o povo divertia-se muito. Uns pedalavam em longos passeios. Outros divertiam-se, vendo os tombos dos mais desajeitados.

A maior festa da cidade era realizada em 28 de julho. Tudo era programado pelos festeiros, que iniciavam a montagem de barracas, enfeites, colocavam o coreto na praça e arrecadavam prendas para o leilão. A antiga rua da Matriz era enfeitada com bambus entrelaçados, formando arcos. As mulheres confeccionavam bandeirinhas e lanternas japonesas, que serviam para iluminar a rua. O momento mais esperado era o dos fogos de artifício. A banda de música ficava na praça durante a semana toda, alegrando o povo. O último dia da festa era marcado pelo despertar às 6 horas da manhã, com bateria de 21 tiros, chamando os fiéis para a missa. Ao término da celebração, saía a procissão. Os fiéis caminhavam da Igreja, descendo a rua Rio Branco, até a rua Mariano Pamplona e retornavam à Igreja. As festas eram muito alegres. Nunca ocorriam brigas ou confusões. A cidade parecia uma grande família."

(*) Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e faz parte do Grupo de Pesquisadores da Memória do ABC.



INSTALAÇÃO DO CARTÓRIO DE PAZ DE S. CAETANO
BANDA MUSICAL DA SOCIEDADE MÚTUO INTERNACIONAL

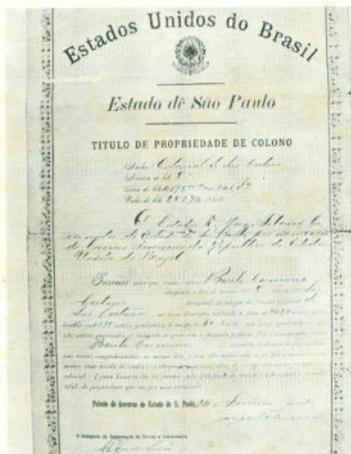


- | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 1 - Luis Minorelli (bambol) | 7 - George Furtini (clarinete) | 13 - Domenico Biagio |
| 2 - Angelo Veronesi (clarinete) | 8 - Celso Fernandes (clarinete) | 14 - Valerino Veronesi |
| 3 - Bodozio Moresco (saxofone) | 9 - Giovanni Perini | 15 - Jacinto Favari Di Luigi |
| 4 - Antunes Fernandes (saxofone) | 10 - Augusto Barile | 16 - (?) |
| 5 - (?) | 11 - Stali Mariano Garcia | 17 - João De Nardi |
| 6 - Artemio Veronesi (bateria) | 12 - Sagilim Constantino | |

Instalação do cartório de São Caetano



Giuseppe de Martini — o Beppo da Sanfona (1877).



Título de propriedade de colono de Carmine Barile, expedido por José Tibiriçá, em 24 de fevereiro de 1891.



Maria de Cigolo, esposa de Giuseppe de Martini (1877).



Estação do bonde de São Caetano do Sul, ao fundo. Em primeiro plano, Hugo Silva e Fani Scartozzoni (1935).

